

# AGÁJIA

REVISTA DA ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

N.º 10

VERAO 1987

# AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Núm. 10

Verao 1987

DIRECÇOM:

Presidênciia da AGAL

DIRECTOR:

Joám J. Costa Casas

CONSELHO DE REDACÇOM:

Ricardo Carvalho Calero  
Miguel Anjo Fernám-Velho  
José António L. Taboada  
Jenaro Marinhas del Valle  
José María Monterroso Devesa  
Joám Carlos Rábade Castinheira  
José Luís Rodríguez  
Francisco Salinas Portugal  
Elvira Souto

## S U M Á R I O

PÁG.

### ESTUDOS

<i>Fala, bilingüismo, poder social</i> , por Celso Álvarez Cáccamo .....	127
<i>Incêndios forestais e política forestal</i> , por Carlos Vales .....	151

### NOTAS

<i>Pedro Madruga no teatro galego</i> , por Carlos Vales .....	173
<i>Carvalho Calero: a voz que nom cessa</i> , por Francisco Salinas Portugal ..	206

### ANTOLOGIA

<i>O oco da palavra (selecçom)</i> , por Luisa Villalta,.....	219
---	-----

### DOCUMENTAÇOM E INFORMAÇOM

<i>Informe sobre a sentença do Tribunal Constitucional</i> , por X. Vilhar Trilho e A. Gil Hernández .....	229
<i>Encerro de escritores na Academia</i> .....	240

### RECENSONS

<i>Recensons de livros por Reynaldo Valinho e M.<sup>a</sup> do Carmo Henríquez ..</i>	243
--	-----

<i>CORREIO .....</i>	247
----------------------	-----



ESTUDOS



luis pereiro

## Fala, bilingüismo, poder social

Celso ÁLVAREZ CÁCCAMO

(Universidade de Califórnia, Berkeley)

Dezembro 1986

### *Os processos de mantimento e substituição lingüística.*

As situações de chamado «bilingüismo social» oferecem um marco excelente para o estudo das interrelações entre língua e sociedade. O contacto social de línguas planteja questões sócio-lingüísticas gerais que vam desde (a) as relações entre a conduta lingüística dumha comunidade e os processos sócio-económicos, sócio-políticos e culturais; ou (b) as relações entre a conduta lingüística e a identidade social (étnica, grupal ou nacional); passando por (c) o problema das normas sócio-lingüísticas de escolha de língua segundo o *acontecimento comunicativo* e a *actividade comunicativa* desenvolvida (formal, informal, etc.) nos diferentes domínios sociais da conduta lingüística, tanto na vida pública e institucional como na vida privada; até chegar, finalmente, a (d) os significados sociais e interacionais específicos da escolha de línguas na conversa.

Entre os aspectos que mais amplamente se venhem estudando na sócio-lingüística do bilingüismo contam-se os processos históricos gerais do contacto de línguas: o *mantimento* dumha língua socialmente dominada frente à pressão dumha língua dominante, e a tendência inversa da *substituição lingüística* (também chamada *deslocamento* ou *câmbio de línguas*), na forma de *assimilação* dum grupo lingüístico a outro. Este interesse, sem dúvida, radica fundamentalmente na enorme amplitude do tema, pois dizer «mantimento» ou «assimilação» lingüística é (ou deveria ser) fazer referência, com umha só palavra, a umha multidão de fenómenos sócio-lingüísticos a vários (e sucessivos) níveis de generalidade: distribuição e redistribuição de grupos falantes, patrões de organização da conduta lingüística e possíveis mudanças individuais, grupais ou inter-generacionais desta conduta, funções comunicativas das línguas, actitudes lingüísticas dos falantes e valores sociais atribuídos às línguas em contacto, etc.

A opinião geral dentro da sócio-lingüística do bilingüismo é que cumpriria abordar a questão desde umha perspectiva globalizadora e inter-

disciplinária. Porém, na realidade nom sempre os citados aspectos tenhem sido integrados numha descriçom multidimensional do bilíngüismo. O meu objectivo no presente trabalho é, precisamente, sugerir um enfoque multidimensional para o estudo do contacto social de línguas na Galiza. Para começar, umha revisom de algumas noçons básicas e paradigmas teóricos para o estudo do multilingüismo pode situar-nos em melhores condiçons para entender a história sócio-lingüística da Galiza e o actual processo de normalizaçom social do galego, cara a tentar resolver duas das questons básicas que planteja a nossa situaçom sócio-lingüística: (1) por que o galego «resistiu» a assimilaçom ao espanhol durante séculos, e (2) cara onde caminha agora a língua no plano social.

### 1. *O estudo do multilingüismo.*

*A sócio-lingüística quantitativa.* Provavelmente numha primeira olhada aqueles modelos de análise do multilingüismo mais atraentes —mas nom necessariamente os mais ajeitados— som os que se centram na quantificaçom das variáveis lingüísticas e socias: as percentages de grupos de falantes e os seus deslocamentos inter-geracionais, e as funçons sociais das línguas em contacto. É o tipo de trabalho representado, por exemplo, por J. Fishman nos EE.UU., ou por Guillermo Rojo (1981) ou Mauro Fernández (1978, 1983) na Galiza.

Os dados para este tipo de descriçom provenhem, na sua maioria, de dous tipos de fontes estatísticas: (a) de *censos* oficiais —naqueles países onde estes som periódicos, mais ou menos rigorosos e sistemáticos—, que incluem informaçom lingüística e, às vezes, étnica da populaçom; (b) de *questionários* ou inquisas especialmente desenhados para obter dados sobre as actitudes lingüísticas e a conduta bilíngüe nos diversos *domínios* ou contextos de uso<sup>1</sup>. Polo geral, a metodología empregada tende ao estabelecimen-

- 
- (1) Por vezes estes estudos formam parte de projectos sociológicos mais amplos, como a descriçom das atitudes comunitárias ante processos sócio-culturais; nestes casos, a linguage ou as línguas podem chegar a constituir umha variável mais dentro dumha série de factores definidores da identidade social, junto à extraçom social ou adscricom ideolóxica do falante, os seus valores culturais, etc.
  - (2) Outro caso semelhante é o trabalho de Fishman (1985). Fishman realiza umha análise polo miúdo dos dados dos censos de populaçom dos EE.UU. desde 1960 a 1979 para estabelecer tendências gerais na conservaçom das línguas minoritárias como línguas maternas. El establece o que chama o *índice potencial de supervivéncia* ('survival potential') das línguas minoritárias em base a umha série de variáveis demográficas (número de falantes e o seu crecimento relativo desde 1960), institucionais (presença das línguas na vida pública e nos meios de comunicaçom de massas), e mesmo raciais! (presença ou ausênciia de traços raciais marcados no grupo minoritário, como pigmentaçom obscura da pel, etc.). As prediçons assi estabelecidas quanto ás possibilidades de mantimento das línguas minoritárias poden semelhar mais ou menos plausíveis. Nom obstante, a um quedam-lhe fondas dúvidas de se tal tratamento matemático, com o manejo, o estabelecimento e a quantificaçom polo miúdo do peso relativo de variáveis tam dispares, é o mais apropriado para a interpretaçom das mudanças lingüísticas e sócio-culturais, ou se, polo contrario, nom nos estaremos mais bem afastando da ciéncia para achegar-nos á *sócio-lingüística ficçom*.

to de *correlações* entre o comportamento lingüístico dos membros da comunidade e certas categorias sociológicas, como o *status* sócio-económico (SSE) e a extracçom geográfica do falante, a sua idade, sexo e nível cultural, adscricom ideológica, práticas religiosas, etc.

Porém, o problema deste tipo de sociologia da linguage é que na realidade poucas vezes *explica* o que acontece a nível das mudanças da conduta lingüística dumha comunidade inteira, e isto por duas razons fundamentais: (1) Por umha parte, o tratamento estatístico nom descobre mais do que certas correlações percentuais entre as variáveis sociológicas e a variaçom lingüística, correlações que deveriam ser (mas nom som) interpretadas à luz do contexto sócio-político e ideológico dô país. (2) Por outra, frequentemente nem as próprias categorias sociológicas empregadas som as mais operativas, porque nom se centram naquelas unidades comunicativo-sociais onde se geram os processos da substituiçom lingüística através do uso quotidiano da língua. Por pôr um exemplo próximo, no seu estudo da situaçom actual do bable ou asturiano, Llera Ramo (1980) correlaciona o uso e as atitudes lingüísticas com as tendências políticas do falante expressadas na sua afinidade com partidos políticos específicos. Ainda que é inegável que a questom lingüística no Estado Espanhol na actualidade se relaciona como o rexurdimento da conciênciia política dos povos do estado, o tentar revelar umha gradaçom na estruturaçom da conduta lingüística em relaçom à tendência de voto do falante a *partidos políticos concretos* nom só é aventureiro demais, senom que é mesmo deformar a realidade social da fala: os processos de *geraçom, uso, acesso e mantimento* dos códigos lingüísticos na vida social<sup>2</sup>.

*A etnografia da fala e da comunicaçom.* O problema é, em poucas palavras, que estas análises quantitativas estám esquecendo os processos comunicativos de micro-nível que subjazem aos processos macro-sociais de mantimento e substituiçom lingüística. Esta notável limitaçom, inerente ao próprio enfoque de análise, tem sido repetidamente apontada desde umha perspectiva sócio-lingüística que se centra no estudo da funcionalidade da fala, como parte dum sistema cultural mais amplo, nas actividades sociais. A etnografia da fala e da comunicaçom —que nos EE.UU. se tem desenvolvido, a partir de postulados antropológicos, desde finais dos anos 60— tenta estudar como se organiza o uso das formas lingüísticas —num sentido amplo— nas diversas estruturas sociais e instâncias de interacçom social, com relaçom aos valores culturais dumha sociedade. O labor do sócio-lingüista há ser já o explicar o uso da fala nas actividades sociais *relevantes* dentro dum sistema cultural dado (Hymes 1967), e fala-se, assi, das sociedades como *sistemas de interacçom e comunicaçom*, ('systems of interaction'); Hughes 1970: 105).

Três das noçons básicas que informam este paradigma teórico som as de *código lingüístico*, entendido como parte do *repertório verbal* dumha *comunidade de fala* (Gumperz 1968). Passemos a explicar estes conceitos.

*Código, repertório, comunidade de fala.* Em primeiro lugar, os códigos som caracterizáveis, por suposto, desde umha perspectiva puramente estrutural. Um código é, assi, «um conjunto de traços lingüísticos concorrentes» ('a set of co-occurrent linguistic features', Ervin-Tripp 1973), e pode ser identificado nom só quanto a traços gramaticais ou léxicos, senom também fonéticos ou prosódicos (entoaçom, acentos de frase, ritmo, intensidade, rapidez da fala, etc.). Desta maneira, tanto as «línguas» como os «dialectos», «registos» ou «estilos» seriam formas de códigos comunicativos. Mas, à marge da sua forma estrutural, o que é mais relevante para este enfoque é que os códigos som *sistemas simbólicos*, quer dizer, marcos de referência para a produçom e interpretaçom de mensages, e que som reconhecidos como tais marcos discretos de referência polos participantes da comunicaçom. Som, neste senso, componentes do acto de comunicaçom, numha estrutura que incluiria os *participantes, o contexto comunicativo, o tema, o tom da interacçom, o género, etc.* (ver. p. ex. Hymes 1967).

Os códigos (sejam estes línguas, dialectos, etc.) constituem o *repertório oral ou lingüístico* —isto é, o conjunto de formas e estruturas orais disponíveis para as diversas instâncias de comunicaçom— dumha *comunidade de fala*, entendida esta como

um grupo humano caracterizado por manter interacçom freqüente e regular por meio dum conjunto de signos verbais compartido, e separado de outros grupos humanos semelhantes por *diferenças significativas no uso da linguage* (Gumperz 1968: 219; a cursiva é minha)<sup>3</sup>,

ou, desde umha perspectiva mais ampla, como

umha comunidade que comparte regras para realizar e interpretar actos de fala, assi como regras para a interpretaçom de, como mínimo, um código lingüístico (Hymes 1967: 18)<sup>4</sup>.

Existem, pois, comunidades de fala monolíngües (que disponhem dum repertório de registos pertencentes a umha mesma língua) e comunidades de fala multilíngües (cujos repertórios incluem variedades de línguas diferenciadas). Com outras palavras, a existência de mais de umha língua numha comunidade *nom necessariamente* pressupom a existência de mais de umha comunidade de fala.

Desta perspectiva, a especializaçom funcional das variedades para as diversas actividades comunicativas nas situaçons multilíngües é, portanto, só umha manifestaçom dum fenómeno universal «que tamém cumpre analisar em situaçons predominantemente monolíngües» ('that must be examined in situations dominantly monolingual as well'; Hymes 1967: 10).

---

(3) «Any human aggregate characterized by regular and frequent interaction by means of a shared body of verbal signs and set off from similar aggregates by significant differences in language usage». As traduções das citas, tanto desta como das posteriores, som minhas.

(4) «A community sharing both rules for the conduct and interpretation of acts of speech, and rules for the interpretation of at least one common linguistic code.

*Fala e estruturas sociais.* Umha das contribuiçons mais valiosas (e polémicas) para um tratamento sócio-etnográfico da fala é a do britânico Basil Bernstein. Em «A sociolinguistic approach to socialization» (1972) Bernstein expom um interessante modelo no que relaciona o desenvolvimento e uso de dous tipos básicos de códigos lingüísticos —*restringidos* e *elaborados*— com os processos de socializaçom do neno através dos *agentes de socializaçom* (a família, o grupo de afinidade, a escola e, posteriormente, o trabalho), e com a *extracçom de classe* e a *estrutura familiar* onde se inserre o falante. O que informa este modelo teórico é que os códigos lingüísticos cobram a sua funcionalidade e geram os valores sociais que geram, nom já nos abstractos «domínios de conduta lingüística», nem na superestrutura jurídica que sustenta o *status* legal das línguas em contacto, senom nas actividades comunicativas quotidianas entre membros de estruturas sociais definidas, organizados em retículas de interacçom.

A maior contribuiçom de Bernstein é, sem dúvida, a de conectar categorias sociológicas de diversos níveis de análise para apresentar umha visom dinâmica da fala como parte componente do sistema cultural dumha comunidade<sup>5</sup>. Mas quiçá a implicaçom mais significativa da sua sofisticaçda proposta (necessariamente simplificada no presente trabalho) é que sublinha a importância dos códigos lingüísticos como instrumentos que, de algumha maneira, *criam ou mantinem formas de control social*, e cuja adquisiçom e manejo som um importante factor na melhora das condiçons sociais do falante, desde a sua integraçom no mundo escolar e o seu progresso no mesmo até o avanço sócio-económico no mundo do trabalho.

*Língua e mobilidade social.* Argumentos semelhantes som os que subjazem às teses de M. W. Sugathapala de Silva (1976) no seu estudo sobre diglóssia e alfabetizaçom na multilíngüe Índia, onde junto ao inglês e às línguas literárias estandarizadas (hindu-úrdu, tamil, etc.) coexistem, em todo o território, mais de duascentas línguas, falas ou dialectos locais fundamentalmente orais, configurando-se assi um sistema diglóssico de grande complexidade. Às vezes o contacto produze-se entre umha língua estandardizada e a sua correspondente variedade oral; outras, o conflito é entre variedades em absoluto relacionadas estruturalmente. Mas, em todo caso, o comum às situaçons de contacto diglóssico revisadas por Sugathapala de Silva (o contacto entre hindu-úrdu, tamáli e simhalês) é umha revelaçom

---

(5) «O ponto central é que Bernstein fornece um marco teórico para investigar problemas tam fundamentais como som o das estruturas sociais que podem gerar formas específicas de actuação verbal, as estruturas que a partir de aí mantenhem a produtividade destas formas ou contribuem a que caiam em desuso, e as estruturas de relações sociais que promovem ou inibem a sua produçom na fala» (Bauman 1977: 23).

«The point is that Bernstein supplies a framework within which to investigate such fundamental problems as the social structures that may engender specific verbal art forms, those which subsequently sustain their currency or contribute to their demise, and the structures of social relations that foster or inhibit their performance».

mui importante para compreender a função social da fala: *que hai umha clara relaçom entre as possibilidades de acesso aos códigos por parte da comunidade, o seu conhecimento, domínio e uso, e as formas de estratificação social*. Com outras palavras, na Índia (como provavelmente em muitas outras sociedades multiétnicas), a aguda especialização funcional de variedades joga um papel mui importante na marginação secular de amplos sectores sociais, isto é, na preservação dumha estrutura social claramente jerarquizada: numha posição superordinada, as élites cultas, alfabetizadas e competentes na variedade estándar, tanto por escrito como na sua forma oral; e, numha posição subordinada, as amplas massas iletradas, falantes de umha ou mais variedades orais. As grandes diferenças estruturais entre as variedades vernáculas (em mudança constante) e as variedades escritas cultas (detidas polo geral nos séculos gloriosos das antigas civilizações) som, ademais, obstáculos consideráveis para umha alfabetização eficiente. E sem acesso às variedades de prestígio, e a todas as vantagens sociais que o seu uso e conhecimento conlevam na sociedade moderna, a mobilidade social apresenta-se como umha possibilidade mais que problemática.

Por suposto, hai ainda mais: por umha parte, nom sempre as massas nom alfabetizadas desejam aceder ao uso dumha variedade culta sem utilidade prática na sua vida quotidiana; por outra, ainda que o objectivo teórico dos sistemas educativos modernos seria o espalhamento massivo da alfabetização, nom sempre as élites ilustradas estám dispostas a renunciar a parte dos seus privilégios sociais, parcialmente baseados, precisamente, na amplitude do seu repertório lingüístico:

Mesmo as metas de esquemas educativos como a «alfabetização funcional» nom sempre som bem recebidas em todas as comunidades. Dalgumha maneira, os alfabetizados nom tenhem um desejo especial de que toda a comunidade se alfabetize tamém (Sugathapala de Silva 1976: 4)<sup>6</sup>.

Como vemos, o que se está salientando é o papel da fala, da language, na mobilidade social. O chamado «bilingüismo estável» está fundamentado, em numerosas ocasions, na estratificação social, e a sua função é a de bloquear a mobilidade entre estratos sociais. Isto tem sido observado frequentemente ao falar dos processos de assimilação ou perda das línguas minoritárias. Coincide-se polo geral em sublinhar a importância da urbanização e industrialização dum país na assimilação das minorias de origem rural à língua da sociedade urbana. O desejo de avanço social é sem dúvida um dos incentivos para a adquisição da língua dominante no âmbito urbano, até o ponto de que a miúdo a força da tradição cultural (neste caso, a transmissão da língua minoritária de pais e filhos) vê-se diminuída ante

---

(6) «Even the aspirations of such schemes as functional literacy are not always well received in all communities. In a way, all literates do not particularly want the entire communities to become literate».

umha pressom social crecente por progressar sócio-económica e culturalmente (Fishman 1985: 171)<sup>7</sup>.

*O conflito lingüístico.* Desta perspectiva, pode-se ver mais claramente como se gera socialmente aquela situaçom de tensom social que damos em chamar *conflito lingüístico* em sociedades em transiçom. Cando a industrializaçom e urbanizaçom dumha sociedade tipicamente rural requer movimentos massivos de populaçom aos centros urbanos —ou imigraçom desde países menos desenvolvidos economicamente—, o acesso à língua dominante torna-se um requisito imprescindível, e a *assimilaçom* ou o conflito lingüístico apresentam-se como os únicos resultados possíveis do processo. O conflito lingüístico pode-se conceber, assi, como a tensom dialéctica entre umha força assimilatória e umha força de resistência a esta assimilaçom por parte das minorias. A tese de Inglehart e Woodward (1967) é que o conflito surge, precisamente, dos próprios patrons de mobilidade social, ou, mais especificamente, de *mudanças* destes patrons de mobilidade social (:375)<sup>8</sup>.

Os casos de minorias lingüísticas assimiladas desta maneira à língua dominante som, enfim, numerosos<sup>9</sup>. Mesmo às vezes um povo nom tem muitas possibilidades de eleiçom: falar a língua maioritária é umha maneira de sobreviver numha sociedade hostil, tecnicizada, burocratizada, umha sociedade que requer o domínio da palavra formal. E, ainda que poda soar como umha *reduçom ao absurdo*, para alguns, ainda, a assimilaçom lingüística poderia ser umha forma de verdadeira *resistência*, no senso de que constituiria umha estratégia vital de supervivênci. Penelope Eckert (1980), no seu trabalho sobre a diglóssia na rural e marinheira Ocitânia francesa, sugere, por exemplo, que a assimilaçom progressiva do gascom ao francês —que se produziu através dum processo mui semelhante ao nosso— talvez tivesse um componente de resistência cultural e económica: resistência dos ocitanos a morrer como comunidade que possui, acarom da língua, outras senhas de identidade cultural e grupal, resistência a morrer economicamente.

- 
- (7) «A mobilidade económica e cultural dentro da sociedade contrarresta a continuidade étnica e lingüística entre gerações» («Economic and educational mobility within the mainstream counteract intergenerational linguistic and ethnic continuity»).
- (8) «O bloqueo da mobilidade social tem sido a principal força causante dos conflitos entre grupos lingüísticos, sobretodo em países em transiçom» («Blockage of social mobility has been the chief motivating force behind language group conflicts, especially in transitional countries»).
- (9) Susan Gal (1984), por exemplo, descreve assi a progressiva perda do húngaro numha aldeia da Austria rural ante o empuxe do alemão, num processo de deslocamento lingüístico que tem, ademais, sérias repercusons nas estruturas sociais tradicionais da vila. Gal aponta que som as mulheres da vila quem estám à cabeça da assimilaçom ao alemão: por mor da promoçom social, as mulheres preferem casar com foráneos falantes de alemão que com os próprios labregos locais húngaro-falantes, de maneira que até a estrutura familiar se vê afectada pola penetraçom lingüística. Ver tamém Lewis (1978) e Eckert (1980).

Convém termos o marco teórico exposto mui presente quando passemos a falar, nas próximas páginas, da resistência histórica dos falantes de galego à assimilaçom completa ao espanhol, e do futuro da urbanizaçom actual da língua.

## 2. *O mantimento e o deslocamento do galego.*

Penso que agora estamos em melhores condiçons de tentar responder as duas questons principais que a sócio-lingüística galega deve abordar sobre a história social e o presente do galego.

A primeira pergunta fundamental é, obviamente, a seguinte: (1) Por que, se o galego tem sido sempre, desde começos do século XV, a língua de mais baixo prestígio social, nom se produziu já a sua assimilaçom completa ao espanhol tras séculos de dominaçom lingüística e cultural de Galiza, e, sobretodo, nos últimos 40-60 anos de penetraçom massiva do espanhol na vida rural e familiar? *A questom, pois, nom há de ser tanto como e por que a populaçom galego-dominante se assimilou parcialmente ao espanhol, senon por que e como se mantivo o uso do galego.* Como pudo manter-se o galego, a língua socialmente dominada, como veículo de comunicaçom quotidiana e de socializaçom (na família, nos grupos de amigos, etc.) entre umha altíssima percentage da populaçom? Ou, posto dumha maneira mais geral: por que e como subsistem as variedades lingüísticas de chamado baixo prestígio social em circunstâncias adversas, mesmo durante séculos e séculos?

A segunda pergunta, talvez mais complicada de resolver, refere-se às mudanças sócio-lingüísticas que estám a acontecer agora mesmo na Galiza: (2) *Que sentido real, que significação social, que relações com os processos sócio-económicos, políticos e ideológicos do país, que implicações para o futuro social e político da Galiza tem o actual processo de recuperação do galego, da sua urbanizaçom e institucionalizaçom?*

### 2.1. *Mantimento do galego e mobilidade social.*

Para falar da primeira questom cumpre retomar o fio do exposto nas páginas anteriores sobre a funçom da especializaçom funcional das variedades lingüísticas nas situaçons de diglossia para o bloqueo da mobilidade social, e revisar algo do que se tem dito sobre a questom na nossa incipiente sócio-lingüística.

Umha primeira tendênciam da sócio-lingüística galega tem tratado o problema desde o plano macro-social, descrevendo o contacto de línguas e as suas relações de subordinaçom-superordinaçom na sociedade no seu conjunto, ou, em todo caso, descrevendo a distribuiçom de funçons sociais das línguas chamadas «A» (espanhol) e «B» (galego) em domínios de uso ‘formais’ ou ‘superordinados’ (a administraçom, os meios de comunicaçom, etc.) e ‘informais’ ou ‘subordinados’ (a conversa coloquial na família, na

rua, etc.). Resultado destes trabalhos (Rojo 1981; Fernández 1978, 1983), de índole quantitativa e correlacional, som algumas conclusões gerais sobre a situação sócio-lingüística do país, que se referem a: (1) a chamada *diglóssia* ou desigualdade, dominação ou desequilíbrio entre galego e espanhol quanto aos seus usos sociais e quanto ao diferente grau de *prestígio* social que desfrutam; (2) a *assimilação* ao espanhol de sectores crescentes de galego-falantes, que se manifesta, aparentemente, na míngua progressiva do uso do galego nos seus ámbitos próprios tradicionais; e a tendência inversa da recuperação ou assimilação ao galego de sectores das classes médias urbanas espanhol-falantes.

Um enfoque sócio-político e interpretativo da questão é o representado, por exemplo, por Francisco Rodríguez (1976), Varela Puñal (1980) ou Pilar García Negro (1980). Dentro da tradição economicista marxista clásica, o discurso nacionalista da língua costuma manejar o argumento de que existem estreitas relações biunívocas entre as formas de uniformização e control político e a política lingüística dos estados centralistas:

[O] imperialismo político-económico conleva asemade o imperialismo lingüístico. A assimilação dos povos asoballados ós costumes e língua dos asoballadores é unha consecuencia que se deriva do domínio que sobre daquéles queda establecido. (...) Cando se establece unha uniformidade do poder político sobre povos diversos, xurde como «necesidade» e como ideoloxía dominante o uniformismo lingüístico». (Rodríguez 1976: 7s).

Porém, o que eu vou tentar argumentar nas próximas páginas está em contradição com esta interpretação do problema. Em realidade, semelha que o que se tem procurado na Galiza nem foi precisamente o «uniformismo lingüístico», senon o contrário: a estabilidade de grupos etno-lingüísticos diversos.

Como temos visto, umha constante das situações de diglóssia é que o mantimento da especialização funcional de variedades é um instrumento mui útil para manter certas capas da população numha posição subordinada durante séculos. Longe de desejar-se umha assimilação lingüística completa, através do aparato educativo escolariza-se na língua dominante ao grupo etnolingüístico minorizado (no nosso caso, o galego-dominante<sup>10</sup>) num grau suficiente e necessário como para nem obstruir o desenvolvimento normal da vida social. Assi, o domínio da língua superordinada está vetado para grandes capas da população que vêm, portanto, negado o seu acceso à alta cultura, à ciência, à Lei, à informação e ao seu control público, aos postos de responsabilidade, ao mundo político, etc.: em definitiva, às órbitas do poder. *nom se trata de exterminar umha língua: trata-se de*

---

(10) Dado que umha alta percentage dos falantes de galego som tamén parcialmente competentes em espanhol (e utilizam esta língua com maior ou menor freqüência), prefiro utilizar o termo «galego-dominante» (é dizer, bilingüe cuja língua principal é o galego) em vez de «galego-falante», que podería ser interpretado como «monolingüe».

*asfixiá-la, de mantê-la reduzida ao uso local, coloquial e familiar, precisamente para acentuar as barreiras sociais entre as capas subordinadas (as galego-dominantes) e superordinadas (as espanhol-falantes). Estabelecem-se, assi, valores sociais associados às línguas em conflito que, à sua vez, mantêm a sua especializaçom ou jerarquiaçom funcional mentres as condiçons sócio-económicas e políticas da comunidade nom experimentam mudanças importantes.*

Com outras palavras (e mais claras), umha hipótese a ter mui em conta para explicar a resistência histórica do galego é, singelamente, que *nevera tem sido o objectivo —implícito ou explícito— dos sectores espanhol-falantes detentadores do poder da Galiza o assimilar totalmente à populaçom galego-dominante*. Polo contrário, o resultado histórico da política lingüística centralista na Galiza foi o estabelecimento dumha jerarquia de grupos etno-lingüísticos: (1) umha minoria espanhol-falante, em control dos recursos económicos e do aparato político e administrativo da sociedade galega; (2) umha minoria monolíngüe em galego, ou com certo conhecimento passivo do espanhol, absolutamente isolada no campo; (3) umha maioria galego-dominante bilingüe, com diversos graus de competência em espanhol, imigrantes à cidade ou moradores de núcleos semiurbanos, vilas e aldeias periféricas; e (4) destacada do sub-grupo anterior, umha minoria bilingüe de orige galega mas progressivamente assimilada ao espanhol, que encontra nesta última língua a melhor fonte de avanço social, e que vai constituir a pequena burguesia urbana, as classes meias intelectuais deslingüistizadas, etc.

## *2.2. A micro-análise do uso do galego.*

Ainda assi, por mui úteis que sejam as generalizaçons anteriores para um melhor entendimento da nossa realidade sócio-lingüística, limitar-se a falar de classes sociais, de élites detentadoras do poder e de «dominaçom lingüística» supom ainda um reducionismo considerável, ao que já estamos demasiado habituados. Para ver como operou o mantimento do galego ao longo dos séculos, ademas de considerar as relaçons entre a prática lingüística e a mobilidade social —quer dizer, os movimentos verticais e horizontais das capas de populaçom—, cumpre descer, em realidade, a aquelas unidades sociais onde de feito se geram as funçons comunicativas e os valores dos códigos lingüísticos. Em primeiro lugar, cumpre, sem dúvida, considerar o papel da linguage no vinculamento grupal. Mas cumpre tamém fazer umha micro-análise do *uso real* da linguage (das línguas) na comunicaçom, as *normas* sócio-lingüísticas de selecçom de línguas na interacçom, as *implicaçons* interaccionais desta escolha e alternância de códigos, e os seus *significados* comunicativos e sociais, em aquelas situaçons de fala onde, de feito, se geram os valores sociais das línguas e que componhem, dia a dia, a nossa vida.

Com outras palavras, cumpre fazer umha *micro-análise da fala e da comunicação*, da que carecemos quase de todo<sup>11</sup>, para revelar os processos comunicativos através dos cais: (a) se geram os *valores sociais* das línguas (prestígio, educação, poder, incultura, etc), valores que subjazem à sua *funcionalidade social*; (b) se canaliza (se manifesta verbalmente) a nossa *identidade social* (grupal, étnica, nacional, de classe...); e (c) se canalizam as nossas *intenções comunicativas*, isto é, os nossos desejos de dirigir a interacção (a conversa) cara a consecução duns *objectivos comunicativos* dados (por exemplo, chegar a um acordo sobre um certo tema, persuadir, convencer, ou, singelamente, manter um contacto interpersoal ‘fático’). Quando consideramos o papel fundamental da palavra na nossa vida privada, mas também na vida pública e política da sociedade burocratizada moderna (na toma de decisões em órgãos de poder estatal, autonómico ou local, no aparato burocrático e administrativo, nos partidos políticos, no sistema educativo, etc.), comprova-se ainda mais claramente a necessidade nome só de complementar as descrições macro-sociais sobre a diglóssia e a assimilação linguística do galego, senão mesmo de *validá-las —ou invalidá-las* — com dados sobre os usos reais que se lhes dam na comunicação às línguas en conflito.

Por isso, mais que umha análise de domínios de uso e conduta linguística —ainda que, com efeito, existe umha certa correlação entre ambas categorias— o que cumpre fazer é revelar as estruturas típicas das retículas comunicativas da comunidade, a estruturação da fala entre esses grupos de falantes, as mudanças dessas estruturas, e a significação que tenhem essas mudanças sociais nas mudanças de comportamento linguístico. A questão vê-se mais claramente quando consideramos que as actuais descrições do contacto de línguas na Galiza costumam estabelecer certas correlações bilaterais, biunívocas e nom-ambíguas entre *língua utilizada, contexto ou domínio, e valores sociais*. Desde este «paradigma da diglóssia», o galego seria a língua *coloquial*, utilizada em contextos *informais*, etc., mentres que o espanhol seria a língua *formal*, que conllevaria valores de *prestígio*, etc. Mas, sem dúvida, um modelo tão estático como o da diglóssia é intrinsecamente inoperativo para explicar, precisamente, as mudanças sócio-lingüísticas observáveis na Galiza na actualidade: a penetração do galego em contextos de uso e domínios que até há pouco eram quase exclusivos do espanhol.

---

(11) Duas exceções som os trabalhos de Pilar Vázquez Cuesta (1976) e Claudio González Pérez (1978), sobre os usos do espanhol e galego na fala. Porém, nem um deles está baseado em dados de fala reais, senão em dados extraídos da literatura culta e da tradição folclórica popular, respectivamente. Assim, curiosamente nem um deles semelha estar dirigido ao tema que em realidade os ocupa —o uso real da linguagem e a alternância do espanhol e o galego na conversa—, senão que dim apontar à exploração de fenômenos sócio-lingüísticos pertencentes a outros planos de análise: as interferências estruturais entre galego e espanhol (Vázquez Cuesta), e a diglóssia (González Pérez). Mas os dous trabalhos representam, polo menos, um intento de incorporar o plano da micro-análise da fala à descripción sócio-lingüística.

hol. Cumpre, assi, revisar em profundidade as próprias noçons vigentes sobre que constitui o *prestígio social* dumha língua, sobre como se origina este prestígio, como se mantém, e que significado tem para o mantimento mesmo da língua (v. p. ex. Woolard 1983; Ryan 1979)<sup>12</sup>.

Para isto, ao próprio tempo, temos de re-enfocar o problema desde outro marco de análise verdadeiramente centralizado na funcionalidade social da fala e que supere as fáceis equações do tipo «umha naçom, um povo, umha língua, umha comunidade lingüística». Parte da nossa tarefa consiste em superar, precisamente, as etiquetas tradicionais de «língua» ou «dialecto» aplicadas à variada realidade da *fala*, e de «naçom» aplicada à cambiante configuraçom da sociedade ocidental urbana moderna. Alonjando-nos da noçom de «língua», arredor da qual se tem articulado tanto toda a lingüística moderna como o discurso político nacionalista da language, poderemos chegar-nos a umha interpretaçom das comunidades de fala onde falantes de diversas variedades lingüísticas podem coexistir e compartir formas de expresom verbal (códigos) e normas para a interpretaçom do significado referencial, social, interaccional e simbólico destes códigos.

Por suposto, a presença de numerosas variedades lingüísticas e a especializaçom funcional destas segundo o contexto comunicativo dá-se dentro de qualquer comunidade de fala, seja bilíngüe ou monolíngüe. Mas o relevante no caso do contacto de línguas é que, polo geral, as línguas manejadas na conversa representam, no plano macro-social, traços ou senhas de identidade de grupos diferenciados (polo menos teoricamente) de indivíduos, que mantinem entre si certas relações de subordinaçom/dominaçom, e que disfrutam dum certo *status* social. A *questom clave que a sócio-lingüística do multilingüismo deve pois tentar resolver é a de como reflecte o comportamento lingüístico dos bilíngües —a fala— as relações de poder entre os grupos sociais (étnicos, nacionais, etc.) em contacto.*

### 2.3. *Diglóssia e resistência histórica do galego.*

Como já se terá visto, o que estou tentando sugerir é que um tipo de sócio-lingüística que conciba a diglóssia como a dominaçom social dumha

---

(12) Fala-se, asi, dum prestígio *patente* e dum prestígio *latente* ou *encoberto*, baseado em última instância na funcionalidade comunicativa das variedades lingüísticas. É este último o que lhe confere à língua a sua vitalidade histórica e a sua verdadeira utilidade social. De feito, a noçom de prestígio deve ser revisada na Galiza agora más que nunca, cando o uso do galego começa a estar prestigiado e a conferir prestígio, e nom só entre as élites culturalistas tradicionais, senom já na vida pública e política do país. Como exporei mais adiante, falar galego começa a ser agora umha fonte de *status* social, e, o que é más importante, umha forma de acadar certo tipo de *poder* e *control* sociais, de exercê-los e de afortecê-los.

Há, ainda, más: a existência de diversos tipos de prestígio é *inerente* às situaçons das línguas, se nom houvesse valores sociais que mantivessem a sua utilidade comunicativa? Desta nova perspectiva, o prestígio da língua seria aqui quase sinónimo da sua validez, da sua operatividade e utilidade para o desenvolvimento das actividades comunicativas e para o mantimento da coesom interna dos grupos humanos.

língua sobre outra sem considerar a utilidade da língua no avanço sócio-económico, sem ter em conta as próprias avaliações dos falantes sobre esta jerarquização funcional das línguas, e sem analisar como e para que (com que fins comunicativos e retóricos, com que efeitos interacionais) se utilizam as línguas em conflito nas diferentes retículas de comunicação (na família, nos grupos de amigos/as e companheiros/as de trabalho, etc.) jamais chegará a explicar a história sócio-lingüística da Galiza. Umha sócio-lingüística que ignore os processos comunicativos é umha sócio-lingüística mancada, intrinsecamente limitada a produzir generalizações inoperativas. Dizer que a assimilação total ao espanhol nom tivo lugar por efeito da resistência popular ou polo papel fundamental da língua como senha de identidade dos galegos pertence mais a um tipo de discurso político voluntarista que a um tipo de sócio-lingüística realista da interacção social. Entre a noçom macro-social de ‘dominação lingüística’ e a micro-comunicativa de ‘escolha de língua na conversa’ hai um grande paso, e cumpre conectar ambos níveis de análise em base ao estudo detalhado da fala, das normas de escolha de línguas e das implicações desta escolha na comunicação entre bilíngües.

Nas situações diglóssicas mais ou menos estáveis hai umha estreita relação entre o *status* social baixo do falante e o uso da variedade ‘baixa’ ou minorizada nas retículas sociais fechadas nas que se interrelaciona na sua vida social. Na diglóssia galega, relativamente estável até hai poucos anos, o galego tem-se mantido como o código de relação interpersonal, de vinculação e coesão grupal por exceléncia das retículas fechadas de interacção na família, na aldeia e no trabalho no campo. De feito, a supervivência do galego nom supunha umha ameaça séria ao espalhamento do espanhol, mentres os galego-dominantes tivessem um nível mínimo de competência em espanhol para se relacionar com as fontes do poder social: as instituições administrativas, políticas, educativas, religiosas, coercitivas, etc. do estado dominante, e os indivíduos a cárgo delas. De aí vem, em parte, umha atitude aparentemente contraditória de atitudes lingüísticas segundo a qual alguns sectores espanhol-dominantes mantenhem umha postura condescendente ante a preservação e mesmo a defensa activa do galego, mentres que amplos sectores da própria comunidade galego-dominante manifestam «auto-xenreira» (Alonso Montero 1973) ante umha língua que nom oferecia, até hai pouco, muitas perspectivas de avanço social<sup>13</sup>. Mas o fundamental é constatar que as unidades comunicativo-sociais (as retículas de interacção) na sociedade rural galega coincidiam, ademais, com as estru-

---

(13) Lewis (1978) constata um fenómeno semelhante de atitudes lingüísticas encontradas entre a maioria de fala inglesa e os sectores galés-dominantes no País de Gales. O fenómeno, pois, parece ser comum a processos de urbanização dumha língua minorizada, resgatada do esquecimento histórico por sectores da *intelligentsia* e burguesia urbana locais.

turas sociais básicas: as unidades de organizac̄om social (a família) e as unidades de produc̄om económica (a explotaç̄om unifamiliar do agro).

Porém, quando se produzem mudanças sócio-económicas consideráveis (industrializaç̄om e urbanizaç̄om, com fortes movimentos migratórios à cidade), criam-se novas formas de retículas de interacç̄om (nas quais se geram os valores sociais das línguas), e é assi que começa a assimilaç̄om lingüística a grande escala.

Com a imigraç̄om massiva à cidade e o crecimiento e urbanizaç̄om das vilas, o cidadao vê-se agora exposto a freqüentes e intensos contactos com gentes procedentes de outras capas sociais, com outros trabalhos, com outros valores e, tamém, com outras formas de conduta lingüística. Nom se trata só da nova língua, o espanhol: trata-se da própria função da language na comunicaç̄om, o sinalamento de novos significados (tanto referenciais como simbólicos, sociais e culturais) e, em definitiva, de outras normas de uso e estruturaç̄om da fala. Mentre o galego se mantém com relativa vitalidade na vida familiar, o espanhol constitui-se no código de relaç̄om social por excelência nas retículas de interacç̄om *abertas* do mundo do trabalho, e no domínio público circunstancial, no contacto com desconhecidos (que, por certo, talvez tenham, à sua vez, umha orige lingüística galego-dominante).

É neste senso como pode interpretar-se a assimilaç̄om parcial ao espanhol: nom necessariamente como umha renúncia a umha (indefinida) identidade, senom como umha identificaç̄om com novos valores, que som, em muitos casos, interpretados polos falantes assimilados como valores de «progresso». De novo, o caso asturiano pode exemplificar esta ideia: Ruiz de la Peña (1980) constata que a raíz da forte industrializaç̄om (sobretodo mineira) de Astúrias no século passado o espanhol começo a ser percebido (em contraste com a língua própria, o bable) como umha força de progresso, como umha língua que representava e assinalava, por primeira vez, a identidade dumha classe oprimida emergente: o proletariado urbano.

Arredor destas novas necessidades comunicativas surge na Galiza umha nova *comunidade da fala bilíngüe*, entendida, como diziamos antes, como «umha comunidade que comparte regras para realizar e interpretar actos de fala, assi como regras para a interpretaç̄om de, como mínimo, um código lingüístico» (Hymes 1967: 18).

É esta comunidade a que constitui na actualidade a parte maioritária (um 80%) da sociedade galega.

### 3. A URBANIZAÇ̄OM DO GALEGO.

Se as hipóteses expostas anteriormente som certas, e hai algum tipo de correspondência entre a especializaç̄om funcional de línguas em contacto e os patrons de estratificaç̄om social, temos logo de replantejar-nos a segunda pergunta, adiantada mais atrás, sobre o presente e futuro do galego:

*Que sentido social tem o actual processo de normalizaçom do galego na vida urbana? A que fenómenos sócio-económicos, políticos e culturais responde, e que possíveis implicaçons sociais conleva, polo menos a curto prazo?*

Do que estamos a falar é, obviamente, do espalhamento do *galego estándezar* (ou, melhor ainda, dos *estándares do galego*), na vida urbana, da elaboraçom e promoçom dumha variedade *normal* por excelênciia, que, polo menos teoricamente, representaria um terreno lingüístico comum para os falantes de diversas variedades do galego, é dizer, um sistema aparentemente «neutral» e isento de simbolismos grupais. Em teoria, assi, o estándezar dumha língua simbolizaria a toda umha comunidade à procura dumha voz e umha projecçom histórica comuns.

Mas na realidade esta urbanizaçom do galego planteja importantes questons gerais quanto às relaçons entre os processos sócio-económicos e sócio-culturais nas sociedades multiétnicas. Em concreto, planteja-se a questom das interrelaçons entre: (a) as prácticas sociais (neste caso lingüísticas, isto é, as formas específicas de uso e espalhamento do galego estándezar); (b) as formas de estratificaçom social (p. ex. o surgimento de novos grupos sociais pugnando polo control social); (c) o papel das instituiçons locais de poder e de cultura, e dos indivíduos a cárrego delas, cara a língua e a sua promoçom; (d) o papel da ideología, tal como se expressa no ressurgimento todo discurso político nacionalista, promovido desde as esferas de poder local e institucional, e articulado em torno do princípio da identidade distinta da Galiza e dos direitos nacionais que, logo, lhe corresponderiam; e (e) o marco jurídico que regula o *status oficial* da língua e que em parte informa a prática lingüística nas instituiçons locais.

Nas próximas páginas, tentarei examinar o actual processo de criaçom e espalhamento de variedades estándezares do galego no âmbito público, político e institucional desde umha perspectiva múltiple: (1) Por umha parte, seguirei a considerar o papel da lingüage na mobilidade social. (2) Por outra, manterei em mente um esquema geral de micro-análise da *geraçom, uso e manejo* dos códigos lingüísticos para a consecuçom dos objectivos comunicativos, e em relaçom ao exercício do control e poder sociais. (3) E, como terceiro aspecto, porei especial atençom à questom ideológica, expressada no surgimento de novos valores sociais arredor do uso público do galego.

### *3.1. Urbanizaçom do galego e mobilidade social.*

Se antes acháramos umha correspondênciia entre (a) a clara jerarquiaçom funcional e social de galego e espanhol e (b) a presenza histórica de um grupo etno-lingüístico de élite (o espanhol-falante) e outro grupo etno-lingüístico subordinado (as amplas capas de populaçom galego-dominantes), podemos logo dizer que a rotura parcial dese tipo de jerarquiaçom lingüística se corresponde, em algumha medida, com mudanças nas relaçons sociais entre estes grupos etno-lingüísticos? Ou nom estaremos talvez assistin-

do ao surgimento de *novas formas de estratificação social* nas quais os papéis relativos dos grupos etno-lingüísticos em contacto estão re-definidos, de maneira que se estabelece umha nova linha divisória, nom já entre falantes de espanhol e falantes de galego, senom entre usuários de variedades estándares de prestígio (galegas e espanholas) e falantes de variedades subestándares, populares? Com outras palavras, estão-se a derrubar as barreiras à mobilidade social entre os três grupos (espanhol-dominante, galego-dominante e monolíngüe galego), ou, polo contrário, está-se a utilizar de novo a língua (esta vez, a galega) para fins de control social e mantimento dos privilégios grupais? Planteja-se a questom, portanto, de se a «normalizaçom» ou renascimento do «galego» é para o bem colectivo da Galiza (de todos os galegos), ou, mais ben, de se as variedades estándares que se estão a gerar venhem actuar, de novo, como *instrumentos para exercitar formas de control social*.

Semelha, com efeito, que o actual espalhamento do galego estándar (a criaçom de novos códigos) corre parelho à re-estruturaçom dos estratos e ao surgimento de novos sectores de élite cultural. Claramente, certas variedades estándares do galego —sobretodo, com todo o apoio institucional que se lhe está a dar, a elaborada polo ILG-RAG (1982) e aprovada oficialmente polo governo e parlamento autónomos— estão-se tornando em fontes de avanço sócio-económico mesmo para grupos de indivíduos para quem a questom lingüística nunca fora um aspecto relevante da vida social da Galiza. Os exemplos disto som numerosos: tanto as instituiçons locais, publicações oficiais, etc. como a televisom de Galiza, por exemplo, só empregam o galego estándar oficial. O curioso é constatar a extracçom lingüística e cultural, nem sempre galega, de muitos dos empregados de TVG. Com a febre televisiva recente muitos cidadaos para os cais o galego sempre ocupa um lugar marginal nas suas vidas lançárom-se à conquista dos meios de comunicaçom de massas: tradutores, dobradores, locutores, actores, etc. Para um sector destes neo-falantes a questom ideológica é de menos: a língua torna-se, de novo, num instrumento manejável desde os centros de poder (locais ou estrangeiros).

Outro exemplo conhecido é a política da Xunta de comprar quantida des consideráveis de livros editados só na ortografia oficial. Por que? Que razom verdadeira hai para promocionar um código lingüístico específico, quando a normativizaçom —e, sobretodo, o impulsá-la dumha maneira tam rígida como se está a fazer— nom era, em fim de contas, umha necessidade tam urgente? Sabemos que muitos criadores, assi, se vêm forçados, para publicar, a utilizar umha certa grafia: é dizer, um certo código lingüístico escrito. Por outra banda, algumas das poucas revistas literárias e científicas das que dispomos estabelecem as suas próprias normas rígidas quanto à aceitaçom do material por mor da variedade estándar utilizada, de maneira que com estas restriçons se cria ainda mais desánimo e menos intercâmbio intelectual do que se precisaria numha situaçom tam precária como a nossa no que se refere à produçom científica e ensaística.

### 3.2. Fala e poder social.

Vimos antes como o uso da língua dominante numha sociedade multi-língüe ajuda a adquirir ou afortalar certas posiçons de *status* e prestígio social baseado no valor simbolizador da língua. Com freqüênciam a língua dominante abre as portas do poder e da chamada ‘alta cultura’, e isto acontece às vezes através de processos muito más subtis do que podemos imaginar<sup>14</sup>.

Mas nom se trata só deste poder derivado da adquisiçom e uso público dumha língua, sustentada e defendida por todo um marco institucional e um aparato político e administrativo, educativo, etc., que simbolizam o prestígio e a promoçom sociais —e, portanto, facilitam o acceso a posiçons influentes—. Trata-se, ademais, dum tipo de poder que emerge de —e se manifesta em— o control efectivo da interacçom, da conversa, através do manejo de recursos retóricos, estilísticos ou discursivos, códigos ajeitados ao contexto, etc. Quigera aqui tratar de expor a que me refiro quando sugiro que a língua, e a prática lingüística, tenhem íntimas conexons com o exer-cício do poder e do control social.

Para isto cumpre descer, na nossa análise, ao nível da *formação, man-timento e espargimento dos códigos lingüísticos* no plano social. Em mente devemos ter um esquema de análise semelhante ao seguinte, que se proponha:

- (1) em primeiro lugar, *identificar* o(s) código(s) que están surgindo na vida social; e, a seguir ver
  - (2) onde *se geram* (em que tipos de actividades sociais);
  - (3) que *sub-grupos de falantes* os mantinem e *como* os mantinem (através de que práticas lingüísticas concretas);
  - (4) como *se aceede* ao seu conhecimento e uso (através de que tipos de actividades comunicativas, formas de ensino, etc.).
  - (5) que novos *valores sociais* (de prestígio, educaçom, poder, etc.) se geram arredor do(s) novo(s) código(s) e dos seus usuários, considerando, p. ex., que relaçons hai entre as práticas lingüísticas, as regulaçons jurídico-sociais e os valores culturais da comunidade; e
  - (6) que *uso(s) concretos* se lhes dá na comunicaçom, oral e escrita, e que *significados sociais e interacionais* tem a sua utilizaçom em contextos específicos.

---

(14) Os estudos de Lambert (1967) e outros tenhem desvelado avaliaçons, valores da comunidade e estereotípos sociais exclusivamente formados em valoraçons inconscientes da forma de falar dos individuos. Estes estereotípos jogam em ocasions um papel decisivo para a resoluçom daquelas situaçons de co-municaçom «cara a cara» como entrevistas de trabalho, petiçons e trámites em encontros com o corpo burocrático, juízos, etc. Isto é assi até tal grau que freqüentemente as decisons tomadas están baseadas fundamentalmente na forma de falar do interlocutor (includo o léxico, as estratégias retóricas utilizadas, a organizaçom do discurso, etc.) e nom na sua verdadeira valia ou na justeça das duas argumen-taçons.

Como conduta social, a conduta lingüística responde tamé a *normas* —em parte consensuadas, em parte impostas— e organiza-se assimesmo em *patrons* regulares que o sócio-lingüista deve descobrir e estudar. E como conduta social, a conduta lingüística tem de ser —e, de feito, é— validada socialmente —isto é, aceitada ou rejeitada— polas respostas da comunidade. Síncronicamente, a especializaçom funcional das variedades do galego e do espanhol, portanto, responde em parte à aceitaçom social dos usos asignados ás línguas respectivas. Prova disto é que, às vezes, os esforços conscientes por modificar as normas sócio-lingüísticas provocam inicialmente reacçons adversas no interlocutor. Refiro-me, por exemplo, ao rejeitamento, por parte de certos sectores de falantes habituais de galego coloquial, a usar a língua em contextos públicos tradicionalmente reservados ao espanhol. A escolha de código para o desenvolvimento dumha série de actividades comunicativo-sociais gera, assi, valores sociais associados com essa língua —e, secundariamente, com os seus usuários—. Estes valores respondem, polo menos parcialmente, a certas características do acto de comunicaçom no que se utiliza polo comum dita língua. Assi, o uso do espanhol para requerir informaçom dum funcionário público (que, talvez, fala galego na casa) gera valores que poderíamos chamar de *distância social* ou *formalidade*. À sua vez, estes valores venhem formar parte do conhecimento sócio-lingüístico implícito dos falantes à hora de escolher, de entre as formas do seu repertório lingüístico, as variantes (ou códigos) apropriados para o contexto.

O contacto de línguas é sempre um fenómeno dinâmico, pois mesmo nas situaçons aparentemente mais estáveis (o multilingüismo secular da Índia, ou o bilingüismo de Québec) a escolha de língua é um processo implicitamente *negociado* polos falantes na comunicaçom imediata, que é, de certo, o ámbito onde se plasma a funcionalidade social dos códigos lingüísticos. Até certo ponto, pois, a propriedade na selecçom de código tem de ser validada ou nom validada polos participantes do acto comunicativo, numha sorte de processo de *co-ordenaçom* comunicativa nom isento às vezes de tensons interpersoais.

Mas o fundamental é relembrar que nesta negociaçom de vontades comunicativas subjazem *relações interpersoais de poder*, e umha sócio-lingüística da interacçom que ignore estas relações de poder ficará, como tanto estudo recente sobre a dimensom social da linguage, limitado a um perigoso descritivismo. Para examinar a funçom da fala no control interaccional e social cumple ver, ao nível mais baixo de análise que podemos conceber, como os *actos de fala* (perguntas, enunciaçons, petiçons, ordes, etc.) se constituem, ademais de em actos *locutivos* ou meramente representativos, nomeadores da realidade, em actos *perlocutivos* ou *performativos* (Austin 1962; Searle 1969), é dizer, actos que tenhem o atributo potencial de repercutir no contexto mudando, de algumha maneira, as relações entre *sujeito activo* (o falante) e *entorno* (incluindo os ouvintes e outros participan-

tes do acto comunicativo). O manejo de certos códigos e outros recursos discursivos é, assi, um aspecto importante da organizacōm interna da conversa e joga um papel fundamental no que poderíamos chamar *control da interacçōm* para o acadamento dos objectivos comunicativos (e, em última instânciā, persoais).

No caso de Galiza, onde quase a totalidade da populaçōm pode dispor, dentro do seu repertório lingüístico, do uso do galego e do espanhol, este manejo de recursos retóricos pode consistir, em grande medida, no uso hábil e comunicativamente relevante do ‘galego’ —é dizer, de códigos diversos cuja base lingüística som estruturas pertencentes ao sistema do galego— e do ‘espanhol’ —quer dizer, paralelamente, de códigos identificados polo comum como compostos de elementos e estruturas do espanhol—. Por exemplo, no âmbito público, onde primeiro se nota o espargimento manipulativo do galego estándar é na vida política do país. O galego foi amplamente utilizado na última campanha eleitoral e publicitária ao parlamento de Galiza de 1985. Mas muitos coincidirām em que estes registos galegos do neo-falante (quer dizer, o galego dos políticos que predominantemente falam espanhol) em verdade nom «chegam» mais às grandes massas falantes de galego como língua nai do que chegaria, por exemplo, o tipo de espanhol que se utilizaria nos mesmos contextos. Este galego, e este espanhol, conotam ‘formalidade’ e ‘distância comunicativa’: umha formalidade e umha distância que provenhem das características mesmas do acto de comunicaçōm. Os falantes nativos percebem, ademas, as divergências estruturais entre, p. ex., o galego de TVG (já chamado o «galego de televisión») ou o de certos líderes políticos neo-falantes, e a sua própria fala: em alguns casos, hibridizada, castelanizada, gheante e sesseante, internamente variável e heterogénea: «impura», si —por empregar critérios e terminologia purista—, mas genuinamente *sua*. A estes falantes, mal que nos pese, talvez lhes «chegaria» tanto ou mais o discurso político em espanhol, de acordo às normas sócio-lingüísticas até agora vigentes na comunidade e às próprias expectativas e percepções dos falantes sobre a propriedade do uso da fala nos diversos contextos. Mas, se isto é assi —se em realidade a fala, mais que achegar indivíduos entre si, às vezes os afasta na comunicaçōm imediatamente no seu senso mais restringido de «transmissiom de informaçōm»— por que de todas maneiras se teima no uso do galego para a comunicaçōm pública entre as élites políticas e a populaçōm geral do país?

O galego estándar está assi em condiçōns até agora sem precedentes de se constituir no que poderíamos chamar *código de autoridade*, que reforça a validez dos argumentos utilizados em, por exemplo, tomadas de decisōm políticas. O uso do galego nom só comporta agora valores de *formalidade*: a esta engadem-se-lhe valores de *oficialidade*, que estám baseados tanto (a) no marco jurídico (o Estatuto de Autonomia, o Decreto de Bilingüismo e a Lei para a Normalizaçōm do Uso do Galego) que confere co-oficialidade legal ao galego e ao espanhol, como (b) no uso público do galego por mem-

etros de instituições de governo nas juntas do concelho, sessões parlamentares, etc., e por *personas públicas* nas suas intervenções nos meios de comunicação. Mas, sobretudo, surgem agora para o galego os citados novos valores de *autoridade*, que se geram, em última instância, na *alusão metafórica que fai o uso do galego a um novo marco político e a um novo marco ideológico de referência: o discurso nacionalista dominante.*

### 3.3. *O discurso nacionalista da língua.*

Por fim, quando passamos a considerar o aspecto ideológico, vê-se mais claramente como a urbanização do galego estándar, mais que ser um fenômeno único e um direito histórico conquistado, é manifestação séria dum processo geral de desenvolvimento das burguesias locais e as suas senhas de identidade na Europa. O ressurgimento da consciência regional no seu sentido mais amplo (quer dizer, o ressurgimento da identidade dos povos e nações minoritárias) é um fenômeno geral que no Estado Espanhol se manifesta não só nos movimentos nacionalistas galego, catalão e basco, senão na descentralização administrativa de todo o Estado, com os intentos de certas comunidades de distanciar-se dos âmbitos linguístico-culturais historicamente considerados como «próprios»: por exemplo, o intento valenciano de normatizar a sua «língua valenciana», ou a política oficial da Junta de Andaluzia para o ensino da pronúncia andaluza nas escolas como forma andaluza estándar.

Na Galiza, o interessante é que, à vez que se cria e promove um novo código, um certo estándar do galego, cria-se e promove-se também *um novo discurso político sobre a língua e a nação* que sirva de marco de referência para a interpretação contextualizada do significado simbólico da conduta linguística —quer dizer, um marco de referência que dê sentido ao uso do galego em contextos tradicionalmente reservados ao espanhol—. Com outras palavras, não só se lhe dá ao cidadão que agora é legal e legítimo utilizar o galego numa junta do concelho ou (teoricamente) num juízo, senão que também se lhe fornecem *claves ideológicas* para interpretar o significado social do uso desse galego. Prova disto é o uso quase simbólico do galego em certas juntas de caráter político. No concelho de Vigo, por exemplo, usa-se quase exclusivamente o galego para a redação, leitura e aprofundamento das actas, as apresentações de falantes e as concessões da palavra ao alcalde, os rituais de abertura e encerramento das sessões, etc. Porém, o galego joga um papel quantitativamente muito menor no desenvolvimento dos debates mesmos. Indubitavelmente, o galego é plenamente *oficial*. Mas semelha que a fala perde parte da sua dimensão puramente comunicativa para cobrar novos simbolismos, para servir como *symbolização dumha nova vontade política e dumha nova ideologia política*.

## CONCLUSONS.

Como se terá visto, temos descido na nossa análise desde os ámbitos e categorias sociais mais gerais até os mais particulares: desde os ámbitos de *naçom*, como umha realidade histórico-social objectiva aglutinada ao redor doutra realidade perfeitamente identificável como é «a Língua» herdeiriana (o veículo próprio para a expressom do carácter dum povo), ao âmbito da *comunidade de fala*, ao das *retículas de interacçom*, para chegar, finalmente, ao do *acto de fala* como unidade comunicativa mínima (umha pergunta, umha petiçom, um insulto, umha asseveraçom, etc.). Ao mesmo tempo, temos viajado desde a macro-sócio-lingüística quantitativa, passando pola sociología política da language, a etnografia da fala e da comunicação e a sócio-lingüística da interacçom, para chegarmos à análise do discurso falado, à pragmática lingüística e à retórica.

Em mente, tivemos sempre a questom clave que toda sócio-lingüística interpretativa e nom meramente descriptiva da realidade da fala deve plantejar-se: a das relaçons entre a prática lingüística (a fala) e os processos sócio-económicos (urbanizaçom; surgimento das burguesias locais), sócio-políticos (descentralizaçom do Estado) e sócio-culturais (ressurgimento da conciênciа nacional e do discurso nacionalista da language) em sociedades multiétnicas e multilíngües.

Tenho tentado provar como a questom lingüística na Galiza nom é só umha questom de ‘classe social’ em termos economicistas clássicos, nem sequer um fiel reflexo das formas de ‘dominaçom ideológica’ do estado centralista, e que a actual normalizaçom do galego nom deve ser vista principalmente como um produto da recuperaçom da ‘identidade nacional’. Na Galiza, o fundamental nom é só que se está a recuperar a língua na vida urbana, senom que arredor dela estám-se criando umha série de instituições de poder e de saber (os serviços de normalizaçom lingüística da Junta, o Conselho da Cultura, os Serviços de Normalizaçom da Língua municipais) ou aproveitando-se outras preexistentes (o Instituto da Língua Galega, a Real Academia Galega), todas elas encarregadas de gerar o discurso sócio-lingüístico que vai subjazer às normas regulatórias do uso da língua. Ao mesmo tempo, elabora-se tamém um marco jurídico (o Decreto de Bilingüismo, a Lei de Normalizaçom do Uso do Galego...) que regulariza a conduta lingüística no âmbito público, e promove-se um discurso nacionalista que *justifica, explica e serve para interpretar* as novas normas de uso público do galego. Por fim, em torno desta parafernália institucional e jurídica desenvolve-se umha *nova élite social*: um funcionariado da language, umha burocracia técnica composta de cargos das administraçons galega e locais, planificadores lingüísticos, ensinantes, conselheiros lingüísticos nos meios de comunicação, tradutores, editores, etc.

Como apoio a toda a estratégia «normalizadora», o discurso nacionalista subjacente apresenta a língua como o veículo próprio de expressom do «carácter» dum povo, como a plasmaçom, quase tangível, da sua perso-

nalidade histórica e o seu destino; identifica-se, ademais, à Galiza com «os falantes de galego», de maneira que a utilizac̄om pública do galego está sempre, queira-o ou nom, fazendo referéncia implícita aos direitos nacionais. O uso do galego em público simboliza coesom, camaradage, vinculaç̄om, significa «nós», frente a «elos», o espanhol, o Outro, o estrangeiro ibérico. Assi, num complexo processo, a ideología política inça, penetra, invade todo o comportamento verbal, transluze-se na comunicaç̄om mais imediata: falar já nom pode ser politicamente neutral; falar é tomar partido: é um acto de posicionamento ideológico, político, cultural. E o manejo da fala (dos códigos em contacto) está em condiç̄ons imelhoráveis de trocar-se em artefacto discursivo, em forma de control social e interaccional.

Quanto ao papel da superestrutura jurídica, o recente (e tenso) debate social de 1986 sobre a decisom do Tribunal Constitucional espanhol de elminar, da Lei de Normalizaç̄om do Uso do Galego, a referéncia explícita ao dever dos galegos de conhecer e usar a língua, expressou, mais que nada, a aceitaç̄om implícita da necessidade dum marco jurídico (estatal e estatutário) como fonte de regularizaç̄om da conduta lingüística<sup>15</sup>. Pese às divergências expressadas por diferentes personalidades da vida social e cultural de Galiza com respeito à citada decisom, o próprio ponto de partida argumental para as diferentes posturas era a interpretaç̄om (porvezes, mui detalhada) dos recovecos formais da lei em questom. A coincidência geral que se transluzia foi, em todos casos, que a Lei era (e, talvez, *deveria ser*) a fonte da conduta lingüística na Galiza. Isto implica, por suposto, que a existênciā dumha lei ‘justa’ sobre uso e direitos lingüísticos só dependeria do aperfeiçoamento das formas representativas, ou, talvez, da presença de representantes dos ‘verdadeiros interesses nacionais galegos’ nas instituiç̄ons democráticas. Em todo caso, o que nom se questiona é a própria funç̄om da Lei na regularizaç̄om de práticas lingüísticas que pertencem ao plano do individual<sup>16</sup>.

Ao cabo, como acontece em muitos outros aspectos da sociedade burocratizada moderna, recorre-se ao discurso científico —em particular, ao discurso sócio-lingüístico, incluindo o presente trabalho— como umha forma de legitimacia das iniciativas legais, da regulaç̄om oficial das práticas sociais. Deixa-se o futuro da língua na mao dos «expertos», dos técnicos da language. Eles devem descobrir a onde caminha o galego, e, consequen-

---

(15) Ver as numerosas colaboraç̄ons de intelectuais galegos sobre o assunto nas páginas dos jornais *Faro de Vigo* e *La Voz de Galicia* dos primeiros dias de Julho de 1986.

(16) Ideologicamente, isto encaixa com a progressiva identificaç̄om do cidadao do bloqueto occidental com os seus estados e as suas formas de democracia burocrática, ante as quais o cidadao possui direitos emanados da sua contribuic̄om directa á maquinaria económica e política do estado na forma de taxas monetárias, participaç̄om eleitoral, etc. Isto observa-se cada vez mais no crecente uso do aparato para reclamar direitos individuais por meio de pleitos, demandas à própria administraç̄om pública, etc. Os argumentos subjacentes para esta utilizacaç̄om da Lei polo cidadao baseam-se agora, ademais, em reclamar nom tanto o que seria ‘moralmente justo’, senom o que a um ‘lhe corresponde’ como contribuinte.

temente, dictaminar qual ha ser a sua *forma* (as normas ortográficas, etc.) e o seu *uso*. Desde posiçons políticas e lingüísticas nom necessariamente coincidentes, a questom semelha ser, em última instânci, a do *iniciamento* do intelectual, através da fala e dum certo tipo de lealdade lingüística (lealdade a umha variedade estándar determinada), nalgum dos círculos de poder cultural em Galiza. Assi, as forças da *intelligentsia* e da burguesia locais *apropriam-se* da língua, objectivizam a fala, cousificam a prática lingüística. A quem beneficia a normalizaçom do galego, ou, melhor, este *modelo específico* de estandarizaçom e normalizaçom? Ao conjunto da Galiza? Ou nom estamos assistindo, mais bem, a umha apropriaçom, para interesses grupais, do que deveria pertencer a todos?

Esta é a situaçom na que nos encontramos hoje, e tal processo, polo menos segundo se desenvolvem as circuntâncias, semelha ser irreversível. Mas nom se trata, por suposto, de voltar à pureza originária, ao ruralismo endémico, a Breogám, a Pondal, à Raça herderiana ou risquiana. Trata-se, em primeiro lugar, de comprender por que a morte do galego nom se produziu, por que a assimilaçom completa do galego ao espanhol talvez nunca se produza já. Trata-se tamém de comprender o processo de urbanizaçom, institucionalizaçom e burocratizaçom do galego. E trata-se de ver, com clarividênci de vencido mas com a inteligênci do que resiste, por que este novo bilingüismo social, esta nova forma de especializaçom funcional da fala como reflexo e instrumento da estratificaçom social, ainda se ha manter por muito tempo: até o final mesmo da Era Pré-utópica.

## REFERÊNCIAS

- (ILG-RAG) Instituto da Lingua Galega e Real Academia Galega. 1982. *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*. Vigo: RAG-ILG.
- Alonso Montero, Xesús. 1973. *Informe —dramático— sobre la lengua gallega*. Madrid: Akal.
- Austin, J. L. 1962. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press.
- Bauman, Richard. 1977. «Linguistics, anthropology and verbal art: toward a unified perspective; with a special discussion of children's folklore». Em Muriel Saville-Troike (ed.). *Linguistics and Anthropology. Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics 1977*. Washington, D. C.: Georgetown University press, 13-26.
- Bernstein, Basil. 1972. «A sociolinguistic approach to socialization; with some reference to educability». Em John J. Gumperz e D. Hymes, (eds.). *Directions in Sociolinguistics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 465-497.
- Eckert, Penelope. 1980. «Diglossia: separate and unequal». *Linguistics* 18, 1053-1064.
- Ervin-Tripp, Susan. 1973. «An analysis of the interaction of language, topic and listener». Em *Language Acquisition and Communicative Choice*. Stanford: Stanford University Press, 239-261.
- Fernández, Mauro. 1978. «Bilingüismo y diglosia». *Verba* 5, 377-391.
1983. «Mantenimiento y cambio de lengua en Galicia: el ritmo de la desgalleguización en los últimos cincuenta años». *Verba* 10, 79-129.
- Fishman, Joshua A., ed. 1985. *The rise and fall of the ethnic revival: Perspectives on language and ethnicity*. Berlin-New York-Amsterdam: Mouton.

- Gal, Susan. 1979. *Language shift. Social determinants of linguistic change in bilingual Austria*. New York: Academic Press.
- García Negro, M.ª Pilar. 1981. «A língua galega no ensino e nos meios de comunicación». Em *Ensenyament de la llengua i mitjans de comunicació social. Cinquenes jornades del CIEMEN (Centre International Escarré per a les Minories Ètniques i Nacionals). Abadia de Cuixá, 18-24 d'agost de 1980*. Badalona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 91-115.
- González Pérez, Claudio. 1978. «A diglosia na nosa etnografía». *Grial* 60, 181-188.
- Gumperz, John J. 1968. «The speech community». Em *International Encyclopedia of the Social Sciences*, Macmillan, 381-386. Reimpreso en P. P. Giglioli, ed. (1972), *Language and social context*. Middlesex: Penguin Books, 219-231. As minhas citas referem-se a esta reimpressão.
1982. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gumperz, John J. e Dell Hymes, eds. 1972. *Directions in Sociolinguistics*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Hughes, Everett, C. 1970. «The linguistic division of labor in industrial and urban societies». Em James E. Alatis (ed.). *Bilingualism in Language Contact. Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics 1970*. Washington, D. C.: Georgetown University Press, 103-119.
- Hymes, Dell. 1967. «Models of the interaction of language and social setting». *Journal of Social Issues* 23.2, 8-28. Reimpreso como «Models of the interaction of language and social life», em Gumperz e Hymes (1972), 35-71.
- Inglehart, R. F. e M. Woodward. 1967. «Language conflicts and political community». *Comparative Studies in Society and History* 10, 27-40, 45. Reimpreso em Giglioli (1972), 358-377. As minhas citas referem-se a esta reimpressão.
- Lambert, Wallace E. 1967. «A social psychology of bilingualism». *Journal of Social Issues* 23.2, 91-109.
- Lewis, Glyn. 1978. «Migration and the decline of the Welsh language». Em Joshua A. Fishman (ed.). *Advances in the study of societal multilingualism*. The Hague: Mouton, 263-351.
- Llera Ramo, F. J. 1980. «Introducción a la sociología del bable». *Estudios y trabajos del seminariu de llingua asturiana*, Vol. 2. Oviedo: Universidad de Oviedo, 269-284.
- Rodríguez, Francisco. 1976. *Conflict lingüístico e ideoloxía en Galicia*. Pontevedra: Xistral.
- Rojo, Guillermo. 1981. «Conductas y actitudes lingüísticas en Galicia». *Revista Española de Lingüística* 11.2, 269-310.
- Ruiz de la Peña Solar, A. 1980. «La literatura en bable: hitos de una frustración». *Estudios y trabajos del seminariu de llingua asturiana*, Vol. 2. Oviedo: Universidad de Uvieu, 245-249.
- Ryan, E. B. 1979. «Why do low-prestige language varieties persist?». Em R. St. Clair (ed.). *Language and social psychology*. Oxford: Blackwell, 145-157.
- Searle, J. R. 1969. *Speech acts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sugathapala de Silva, M. W. 1976. *Diglossia and literacy*. Manasagangotri, Mysore (India): Central Institute of Indian Languages.
- Varela Puñal, Ramón. 1980. *Galiza, un pobo, unha língua*. Santiago de Compostela: Follas Novas Edicións.
- Vázquez Cuesta, Pilar. 1976. «Interferencias lingüísticas entre gallego y castellano». Em *Actes du XIII<sup>e</sup> Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes [tenu à l'université Laval (Québec, Canada) du 29 août au 5 septembre 1971]*, Vol. II. Québec: Les Presses de L'université Laval, 443-455.
- Woolard, Kathryn, A. 1983. The Politics of Language and Ethnicity in Barcelona, Spain. Tese de doutoramento inédita. Berkeley, EE.UU.: Department of Anthropology, University of California.

## Incêndios forestais e política forestal

Por Carlos VALES

Dizer que a política forestal seguida até hoje desde a criaçom, no ano 1940, do Património Forestal do Estado, logo convertido em ICONA, está na base do problema dos incêndios forestais que assolam o nosso país e que se converteu no exemplo mais grave de degradaçom ecológica e destruçom de recursos naturais do mesmo, é já um lugar comum aceite pola própria Administraçom actual do Estado: «La causa profunda de que los incendios se dupliquen cada año es la política forestal seguida hasta el momento por el ICONA, quien olvidó que la finalidad de las repoblaciones debe ser la lucha contra la erosión antes que el aprovechamiento maderero y que persiguiendo un beneficio a corto plazo puso en peligro el patrimonio natural de todos los españoles» (1) (Concepción Sáenz Laín, ex-Directora General de Medio Ambiente). «Estamos viendo las consecuencias de una política forestal y allí está el 90, yo me atrevería a decir, casi el 100 por 100 de las causas de los incendios forestales en estos momentos» (2) (Fernando Martínez Salcedo, Director General de Medio Ambiente).

Porém, estas afirmaçons, nom rebatidas, nom tivérom como consequênciia um questionamento práctico desta política forestal em Galiza, nem a elaboraçom de umha política forestal *alternativa* que evite cair nos erros do passado, de maneira que podemos afirmar que os incêndios forestais, aparte de casuísticas e explicaçons mais imediatas, seguem a ter a sua justificaçom numha situaçom estrutural que, no fundamental, nom tem sido corrigida.

Por umha parte está o problema das *espécies utilizadas* nas plantaçons forestais. O próprio Chefe de Secçom de Incêndios Forestais do ICONA insistia na necessidade de «seleccionar especies resistentes al fuego de posible adaptación a nuestro suelo y clima, dando especial atención preferente a las presumiblemente más aptas para instalarse, puras o mezcladas, en las

---

(1) SAENZ LAIN, C., «Por qué arden nuestros bosques?», *Quercus*, n.º 15.

(2) MARTINEZ SALCEDO, F., *Comparencia* ante o Senado em 11 de Dezembro de 1986.

zonas tradicionalmente afectadas por el fenómeno» (3). Pois bem, diferentes autores tenhem-se preocupado de analisar a relação entre as espécies forestais e o lume, a predispoçom que as diferentes espécies arbóreas dos nossos bosques tenhem a arder; e os resultados nom podem ser mais concorrentes (4, 5, 6).

No quadro seguinte oferecem-se dados sobre as superfícies repovoadas e queimadas, por espécies, no período 1940-82, no conjunto do Estado Espanhol.

### SUPERFICIES REPOBLADAS Y QUEMADAS SEGUN ESPECIES

ESPECIES	SUPERFICIE REPOBLADA 1940-1982 Has.	% SOBRE EL TOTAL REPOBLADO	SUPERFICIE QUEMADA 1970-1983 Has.	% SOBRE EL TOTAL QUEMADO
P. pinaster .....	782.414	24,5	348.807	33,2
P. sylvestris .....	552.973	17,3	123.716	11,8
P. halepensis .....	466.282	14,6	285.838	27,2
P. laricio (nigra) .....	378.542	11,8	24.418	2,3
P. pinea .....	212.761	6,6	23.917	2,2
P. radiata .....	163.813	5,1	74.618	7,1
P. canariensis .....	27.086	0,8	17.199	1,6
P. uncinata .....	17.322	0,5	66	—
Otras coníferas (*) .....	77.858	2,4	3.275	0,3
Eucaliptus spp. ....	431.012	13,5	61.770	5,9
Otras frondosas (**). ....	80.624	2,5	17.380	1,6
Alcornoque .....	—	—	11.161	1,0
Encina .....	—	—	3.978	0,3
Robles .....	—	—	6.811	0,6
Varios .....	—	—	46.349	4,4
TOTAL .....	3.190.687	100	1.049.223	100

(\*) Abies pinsapo; Picea excelsa; Pseudotsuga douglasii; Larix europaea; Cupressus spp.

(\*\*) Populus tremula; Populus nigra; Fraxinus spp.; Populus spp.; Fagus sylvatica y otros.

em *QUERCUS*, n.º 19 - Verao do 1985.

Em base a estes dados, e outros mais elaborados, os autores citados calculárom o índice de igniscibilidade real de cada espécie, é dizer, o índice que relaciona as superfícies queimadas de cada espécie e a superfície total que essa mesma espécie ocupava. Os resultados figuram no seguinte quadro:

(3) RICO, Filiberto, *Incendios*, 1.ª Asamblea Nacional de Investigación Forestal, Madrid, 1982.

(4) CASTROVIEJO, S. et al., *Política forestal en España ¿Producción o Conservación?*, Arbor.

(5) PRIETO, F., «25 años de incendios forestales», em *Dossier Greenpeace* sobre bosques e incendios forestales en España.

(6) CASTROVIEJO, S. et al., Monografía de *Quercus* sobre *Política forestal en España*, n.º 19, Verao de 1985.

**RESUMEN DE LOS INDICES DE IGNISCIBILIDAD REAL,  
SEGUN ESPECIES**

N.º ORDEN	ESPECIES	VALOR MEDIO INDICE (%)	CARACTERISTICAS DE LAS ESPECIES
1	P. insigne	2,17	Alóctona. Turno 25-40 años
2	Eucalipto	1,98	Alóctona. Turno 15-20 años
3	P. resinero	1,96	Autóctona. Turno 25-40 años
4	P. carrasco	1,76	Autóctona. Turno 40-80 años
5	P. canario	1,53	Autóctona. Turno 60-100 años
6	P. silvestre	1,11	Autóctona. Turno 80-100 años
7	P. piñonero	0,66	Autóctona. Turno 80-150 años
8	P. laricio	0,41	Autóctona. Turno 80-150 años
9	Chopos	0,37	Autóctona y Alóctona según especies. Turno de 15-20 años
10	Alcornoque	0,26	Autóctono. Turno de más de 150 años
11	Castaño	0,18	Autóctono. Turno de 60-100 años
12	Robles	0,09	Autóctono. Turno 80-150 años
13	P. uncinata	0,02	Autóctono. Turno 80-150 años
14	Encina y haya	0,00	Autóctonas. Turno de más de 150 años

em *QUERCUS*, n.º 19, Verao de 1985.

e nom podem ser mais concludentes: as espécies mais afectadas polo lume fôrom o pinheiro de Monterrei (*Pinus radiata*) índice 2,17, o eucalipto (índice 1,98) e o chamado pinheiro galego (*Pinus Pinaster*), índice 1,96, enquanto todas as frondosas autóctonas possuem índices mui reduzidos.

De maneira que podemos concluir afirmando que a política forestal se baseou em Galiza na plantaçom daquelas árvores mais propensas a sofrer os efeitos do lume, traendo como resultado que a imensa maioria da superficie forestal galega esteja ocupada por espécies pirófilas, o pinheiro pinaster distribuído por toda a geografia, o eucalipto polo litoral e em zonas de altitudes inferiores aos 450 metros e o pinheiro insigne nas zonas mais nortenhas de A Corunha e Lugo, províncias mais frias e húmidas. Se tivermos em conta que, segundo F. Molina (7), estas espécies ocupavam (no ano 1973) 616.480 Has. no caso do pinaster, 55.020 Has. no caso do radiata e 87.240 Has. o eucalipto, e se considerarmos o velocíssimo espalhamento desta espécie, que obriga a situar as cifras da sua presença actual numhas 150.000 Has. (8), encontraremos com que *a maior parte da massa forestal galega está constituída polas três espécies mais afins ao lume de todas as espécies forestais que povoam os montes peninsulares*. Enquanto as coníferas (todas elas mui ignisciveis) ocupam, sós ou associadas, fundamen-

(7) MOLINA, F., «Producción e Exoloxia no monte galego», em *RGEA*, n.º 2, 1979.

(8) FERNÁNDEZ LEICEAGA, J., *O monte na Galiza*, Departamento de Estrutura Económica, Universidade de Santiago (exemplar mecanografado).

talmente com eucaliptos, o 75 % da superfície forestal galega, os carvalhos ocupam a 3.<sup>a</sup> parte que os eucaliptos e os castinheiros a 5.<sup>a</sup> parte.

Eis umha das razons profundas dos incêndios. Se do que se trata é de evitar que o monte arda, seleccionando espécies resistentes ao lume, adaptadas ao nosso solo e clima, fixo-se justo e contrário do que se devia fazer.

Mas nom é somente o tipo de espécies utilizadas nas plantaçons forestais o que explica que o lume seja um «continuum» nos montes galegos. A política forestal tivo outros componentes que, situados sobre a realidade rural galega, nom podiam por menos que conduzir a este resultado.

Pode-se afirmar que Galiza tem sido desde épocas históricas um país deforestado. A razom hai que buscá-la nas funçons que cumpria o monte dentro de umha realidade agrária centrada nos usos agrícolas e gadeiros da terra, e na elevada densidade de povoacóem nos últimos séculos, que obrigava a um uso intensivo do espaço, o que levou a roçar e deforestar a quase totalidade do território. Quem pense que a existência de tantos milhares de Has. de monte baixo em Galiza significa que existe um esbanjamento de recursos por parte da comunidade agrária galega, demonstra a falta total de conhecimento, sequer seja superficial, sobre o que era o campo galego até anos mui recentes. Efectivamente, o monte baixo cumpria dentro da economia agrária galega um papel fundamental. Constituía o lugar de obtençom de matéria prima para o estercado, base da fertilidade das terras de lavradio, já que, dentro da dinâmica da agricultura galega, o monte é sobretodo um produtor do tojo que sustenta a fertilidade dos solos para o policultivo intensivo. O predomínio do tojo responde a umha açom humana consciente, e nom à incúria, como demonstra o feito de que, quando o campesinado dispuso livremente dos seus montes, aumentou a importância da superfície dedicada ao mesmo, inclusive sementando-o. A produtividade das terras de Galiza, dando até três ou inclusive quatro colheitas ao ano, só é possível mantê-la graças ao recurso do tojo, polo que cada hectárea de cultivo precisa várias de tojeira. Bouhier (9), no seu monumental estudo sobre o complexo agrário galego, chegou inclusivamente a calcular a superfície que se podia dedicar efectivamente a cultivos —entre o 5 e o 50%— dada a restriçom de ter que dedicar superfícies maiores a tojos e outras leguminosas arbustivas. Nom é, portanto, de estranhar que ante o aumento de pressom populacional durante o século XVIII, já no ano 1752 o 92 % do monte corresponesse a monte baixo (10), proporçom que se mantiu inalterada até hai menos de 60 anos.

Mas nom é só a funçom de fornecer fertilizante a que cumpria o monte em Galiza. A esta hai que acrescentar-lhe a de servir de lugar de pasto para

---

(9) BOUHIER, A., *La Galice. Essai géographique d'analyse et d'interprétation d'un vieux complexe agraire* (Tese de Doutoramento).

(10) FERNÁNDEZ LEICEAGA, J. Op. cit.

o gado —tanto maior como menor— especialmente nos portos e vranhas; a de ser prolongaçom do terreno cerealífero de jeito temporal, especialmen-te no terreno menos accidentado, através de roças, de umha queima da vege-taçom que dá lugar a umha rápida mineralizaçom da matéria orgánica, prá-tica que, ainda que ecologicamente questionável, dá lugar a um adubamen-to imediato, o que permitia a obtençom de cultivos adicionais durante cer-tos períodos, após os quais se adubava o terreno outra vez a monte, para que se regenerasse por si próprio; e, por fim, o monte cumpria umha fun-çom de fonte de lenha para o lar e, no caso das encostas que conservavam árvores, permitia a saca de madeira para a venda, muitas vezes com o ob-jectivo de equilibrar a economia familiar em anos de penúria. De maneira que o monte fornecia de alimentos directamente (através das roças cereali-sistas), assi como indirectamente (através d manutenção do gado e do suminis-trio de material para o adubamento), para além de fornecer de materiais pa-ra a construçom e de instrumentos de trabalho.

Contando com esta informaçom, pode-se comprovar como a política das chamadas «repovoações forestais» do Estado, nom significou simples-mente a usurpaçom de terras ao campesinado através da figura dos consór-cios, polo qual os montes parroquiais e de comunidades de vizinhos passa-vam ao Concelho, senom que supupo um atentado ao cerne do funciona-miento do sistema agrário, da agricultura de subsistência: por umha banda, impossibilita-se manter as cabeças de gado miúdo e, em menor medida, afecta-se ao gado maior, já que diminuem as superfícies onde o gado podia pastar. Da importância desse fenómeno dá-nos umha ideia o estudo reali-zado por Blanco González (11) que calcula em perto de sete milhões de qui-logramos a perda anual de peso vivo de todas as espécies nos montes gale-gos, ao nom se aproveitarem os recursos alimentício-gadeiros do monte. Nes-te mesmo sentido, ao diminuir a disponibilidade de alimentos naturais, aumenta a dependênciā da exploraçom familiar dos pensos de mercado, obri-gando assi a umha despesa económica, ao mesmo tempo que se produzia umha reduçom na entrada de dinheiro pola venda dos produtos fornecidos —directa ou indirectamente— polo monte. Por outra banda, produziu-se umha diminuiçom na produçom de adubo natural, *porque ao faltar o ga-do, falta também o adubo orgánico que este gera*, argumento que segura-men-te explica melhor do que outros que os abonos minerais substituísem tam rapidamente o adubo natural procedente do monte. Assi, o uso de adu-bos fosfóricos multiplica-se por três no lapso de tempo que vai desde 194\* até 1965 (25 anos) (12). Seguindo com os efeitos da usurpaçom dos montes

---

(11) BLANCO GONZÁLEZ, «Algunas consideraciones sobre los factores de la economía agrícola de Galicia», *Revista de Economía de Galicia*, n.º 1.

(12) SINEIRO, F., «Consideracións sobre o aproveitamento da terra en Galiza e a sua evolución con espe-cial referéncia ás terras a monte», em *RGEA*, n.º 9, 1983.

sobre a agricultura tradicional, a nom realizaçom de roças supom umha diminuiçom na produçom alimentária, feito que já sublinha Bouhier a partir de 1960, coincidindo com a etapa de maior ímpeto repovoador. Assi mesmo, o campesinado deixou de dispor do recurso da venda da madeira nos anos maus, ao diminuir o seu acesso à mesma.

Em definitivo, ainda que nom se pode afirmar com inteira certeza que a política forestal do Estado seja a responsável do desmoronamento do complexo agrário galego (13), existem dados que fam pensar que tivo umha influênciam certa. Nom se podem ignorar feitos como a brutal diminuiçom da cabana gadeira galega, coincidindo com as datas em que se produz a onda repovoadora (ver quadro) nem os conflitos que se dérom ao longo do país e que, apesar das circunstâncias sócio-políticas existentes, dérom notícia do

### GALICIA: CIFRAS TOTALES DE LA CABAÑA DE LAS DIVERSAS ESPECIES EN LOS CENSOS GANADEROS DEL PERÍODO, E INDICES DE SUS VARIACIONES

AÑOS	VACUNO	INDICE (1)	PORCINO	INDICE (1)	OVINO	INDICE (1)	EQUINO	INDICE (3)	INDICE (1)	CABRIO	INDICE (1)
1929 ..	1.147.600	100,00	829.618	100,00	701.160	100,00	63.522	100,00	300.486	100,00	
1932 ..		(2)		(2)		(2)		(2)		(2)	
1933 ..	1.119.659	97,56	1.214.320	146,37	741.920	105,81	61.964	97,54	315.386	104,95	
1935 ..		(2)		(2)		(2)		(2)		(2)	
1940 ..	1.099.599	95,81	820.092	98,85	530.755	75,70	61.545	96,88	236.869	78,82	
1942 ..	1.077.622	93,90	739.431	89,12	505.004	72,02	57.296	90,19	215.101	71,58	
1948 ..	930.799	81,11	493.233	59,45	640.397	91,33	70.768	111,40	247,609	82,40	
1950 ..	852.185	74,25	495.427	59,61	526.005	75,01	64.799	102,01	232.850	77,49	
1955 ..	696.957	60,73	323.708	39,01	379.496	54,12	45.296	71,30	137.413	45,73	
1960 ..	977.551	85,18	912.244	109,95	468.093	66,87	43.803	68,95	133.901	44,56	
1962 ..	1.011.411	88,00	1.034.488	124,4	396.870	56,6	43.666	68,7	86.660	28,7	

(1) Base: 1929 = 100.

(2) Sólo totales nacionales.

(3) Censo 1962 de la Dirección General de Ganadería, según C.E.S.I. No., Comis. II, Subcomis. 4.<sup>a</sup>

BEIRAS TORRADO, J. M., *El problema del desarrollo en la Galicia rural*, Galaxia, 1967.

---

(13) Até que ponto a política forestal foi determinante do desaparecimento do gado, menor especialmente, e as repovoacôns e a emigraçom fôrom fenômenos só paralelos no tempo, ou também relacionados? Diferentes autores (veja-se, por exemplo, J. FERNÁNDEZ LEICEAGA, Op. cit.) inclinam-se pola hipótese da relaçom causal, sublinhando que nom se pode aceitar este esquema interpretativo como único, senom com um dado mais na evoluçom do conjunto que leva à crise da economia agrária galega, ainda que os conflitos havidos na expropriaçom dos montes, estudos económicos sobre comarcas concretas (A Maia, Lalhas,...), assi como a importânciam da introduçom de adubos minerais, avalam esta hipótese. Contudo, seria preciso fazer umha análise polo miúdo que contemplasse as correlaçôns estatísticas existentes entre reforestação e diminuiçom da cabana gadeira; reforestação e emigraçom; menor número de roças, etc., investigaçom que cumpre fazer através de estudos localizados e de trabalho de campo.

que estava acontecendo (o de Brandariz, no Concelho de Oia, o de Murigeses em Oça, os de Carantonha e montes de Ogás, em Vimianço, etc.). Nem se pode ignorar a importância de um fenómeno que supôs trocar o uso produtivo de meio milhom de Has. de terreno em 30 anos e a sua despossessão ao campesinado.

Situados em perspectiva histórica, estes acontecimentos som especialmente graves. Galiza carece da tradição selvícola dos países nórdicos ou centro-europeus e a árvore nem tem na nossa cultura o significado que, sem dúvida, tem para os povos dos países mencionados. A projecção agrícola-gadeira da agricultura galega fixo que os bosques praticamente nem tivessem lugar no fundamental da nossa tradição colectiva. As fragas fôrrom substituídas ali onde o terreno era útil para a exploração agrícola, bem directamente para cultivos, bem cumprindo um papel fundamental fornecendo adubos e outros bens através do monte, assim que a sua área foi-se reduzindo conforme ia aumentando a pressão populacional, ficando por fim recluídas nas áreas de montanha e lugares inacessíveis ou de difícil lavra e uso (zonas de elevada pendente). A espécie forestal que si recebeu um tratamento diferente, dadas as qualidades esplêndidas do seu fruto —o castinheiro—, imprescindível na alimentação rural durante séculos e amplamente espalhado desde os tempos dos romanos, sofreu a raiz da chegada da epidémia da tinta um retrocesso implacável até deixá-la reduzida a umha superfície de menos de 30 mil Has. que já nunca aumentou. Já que o principal uso dos castinheiros, o consumo das castanhas para alimentação humana e também dos animais, fora substituindo-se, desde o século XVI, polo das patacas, o seu declive nem foi tam grave do ponto de vista alimentário, mas si do ponto forestal.

Talvez a escassa importância que tem a madeira na construção das vivendas em Galiza, em comparação com outros países, e a importância que tinha o calor animal para aquecer a casa, tenham que ver com a função que cumpria o monte, nem forestal, senão de sustento da agricultura intensiva. Assi que, salvo a escassa importância das fragas, as árvores estavam reduzidas em Galiza à vegetação das beiras dos rios, aos valados e limites de fincas, e aos soutos de castinheiros. Numha sociedade deste tipo, em que cumpriria começar por criar consciência do valor da árvore, o que se fixo foi introduzi-la em contra da gente, mandando-a à emigração nalguns casos, usurpando geralmente as suas terras. Por isso, apesar da importância real que tem ter-lhes devolvido os montes aos seus autênticos donos, as comunidades de vizinhos, pensar que isto resolve o problema sociológico do feito incendiário em Galiza é ingênuo e grave. Ao feito material de ter incendiado os montes de espécies altamente ignífugas, hai que sumar o feito ideológico, super-estrutural, de um povo que nem olha as árvores como algo fundamental na sua vida, que à evidência de pertencer a umha tradição cultural nem forestal, que nem valora especialmente as árvores, hai que unir

o feito de que as árvores que actualmente tem nos seus montes som-lhe em grande medida estranhas e fôrom plantadas contra a sua vontade.

Cumpre sublinhar também um feito que pode levar a confusom. Referimo-nos a que umha grande parte da superfície forestal galega actual foi plantada por particulares, nom polo Estado, o que se poderia interpretar como «interesse» real polas árvores e o bosque. Infelizmente, a realidade é mui outra. Perante a carência de gente, de «mao de obra» na agricultura galega, fruto do desmoronamento da estrutura agrária e da emigraçom interna e externa conseqüente que levou à desertizaçom humana do agro, a plantaçom de árvores apresentou-se como umha alternativa que exigia escasso investimento de capital e nulo, ou praticamente nulo, trabalho, de maneira que se plantavam árvores de crescimento rápido que cumpriam a funçom de seguro contra riscos ou seguro de velhice. Vemos assi como, produto da situaçom social do campo, se completa a introduçom de espécies de ciclo curto, indesejáveis do ponto de vista dos incêndios e máxime perante a ausênciade lavoress de selvicultura que eliminem a maleza igniscível, convertendo-se em elementos adicionais para alimentar o lume e os incendiários.

É esta ausênciade lavoress de selvicultura outro factor que deve ser ressaltado. Prática habitual da política forestal, como hoje se reconhece: «Cuando se analiza que la ausencia de labores culturales en los montes españoles provoca una gran masa de materia combustible, que está lógicamente en relación con la producción de un gran número de incendios forestales, hay que especificar que esa ausencia de tratamientos herbícolas se relaciona con una política forestal únicamente vertebrada como política de repoblaciones con ausencia de tratamientos herbícolas y de labores culturales» (14). Se o o próprio Serviço Forestal do Estado nom levava a cabo estes lavoress de ordenaçom e cuidado do monte, mal se podia pretender que o figessem uns particulares que plantavam árvores, na maioria dos casos, precisamente porque nom necessitavam de cuidado algum. Mas o feito de que os montes gallegos estejam incados de maleza, non por explicável em base ao que acabamos de dizer, deixa de ser um problema gravíssimo, na sua relaçom com os incêndios, ao que cumpre encontrar-lhe umha soluçom, aspecto que logo desenvolveremos com mais demora. Interessa-nos agora, chegados aqui e completada esta análise introdutora, tirar umhas primeiras conclusons sobre as medidas de carácter geral que cumpriria tomar para defrontrar o problema dos incêndios.

A primeira conclusom é a necessidade de mudar o tipo de espécies que se está utilizando nas plantaçons forestais, com o fim de as substituir por outras de características biológicas e ecológicas menos propensas a se ve-

---

(14) MARTÍNEZ SALCEDO, F., Op. cit.

rem afectadas polo lume. Essas espécies existem e som, aliás, as espécies forestais autóctonas e as frondosas caducifólias em geral.

Isto iria destinado a alterar umha das causas «estruturais» de que os nossos montes ardam, a afinidade das espécies actualmente existentes neles polo lume. Outras medidas devem ir dirigidas numha direcçom que nos parece evidente: a necessidade de mudar as relaçons prácticas e as sentimentais, as relaçons materiais e ideológicas, que vinculam a povoacçom galega ao bosque. Medidas em duas direcçons aparecem-se-nos como absolutamente necessárias. Umha direcçom é o ámbito da educaçom, educaçom destinada a dar a conhecer o valor das árvores e as múltiplas e beneficiosas funçons que cumpre o bosque nos ciclos da natureza, as conseqüências da sua nom existênciia ou desaparecimento, as vantages da sua presença, etc... Esta educaçom, óbvio é dizê-lo, deve ir destinada a todos os sectores sociais. É dizer, deve ser introduzida na escola, através dos programas educativos, mas também se deve programar actividades destinadas aos adultos, sabendo, aliás, diferenciar entre a idiosincracia e características das preocupaçons dos habitantes mais urbanos e os habitantes das zonas rurais.

Mas de pouco valeria fazer um esforço educativo, no caso das pessoas que possuem massas arvoradas como parte da sua economia e que, portánto, tenhem umha importancia capital no cuidado e conservaçom das mesmas, se este nom vai unido a alicientes de benestar social. Neste sentido, temos outro factor negativo que é urgente corrigir, se se pretende que as outras medidas resultem eficazes. O preço da madeira apenas variou desde os anos 40 em pesetas reais, e ainda que desde meados de 70 os preços nominais aumentam, fam-no sempre a um ritmo inferior ao dos Índices de Preços, quer dizer, a inflaçom absorve essa suba (15).

No mesmo insiste F. Molina (16) quando sublinha, referindo-se em concreto ao *Pinus pinaster*, que o preço da sua madeira quase nom subiu desde hai 25 anos. As razons nom hai que buscá-las só, nem principalmente, na conjuntura dos mercados internacionais, senom no desfasamento entre a oferta e a procura e, sobretodo, no indefensa que está a primeira face a umha procura de tipo oligopolístico constituída polo sector de Celulosas e de Tabuleiros que controla o mercado na sua totalidade, polo que, em palavras do Subdirector Geral de Economia do ICONA, «las industrias han podido hacer encajar al productor de madera, en mayor o menor grado, el aumento de los costos de otros factores de produccón, reduciendo el de la madera, que no tiene mercado alternativo» (17).

---

(15) FERNÁNDEZ LEICEAGA, J., Op. cit.

(16) MOLINA, F., Op. cit.

(17) FERNÁNDEZ TOMAS, G., «El medio forestal español: evolución reciente y situación actual», em *Jornadas sobre gestión forestal y Medio Ambiente*, Madrid, 1984.

Para dar-nos umha ideia mais completa do que este factor significa, interessa conhecer umha série de dados. Enquanto no conjunto do Estado Espanhol a superfície arvorada iniciou um descenso a partir de 1961, levando ao desaparecimento de quase um milhom de Has. arvoradas entre 1947 e a actualidade, em Galiza a política reforestadora foi um êxito, podendo falar-se de 3/4 milhões de Has. arvoradas mais. Mas curiosamente este êxito repovoador nom tivo as consequências económicas que poderíamos prever. Assi, o valor da madeira galega a respeito do total espanhol atinge o seu máximo no ano 1958 (o 28,76 %), para logo ir descendendo até o 17,99 % em 1979, de maneira que a repovoac̄om forestal e o aumento da superfície arvorada nom supujo a criaç̄om de umha maior riqueza proporcional que beneficiasse Galiza. Apesar da extensom da superfície forestal, que multiplica por 3,5 a das terras de cultivo, a participaç̄om da produç̄om final forestal no total da produç̄om final agrária é mínima, o que está em consonânc̄ia com as afirmaç̄ons anteriores. Perante a baixa rentabilidade do sector, os investimentos no mesmo som mínimos, tanto no que respeita à média estatal (258 milhões de média dos anos 1977-79 em Galiza face a 2.562 milhões para o conjunto do Estado, apesar da importânc̄ia relativa de Galiza) como no tocante à agricultura galega no seu conjunto (258 milhões em investimentos forestais face a 15.000 milhões no conjunto de actividades agrárias).

Se considerarmos as cifras de investimento em maquinaria forestal, os resultados serán ainda mais ridículos e deprimentes: no ano 1973 eram o 2,33 % do investimento total em maquinaria forestal no Estado, e o 0,06 % do investimento total da maquinaria agrícola em Galiza, cifras estas que reflectem umha situaç̄om de *absoluto abandono dos montes, de precariedade na infra-estrutura*, de carência de lavoress silvícolas, em definitivo, reflecte a baixa rentabilidade económica de um sector cujo potencial produtivo está infroutilizado e que poderia, com medidas ajeitadas, multiplicar por um factor de 3 ou 4 a sua produç̄om, sem necessidade de aumentar a superfície arvorada (18). Consideramos, pois, que neste terreno se podem fazer propostas em três direc̄ons concretas que acrescentariam a rentabilidade económica e social do monte:

- Medidas encaminhadas a racionalizar a produç̄om forestal e aumentar a produtividade do monte.
- Medidas tendentes a compensar os preços da madeira: a produç̄om leva a percentage mais baixa do valor total final do produto forestal, aproximadamente umha vinteava parte no caso do parqué e umha quarenteava parte no papel que entra numha Editora (19).

---

(18) CABALLERO, A. e MEIXIDE, A., «O sector madeireiro e forestal en Galiza diante da entrada na C.E.E.», em *RGEA*, n.º 4, 1981.

(19) MOLINA, F., Op. cit.

• Medidas tendentes a aumentar o valor acrescentado dos produtos forestais dentro do nosso país, pois da madeira utilizada em Galiza quase o 50% é só serrada e o resto utilizada em tabuleiros, pasta, parqué, etc., actividades transformadoras que geram mui pouco valor acrescentado (20), o qual contribuiria a que o sector forestal nom fosse em Galiza um sector exclusivamene produtor e de primeira transformaçom, senom um sector mais diversificado e de maior peso na nossa economia e na nossa sociedade, como pensamos defender a seguir.

Queremos chamar a atençom, ante possíveis reticências, que a proposita de mudança de política forestal nom vai em absoluto contra os interesses económicos da produtividade do sector forestal, senom todo o contrário. Já o feito da constataçom dos incêndios e os seus custos económicos direclos (perdas em madeira) resta força a umha possível crítica economicista de umhas propostas forestais que conseguissem acabar com o, ou cando menos paliar em medida notável, problema. Mas é que, para além disso, inclusive de um ponto de vista meramente economicista que pretendesse evadir o problema dos incêndios e os seus custos inadmisíveis, a política forestal actual nom é defendível. Diferentes autores, estudiosos da política forestal no Estado Espanhol e da sua problemática concreta em Galiza, coincidem em assinalar as deficiências e erros desta política (21), baseada exclusivamente nas espécies de crecimiento rápido, destacando nela os interesses das papeleiras e o sector transformador da pasta de papel (22), com as implicaçons que isto tem: «o monte galego, desde un punto de vista económico, está submetido a un mono-cultivo industrial» (23), já que som duas as espécies que dominam (o *Pinus pinaster* e mais o *Eucaliptus glóbulus*), mas as duas tenhem similares características económicas e exigem o mesmo tipo de aproveitamento, polo que a sua dependência a respeito das indústrias transformadoras é a mesma.

---

(20) CABALLERO, A., e MEIXIDE, A.: Op. cit.

(21) RUIZ, M., e GROOME, H. J., «Política forestal y comercio exterior del sector en España», em *Información Ambiental*, n.º 2, 1984

CASTROVIEJO, S. et. al., Op. cit.

GROOME, H. J. et al., «Quelques arguments économiques pour la valorisation et la conservation des forêts autochtones en Espagne», em *Forêt Méditerranéenne*, Tome VII, n.º 2, 1985.

AA.VV., *Curso Greenpeace sobre bosques e incendios forestales en España*, Madrid, 1987.

(22) TAMAMES, R., *Estructura Económica de España*, Madrid.

(23) FERNÁNDEZ LEICEAGA, J., Op. cit.

Os dados seguintes som bem eloquentes:

**MADEIRA, SITUAÇOM ACTUAL  
CORTA DE MADEIRA EM  $10^3$  M<sup>3</sup> COM CORTEZA.  
GALIZA (MÉDIA 1977-81)**

	CONÍFERAS			FRONDOSAS			TOTAL
	PINASTER	RADIATA	TOTAL	CARVALHO	EUCALIPTO	TOTAL	
$10^3$ M <sup>3</sup> c.c.	1.215,76	119,02	1.349,29	23,62	381,32	434,02	1.783,32
% TOTAL	68,17	6,67	75,66	0,32	21,38	24,33	100

Fonte: AEAS.

FERNÁNDEZ LEICEAGA, J., *O monte na Galiza*.

As conseqüências económicas de umha produçom forestal como esta nom podem ser mais que negativas. É um lugar comum em Economia que nom interessa que um sector económico importante seja dependente de um único produto, pois isso fai muito mais frágil essa economia e as implicações de umha crise no sector muito mais graves e difíceis de absorver. Interessaria, pois, diversificar a produçom forestal na medida em que isto fosse possível, ainda que nom existisse o condicionamento dos incêndios marcando a necessidade imperiosa de usar novas espécies forestais. Mas é que, para além disso, motivos internos e de conjuntura internacional recomendam a urgente introduçom de espécies forestais de ciclo longo, ecologicamente irrepreensíveis e para as quais o nosso país está especialmente qualificado. As razons internacionais venhem dadas pola rápida reduçom das zonas de abastecimento de madeiras de qualidade e das áreas forestadas mundiais que se no ano 1950 eram de 4.850 milhões de Has., no 1973 estavam reduzidas a 2.660 milhões de Has. Actualmente os países do Terceiro Mundo posuem perto da metade das zonas mundiais de bosque fechado e mais da metade das reservas de madeira industrializável, mas de seguir a actual taxa de deforestaçom, acontecimento mais do que previsível, a maioria dos bosques terám desaparecido para o ano 2000, o que dará lugar a dificuldades de abastecimento e a aumentos espectaculares de preço da madeira. Estas previsons, nas quais coincidem os expertos, mas que na citaçom anterior procedem em concreto do Informe solicitado polo Presidente Carter a um painel de expertos sobre o estado do mundo no ano 2000 (24), anunciam que em Europa a oferta de madeira será nesse tempo inferior à procura e que os importadores europeus terám que pagar preços muito maiores polos troncos serrados de África. Se tivermos em conta que o mercado europeu,

---

(24) AA.VV., *The Global 2.000. Report to the President*, 1981. Versom espanhola: *El mundo en el año 2.000*, Tecnos, Madrid.

e em concreto a CEE, é altamente deficitária em produtos forestais, constituindo a segunda partida maior do seu déficit, por detrás dos produtos petrolíferos, e se tivermos também em conta a nossa qualificação para produzir madeiras substitutivas das tropicais com elevados rendimentos, as conclusões cairão sós. Mas nome só a procura europeia que aconselha tal pauta de conduta. Se analisarmos a balança comercial espanhola em produtos forestais que reflecte o seguinte quadro:

**IMPORTACIONES Y EXPORTACIONES DE PRODUCTOS FORESTALES 1983**  
(en millones de pesetas corrientes)

*Cuando ya estaba elaborada esta monografía, Ruiz y Groome dieron a conocer este cuadro estadístico en el que se comprueba que en 1983, las exportaciones forestales superaron a las importaciones. Nuestras previsiones se han visto adelantadas por la realidad*

	IMPORTACIONES	EXPORTACIONES	BALANCE
Madera en bruto .....	10.686,5	961,7	—9.724,8
Leña y carbón vegetal .....	346,3	2.233,7	+ 1.887,4
Madera aserrada y traviesas .....	27.743,2	17.431,3	—10.311,9
Chapas y tableros de madera .....	1.398,3	12.151,4	+ 10.753,1
Corcho y sus manufacturas .....	318,8	6.342,6	+ 6.023,8
Espartería y cestería .....	1.035,4	1.351,8	+ 316,4
Materias para la fabricación de papel .....	19.968,4	16.267,3	— 2.953,9
Papel, cartón y sus manufacturas .....	35.968,4	40.931,5	+ 4.963,1
Totales .....	96.718,1	96.671,3	+ 953,2

Fonte: Ruiz y Groome en base a dados de: M.º de Hacienda. *Estadística del Comercio Exterior de España*. Capítulos 44 a 48.

*QUERCUS*, n.º 19, Vero de 1985, pág. 41.

observaremos que enquanto esta é excedentária em chapas e tabuleiros e em papel e cartom, é fortemente deficitária em madeira em bruto e em madeira serrada e travessas. Cumpre saber que as importações de madeira em bruto correspondiam no ano 1981 a um 83,7% do valor total das madeiras importadas, a madeiras nobres de países tropicais e subtropicais, e que a madeira serrada e travessas som usadas principalmente para o fabrico de caixas de madeira e outros recipientes, tendo em grande parte a mesma origem. Pois bem, estas importações poderiam ser substituídas em grande medida por produção própria de madeiras ajeitadas (carvalho, nogueiras, freixos,...).

No contexto mundial antes descrito, nom tomar a iniciativa de acelerar a plantaçom de frondosas caducifólias de madeiras de qualidade, só pode ser considerado como irresponsável. Ao mesmo tempo, estas madeiras valeriam nom só para a exportaçom a mercados de fora de Galiza, senom

para promover e abastecer umha indústria própria de madeira e móveis, que deveria constituir a primeira prolongaçom natural da utilização de madeira, mas sobre a que, no entanto, chama a atençom, como assinalam A. Caballero e A. Meixide (25), a sua escassa entidade e a sua escassa relevância dentro do conjunto estatal (representa ao redor de um 8% do mesmo, quando a produçom de madeira é aproximadamente de um 30%), assinalando que tanto as quantidades investidas como a geraçom de emprego som umha pequena proporçom a respeito da totalidade do Estado, perdendo inclusive entidade de forma mui acusada nos últimos anos. Chocante resulta, portanto, o uso de tabuleiros em Galiza, só entre um 5 e um 10 por cento dos produzidos que, em vez de serem usados no país, som exportados para gerar riqueza acrescentada fora.

Mas o monte pode produzir muitas mais cousas que as citadas. Nom só pode diversificar a sua produçom de madeira introduzindo espécies de ciclo longo, ao mesmo tempo mais eficazes para erradicar o lume. Porque afortunadamente, muitas das espécies para as quais Galiza tem condições de solos e de climas ajeitados, som produtoras de frutos valiosos (castanhas, nozes, etc.) polo qual seria possível atingir o duplo de produçom (madeira e frutos) ou o triplo, no caso de combinar esta produçom com a gadeira. Cumpre recordar que o monte nom tem só vocaçom forestal, senom que pode ter —e nalgumhas zonas prioritariamente— vocaçom gadeira, para a produçom de leite e carne, e que estas duas actividades podem ser em muitos casos complementares, conseguindo-se assi outro objectivo adicional como é a eliminaçom de malezas.

É este outro dos objectivos que assinalávamos como prioritários na primeira parte deste trabalho, junto com a mudança de política forestal. Hai que assinalar agora que as malezas nom som só um problema, pois constituem umha fonte potencial de riqueza do monte. Efectivamente, a produçom de lenha —outra das possibilidades dos montes e bosques— foi durante muito tempo umha das funções do monte galego (26), mas com as mudanças havidas nas últimas décadas esta função alterou-se e a maleza que ficou no monte passou a ser um foco potencial de incêndios. Para nos darmos conta da magnitude do problema, chega com dizer que, tomando como referência o ano 1967, a produçom de lenha era de vinte vezes superior à actual (1982) (27) com a mesma superfície de monte arvorado e de monte baixo. A persistência dessa biomassa no monte explica a facilidade com a que se propagam muitos incêndios. É urgente, portanto, buscar umha saída a essa massa vegetal acumulada, tanto por ser preciso para prevenir os incêndios como por ser umha potencial fonte de riqueza desaproveitada.

---

(25) CABALLERO, A., e MEIXIDE., A., Op. cit.

(26) A produçom de lenha nos montes galegos procedia do monte baixo, do mato, nom do bosque.

(27) FERNÁNDEZ LEICEAGA, J., Op. cit.

As possibilidades som múltiplas e vam desde o uso como cumbustível, um dos usos que a nós nos parece imprescindível, até a obtençom de energias alternativas. O uso como combustível justifica-se quando menos por duas razons: porque a proliferaçom de chalés e de chaminés francesas está dando lugar a umha demanda crescente de lenha para lareira que ameaça muitas carvalheiras relitas e outras árvores autóctonas, procura para a qual o monte baixo poderia fornecer umha alternativa; e porque as previsons dos experts para o ano 2.000 incluem um aumento do consumo de madeira nos países occidentais perante o aumento dos preços dos combustíveis, polo que nom só se nos abriria um novo mercado, senom que protegeríamos as nossas fragas ante a pressom destrutiva previsível neste contexto, oferecendo um produto substitutivo. Outro possível uso destas malezas está na produçom de energia através da obtençom de biogás, etc. Deixamos aqui simplesmente constância de que existem vias possíveis de usos, e que som necessárias linhas de investigaçom que valorem com urgênciam as possibilidades de cada umha. A maleza nom pode estar no monte, porque é um estrago de recursos, e porque é incompatível com umha política de luta contra os incêndicos forestais.

Nom acabam aqui os possíveis usos produtivos do monte, porque resta ainda, polo menos, o uso turístico do mesmo, quer dizer, as possibilidades de espargimento que o mesmo representa e as possibilidades de atracçom de pessoas que poda possuir. Nesta direcçom também, com umha importânciam que podemos prever sem medo a equivocar-nos como crescente, as árvores caducifolias amostram-se claramente superiores aos pinheiros e eucaliptos. Parages e comarcas inteiras poderiam mudar o seu aspecto e o seu atractivo com umha política forestal ajeitada neste senso, que lhes devolvesse o atractivo da sua paisage originária e os matizes dos bosques que podemos contemplar em Nova Inglaterra e no Sul-leste canadiano. E igual que ao turismo, teríamos que fazer referência, ainda que nom o mencionarmos mais que de passage, ao conceito de qualidade de vida, que nom é mensurável só em termos de produto interior bruto e produtividade, senom também em termos de possibilidade de acesso, por parte das gentes de umha comunidade ou um país, a um património valioso.

Em definitivo, a política forestal actual manifesta-se baseada en mui poucas espécies, espécies com características de uso mui similares, e em mui poucos sectores produtivos, dous em concreto, o de tabuleiros e o de papel. A preponderânciam absoluta destes sectores nom responde a umha lógica «natural» do sector forestal nem a umha racionalizaçom do mesmo com o objectivo de explorar ao máximo todas as suas possibilidades. Queremos chamar a atençom neste senso sobre o feito de que: «O notório incremento das exportaçons, tanto de papel e cartom como de pastas de papel, responde a umha expansiom da indústria papeleira em Espanha; assi como a umha forte política de subsídios às exportaçons, tanto por desgravaçom fiscal como por outros subsídios directos.

«Com efeito, em muitos produtos, o custe de produçom supera ao preço do produto importado, o que justifica as acusaçons de «dumping» de papel, cartom e pasta de madeira formuladas contra Espanha por diversos países da CEE sendo na realidade a indústria papeleira do nosso país, un sector dependente de subsídios e apoios oficiais para o seu mantenimento á vez que tem que fazer frente a um mercado exterior competitivo, cada vez mais protegido e pouco dinâmico.

«Outro aspecto a considerar é o dos «custos sociais», derivados do seu carácter fortemente contaminante; e que, como é notório, ninguém se molesta em avaliar. Neste sentido, a CEE parece disposta a tolerar estas «irregularidades» comerciais a cambio de disfrutar dos benefícios ecológicos que lhe reporta a importaciom destes produtos e todo isto como consequênciadas presons exercidas polos diferentes movimentos «verdes» actualmente instalados em toda Europa Occidental» (28).

Pola contra, o que nós facemos é assinalar a necessidade dum *uso múltiplo do monte* que combine a produçom gadeira e a forestal, segundo as características edafológicas e climáticas, e que diversifique o uso das florestas através da produçom de madeiras variadas, e doutros produtos forestais. A mudança de política forestal e a promoçom das espécies de ciclo longo nom só nom é incompatível com estes objectivos, como acabamos de demonstrar, senom que se manifesta como a via para consegui-los.

Qualquer estudo que tratar sobre as relaçons entre política forestal e incêndios em Galiza terá de demorar-se, como elemento fundamental, no aspecto ecológico.

Desta perspectiva, os incêndios forestais em Galiza vam unidos a bosques quase sempre mono-específicos ou em geral com mui poucas espécies, e que tenhem por característica ecológica o seu pritofitismo, quer dizer, fazer uso do lume para favorecer o seu espalhamento, aspecto que se pode comprovar vivamente na espectacular expansom do eucalipto.

Nom imos entrar aqui a tratar os efeitos ecológicos dos incêndios forestais, senom que nos interessa assinalar os aspectos que vinculam à acçom do lume nos montes galegos com a política forestal que se precisa a partir dos seus efeitos. Partimos da constataçom de no nosso país os incêndios forestais serem umha catástrofe ecológica sem precedentes, com profundos efeitos de deterioro, tam profundos que, unidos a outras agresions, ameaçam colapsar o equilíbrio ecológico de Galiza. Pode-se tirar esta conclusom de umha leitura conjunta dos efeitos ecológicos do lume, por umha banda, e da extensom geográfica barrida polo mesmo nos últimos 15 anos. Hai que concluir, portanto, que um dos objectivos ineludíveis de umha política forestal que defronte o problema dos incêndios forestais, é restituir

---

(28) CASTROVIEJO, S. e al., Op. cit.

o tecido ecológico galego, tam profundamente danado nas duas últimas décadas. É dizer, a política forestal galega tem que contemplar entre os seus objectivos a *conservação dos enclaves forestais autóctonos* ainda nom degradados, a *restauração* daqueles que estejam em condições de melhorar-se a ampliar-se, e a *criação* doutros novos. Todo isto englobado dentro de umha perspectiva conservacionista mais ampla, que iremos matizando sucessivamente.

Um dos objectivos da política global de um país na gestom dos seus recursos deve ser conservar a diversidade das espécies nos seus ecossistemas, a complexidade das redes tróficas e das relações dentro dos mesmos, e a diversidade e o potencial genéticos. Nom deveria ser necessário justificar isto, ainda que a falta de informação com que muitas vezes se encontram os gestores dos assuntos públicos recomenda fazê-lo. Porque a conservação da natureza hai tempo que deixou de poder ser considerada preocupaçom de românticos e amantes da natureza para passar a ser umha preocupaçom de primeira orde avalada por numerosos estudos científicos que demonstram o perigo da simplificação dos sistemas naturais, da extinção das espécies ou da reduçom do número dos seus indivíduos (29). Neste sentido de conservação de recursos naturais tam valiosos como a diversificação e variedade genéticas, os mono-cultivos de madeira nom som precisamente os elementos idóneos, senom que, pola contra, manifestam as limitações de umha opçom desse tipo. Podemos tomar como exemplo o eucalipto e as coníferas, árvores submetidas de velho a um debate sobre o seu presumível potencial destrutor. Se bem estudos realizados em Louriçám (30) e outros, nom avalam a hipótese de umha degradaçom e acidificação dos solos como se tem afirmado, si é indiscutível que a coberta vegetal dos seus sotobosques é menos variada e, sobretodo, é diferente à do bosque natural. Aliás, a carência de variedade no fomento de espécies existentes e a brevidade do ciclo de exploraçom reduzem drasticamente o número de nichos ecológicos disponíveis para a fauna, problema agravado polo feito de o elemento foliar ser mui importante nas redes tróficas boscas, já que os troncos das árvores contenhem mui poucos nutrientes e resultam fisicamente in-tratáveis como alimento para muitos animais (31), critério que se pode aplicar à relação de muitos herbívoros com as acículas dos pinheiros e folhas dos eucaliptos. Por outra parte, a reduzida diversidade fai que estes bosques sejam mui susceptíveis de sofrer alterações ou pragas. É bem conhecido o caso da processional do pinheiro que ataca o pinheiro de Monterrei,

---

(29) FRANKEL, O. H., SOULE ME., *Conservation and Evolution*, Cambridge University Press, 1981.  
SOULE e WILKOS, *Conservation biology: an evolutionary-ecological perspective*, Surderland, Mass. Sinaner Assoc. Inc.

(30) BARA TEMES et al., «Efectos ecológicos del Eucalyptus globulus en Galicia», em INIA, 1985.

(31) SIMMONS, *Ecología de los recursos naturales*, Ed. Omega, 1982.

e recentemente (1981) informava-se que mais de 50.000 Has. de eucaliptais em Andaluzia e Estremadura se encontravam contaminadas por um escaravelho da família dos cerambícidos, caracterizados por fazer galerias na madeira, matando assim as árvores, a *Phoracanta semipunctata*, dando lugar a quentiosos gastos de esforços humanos e económicos, e à necessidade de usar tratamentos intensivos de pesticidas, com os seus efeitos sobre os solos, os ecossistemas e o ser humano (32). Ao uso de pesticidas há que unir o actual ou previsível uso de fertilizantes. As árvores obtêm os seus nutrientes dos solos, de maneira que não se pode pretender, com uma exploração intensiva destes, que dê um rendimento sustido e permanente. Pelo qual, ainda que é certo que pinheiros e, sobretudo, eucaliptos tenham uma altíssima produtividade, corre-se o risco do esgotamento dos solos de não existirem lavouras de selvicultura ajeitados. Olhado de uma perspectiva não ecológica senão económica, o monte galego corre de feito perigo real de descapitalização de um bem social em benefício dos interesses das empresas que usam a madeira e que não assumem uns custos —os de reposição de nutrientes e conservação dos solos—, que passam despercebidos mas com os que logo terá que carregar a sociedade em caso necessário, e que podem chegar a ser muito graves em perda de produtividade dos solos, degradação dos mesmos, etc. De maneira que um dos objectivos enunciados na política forestal tem que ser o da investigação dos ciclos de nutrientes nos ecossistemas florestais, de forma que se possa garantir um rendimento continuado. Em qualquer caso, o uso de pesticidas e fertilizantes associado aos monocultivos de madeira, a sua simplicidade específica, converte-os em algo muito mais próximo a uma leira de patacas ou a um campo de milho do que a um verdadeiro bosque e, portanto, em elementos pouco eficazes para a renovação do meio natural. Tanto é assim que, no Informe apresentado ao Presidente Carter (33) que não pode ser suspeito de ecologista precisamente, no balanço que fai de Nova Zelanda, um exportador nato de madeira que acometeu um programa intenso de reforestação em base a monocultivos de espécies exóticas de rápido crescimento, assinala: «O resultado é uma menor diversidade ecológica dos bosques e uma maior vulnerabilidade às perdas catastróficas por pragas e enfermidades».

Face a esta situação, as fragas, é dizer, os bosques caducifólios naturais, apresentam-se como a alternativa ideal para a conservação das espécies dos bosques, dada a complexidade de interrelações, a diversidade de espécies e o número de estratos que a configuram. Mas já que interessa conservar não só os ecossistemas climáticos naturais, senão todos aqueles que representam diferentes graus de exploração (34), é este um critério que de-

---

(32) RODRÍGUEZ MARTÍN, A., «Un insecto destruye los eucaliptos españoles», em *Quercus*, n.º 1.

(33) AA.VV., *The Global 2.000. Report to the President*, 1981.

(34) GONZÁLEZ BERNALDEZ, F., «Conservación de Ecosistemas», em *Asamblea Nacional de Investigación Forestal*, Madrid, 1982.

ve ser tido em conta e que fai fincapé em que a conservaçom e a exploraçom se complementem no uso do território. No mesmo sentido, convém assinalar a importância de permitir que as espécies de ciclo curto nom sejam submetidas em todos os lugares a umha exploraçom da mesma intensidade, permitindo que os seus ciclos sejam mais longos, com o fim de possibilizar umha certa madureza nos ecossistemas e garantias mínimas de supervivência para as espécies e os ciclos de nutrientes.

Queremos assinalar também que a conservaçom da diversidade biológica e do património genético, nom é a única funcçom conservadora que cumprem os bosques. À sua vez, a funcçom conservadora nom deve ser considerada como antagónica com um uso no sentido económico do bosque. Dous exemplos permitirám-nos contextuar estas afirmaçons. Assi, Westman (35) demonstrou que um ecossistema de bosque pantanoso ribeirenho de 930 has., em Geórgia (EE.UU.) cedeu um valor anual mínimo de 1,8 milhões de dólares, em armazenages de águas subterráneas, coessom do solo, purificaçom da água e fertilizaçom das margens do rio, o que demonstra que a conservaçom também tem umha rentabilidade económica, nom só a exploraçom. A respeito desta, pode ter resultados económicos negativos, quando é mal gestionada. Assi, em New Hampshire, umha pequena zona com umha pendente média do 26% mas com algumhas pendentes do 70%, perdia só umha média de 14 Tn/km<sup>2</sup>/ano de nutrientes. Porém, a tala da vegetaçom actuou acelerando a diminuiçom de nutrientes por factores que iam de 3 a 20, dependendo do catiom, e durante o primeiro ano posterior à tala perdeu-se umha quantidade de nitrógeno equivalente ao nitrógeno total que circulava polo ecossistema num ano (36), o que demonstra que a exploraçom em certas zonas é incompatível com a conservaçom e que, portanto, produz perdas também económicas, ao perder-se nutrientes, solos e capacidade de depuraçom de águas. Da mesma maneira, as talas massivas podem acelerar a perda de solo e de nutrientes, pois ao reduzir-se a evapotranspiraçom, aumenta a quantidade de água que circula polo ecossistema, ao mesmo tempo que a diminuiçom das superfícies radiculares capazes de absorverem nutrientes das águas que circulam diminui, o que aumenta a perda destes. A rápida mineralizaçom da matéria orgânica abandonada no monte depois da tala pode conduzir a um aumento dos nutrientes dissolvidos na água e a umha eutrofizaçom de rios e pântanos.

Som todos eles factores que assinalam que o ecossistema forestal é complexo e frágil, e como tal deve ser tratado, e que as propostas na direcçom da conservaçom de recursos nom estám em contradiçom com as de exploraçom dos mesmos, quando esta se acomete racionalmente e numha pers-

---

(35) WESTMAN, W. E., «How much are nature's services worth?», em *Science*, n.º 197, 1977.

(36) BORMANN, F. H. et al., «Nutrient loss accelerated by clear-cutting of a forest ecosystem», em *Science*, n.º 159, 1968.

pectiva de nom desprezo polo futuro. É neste senso que propomos, aproveitando-nos aliás da possibilidade que nos oferece o feito de que os montes galegos constituam umha continuidade espacial no território, umha alternativa de conservaçom.

A alternativa seria a existência de áreas naturais nom exploradas distribuídas sistematicamente polo território e unidas por outras áreas com diferentes graus de exploraçom, segundo um uso múltiplo do monte que tenham em conta a sua vocaçom e possibilidades. Sempre tendo em conta o critério de conservar os hábitats das espécies que precisam territórios amplos dentro das zonas em exploraçom, para garantir a sua nom extinçom, e partindo da base de a conservaçom da natureza nom se poder acometer balizando ghettos inalterados, enquanto todo o resto se explora irreflexivamente. Ao contrário, estas áreas de bosque devem formar parte de umha rede de espaços naturais protegidos, em diferente grau, que cobra o conjunto da diversidade dos ecossistemas do país e permita o intercâmbio e a circulaçom de espécies entre eles e possibilite a sua evoluçom dentro dos mesmos, de maneira que se podam cobrir os objectivos marcados por Harris (37):

- a conservaçom das espécies em perigo conhecidas.
- a conservaçom da actividade dos ecotipos e do polimorfismo dos alelos génicos.
- a conservaçom da gama dos vertebrados autóctonus.
- a conservaçom das interacções da comunidade animal natural.
- a conservaçom das espécies e processos ainda nom conhecidos.
- a conservaçom dos ecossistemas evolucionados já conhecidos.

Acometer a protecçom dos bosques naturais existentes, a restauraçom dos degradados e a instalaçom de bosques novos para a protecçom de ladeiras e vertentes fluviais, com espécies autóctonas ali onde o processo seja possível, unido à diversificaçom da produçom forestal, som tarefas que se tem que marcar a política forestal que se proponha rematar com os incêndios e restaurar os seus danos.

### ANOTAÇONS COMPLEMENTÁRIAS

Um dos aspectos que deve ser tratado com profunda reflexom é o do status de propriedade dos montes em Galiza e as repercuçons deste status. De umha análise mínima deduze-se a evidênciia do anormal da nossa situaçom. Assi, enquanto as superfícies forestais públicas em diferentes países som as que se citam a seguir, em Galiza só chegamos ao 0,2%:

---

(37) HARRIS, L. D., *The Fragmented forest*, University of Chicago Press, 1984.

R.F.A. ....	31	%
Holanda .....	21	%
Bélgica .....	17	%
França .....	14	%
Itália .....	5	%
E. Espanhol .....	3	%
Galiza .....	0,2	%

Desta situaçom hai que tirar, polo menos, duas conclusons. Por umha parte, *a necessidade de aumentar a superfície forestal pública*. Tem que ser esta umha das linhas de actuaçom prioritária da Administraçom forestal, dado que esta será a única via de garantir a sobrevivênciam de massas forestais autóctonas mui valiosas, se temos em conta o grau de cumprimento das leis existentes no país neste terreno e as limitaçons da capacidade de control e vigilância. Por outra banda, a outra conclusom é que um bem público (o bosque no seu sentido social-ecológico é-o, polas funçons que desempenha) está em maos privadas e isto levanta problemas delicados na tomada de decisons, que cumpre defrontar sabiamente para que os interesses colectivos estejam garantidos. *Compatibilizar a propriedade privada com a função social que deve cumprir o bosque.*

Relacionado com o anterior, outro dos aspectos sobre os que cumpre umha definiçom immediata é o da *legislaçom*. Que a legislaçom actual nom é ajeitada, é evidente. Que legislar nom vai ser fácil, também, polo que nom pode haver abandono neste campo, senom que se precisa um debate em profundidade e, depois e consequente com este, umha legislaçom que defende os nossos recursos naturais forestais, que garante o seu uso ajeitado e que promova riqueza. À sua vez, toda legislaçom que se figer deverá *ir acompanhada dos mecanismos*, dos instrumentos, dos meios (materiais e humanos) *para veiculizá-la*. Corre-se, como tantas vezes, o risco de fazer umha legislaçom que fique em papel molhado por nom pôr os meios para a sua realizacjom e verificação, e por nom ter em conta os condicionantes sociais.

O trabalho, no sentido de mudar a consciênciam colectiva sobre o bosque, tem que ser outra linha de actuaçom prioritária e, como dizíamos no informe, defrontada adequadamente. Precisa-se a definiçom de objectivos e mecanismos variados para tentar consegui-los, com a participaçom de sectores implicados: reforma dos programas educativos, papel dos meios de comunicaçom, especialmente a TV, celebraçom do Dia da Árvore, instituiçom de prémios, apoio material aos colectivos sociais que promoverem umha atitude positiva cara o bosque (grupos ecologistas e naturalistas) e um longo etcétera de medidas que cumpre sistematizar.

Polo que levamos visto, um dos problemas estruturais do monte forestal galego é a sua deficiente infra-estrutura, que fai que o seu rendimento esteja mui por debaixo do ideal, e um nível de investigaçom ridículo, concordante com o anterior. Cumpre tomar medidas neste sentido. Porém, cumpre chamar a atençom aqui sobre um aspecto que simboliza, por umha ban-

da, a anarquia em que se encontra este sector, mas que, por outra, representa umha aberração ambiental e económica ainda non valorizada nas suas autências dimensons. Referimo-nos à abertura indiscriminada de pistas. Feita sem nengum critério, está supondo um esbanjamento económico pola enormidade de quilómetros abertos que som inecesários, está criando um problema de mantimento que supom umha hipoteca a usos mais razoáveis dos recursos económicos, está produzindo impactos ecológicos aberrantes e, o que é pior, absolutamente gratuitos. Podíamos resumir dizendo que non se abrírom pistas onde se deveria fazê-lo, abrírom-se onde non se deveria e muitas mais das que se deveria, e abrem-se pistas novas enquanto non se mantenhem as que já hai.

Sobre a proliferaçom e o traçado das pistas só dizer duas cousas mais: As pistas forestais facilitam o acesso ao monte de pessoas e, portanto, também dos incendiários intencionados ou involuntários. Está demonstrado que o 50% dos incêndios tenhem lugar à beira das pistas e estradas. A sua abertura, ao possibilitar o acesso ao monte, é um factor mais a favor do incêndio. Cumpriria, portanto, maior moderaçom, e um controlo das mesmas que impedissee a sua utilização polas pessoas nom vinculadas ao monte. Para além de ser um elemento de destruçom da natureza e de agressom à fauna, as pistas mal traçadas actuam como canles de desagüe e como iniciadoras de processos erosivos nas ladeiras, podem provocar o arrasto de sedimentos ao rio, matar peixes e contribuir à colmataçom dos encoros.

É evidente que hai linhas possíveis de actuaçom em que se necessita umha maior informaçom, dispor da informaçom mais completa possível, para actuar correctamente. Aspectos como o ciclo de nutrientes no bosque, espécies forestais e equilíbrio biológico, possibilidades de reintroduçom das espécies autóctonas em zonas degradadas, melhora genética, usos alternativos da biomassa forestal, usos múltiplos do monte, etc. Cumpre, portanto, umha potenciaçom de envergadura da investigaçom forestal, e marcar linhas de investigaçom prioritárias.

Todos os produtos que fornece o bosque podem ter substitutos ou sucedâneos artificiais, excepto o seu valor paisagístico, preservador do equilíbrio biológico, de património genético e de recursos renováveis. Cumpre non esquecê-lo.

## Didáctica da filosofia (e II)

*Por Ramom VARELA PUNHAL*

### 3. INTRODUÇOM.

Apresentamos neste número da revista AGÁLIA a segunda parte do trabalho de didáctica da Filosofia que recolhe os dados dos alunos e a comparaçom alunos-professores. A primeira parte foi apresentada no número 7 e nela oferecia-se umha leve indicaçom da metodologia e instrumentos empregados para a recolhida de dados, ademais de incluir os resultados do professorado.

Fôrom vários centos de horas os que tivemos que dedicar à confecçom dos resultados, objecto deste segundo trabalho, extraídos dum questionário extenso que foi cumprimentado por umha cuantidade importante de alunos: 493, repartidos entre 3.º de BUP, 263, e COU, 230. As estatísticas fôrom realizadas por ordenador a partir de vários programas que nós mesmo tivemos que preparar. Nom recebemos ajuda de nengumha classe neste árduo, enfadonho e fatigoso labor e que, portanto, nos exigiu um considerável esforço e dedicaçom.

Ofereciam-se-nos duas possibilidades à hora de tratar os dados dos alunos: fazê-lo por centros ou a nível individual. O primeiro sistema multiplica por dez o processamento estatístico da informaçom, e o segundo apresentava o risco de desvirtuar os resultados ao diluir os dados dos centros vilâns ou mesmo cidadáns de que obtivemos um número exígido de inquéritos, nos dos centros cidadáns que, por representarem um maior número de alunos, constituíam umha proporçom da amostra mais importante. Os dados eram representativos dos diversos cursos, já que ainda que por vezes só eram 12 os alunos que respondêrom, tratava-se de cursos pouco numerosos em que dita cifra representava umha percentagem mui elevada e, por conseguinte, manifestam un perfil ideológico e umha maneira de sentir pró-prios que era preciso conservar.

Isto obrigou-nos a optar pola primeira alternativa muito mais laboriosa, que implicava entabular e manejar mui perto de 185 mil dados, extraídos dos inquéritos, e calcular arredor de sete mil quinhentas médias, coas

suas correspondentes medidas de dispersom. O que oferecemos a seguir nom é, pois, umha média aritmética com a sua variaçom e desviaçom típica dos 493 alunos inquiriados considerados isoladamente, mas umha média das médias, tamém com a sua variaçom e desviaçom típica, dos 19 centros nos que passamos o inquérito, que representavam 25 cursos distintos. Portanto, ainda que nom se precise, quando se fale de médias em 3.<sup>º</sup> e COU, estamo-nos a referir a média de médias. Ou mesmo a médias de médias de médias.

Creo que os resultados confirmam amplamente o acerto na eleiçom ainda que isso supuge-se um dispendimento considerável das nossas energias.

Parte deste trabalho ficará sem publicar devido à sua excessiva extensom.

### 3. DADOS DOS ALUNOS.

#### 3.1. *Obrigatoriedade-optionalidade do ensino da Filosofia.*

Do exame do quadro 3.01 deduzimos:

a) Se somarmos a percentagem de a) e b) comprovamos que um 46,5 dos alunos de 3.<sup>º</sup> e perto dum 62 por cento dos de COU desejam que a Filosofia nom tenha, após a reforma, menos horas lectivas que na actualida-

V A R I Á V E I S	ALUNOS DE 3. <sup>º</sup> DE BUP			ALUNOS DE COU		
	Respost.	Percent. 1 (1)	Percent. 2 (2)	Respost.	Percent. 1 (1)	Percent. 2 (2)
20. <sup>a</sup> Questom A cadeira de Filosofia deveria:						
a) Ser obrigatoria em mais cursos.	50	19,01	20,75	69	30,00	30,94
b) Continuar igual que agora .....	62	23,57	25,73	69	30,00	30,94
c) Ser obrigatoria só em 3. <sup>º</sup> .....	7	2,66	2,90	5	2,17	2,24
e) Opcional em 3. <sup>º</sup> .....	16	6,08	6,64	0	0,00	0,00
f) Opcional em COU.....	9	3,42	3,73	11	4,78	4,93
f') e + f .....	21	7,98	8,71	14	6,09	6,28
g) Obrigat. em 3. <sup>º</sup> /opcional COU.	55	20,91	22,82	32	13,91	14,35
h) Obrigatoria COU/opcional 3. <sup>º</sup>	2	0,76	0,83	9	3,91	4,04
i) Nom deveria existir em 3. <sup>º</sup> .....	1	0,38	0,41	0	0,00	0,00
j) Nom deveria existir em COU .....	0	0,00	0,00	1	0,43	0,45
k) Nom dev. exist. nengum curso.	3	1,14	1,24	3	1,30	1,35
l) Outras .....	15	5,70	6,22	10	4,35	4,48
m) Nom responde e nulas .....	22	8,37		7	3,04	

Quadro 3.01. Obrigatoriedade do ensino da Filosofia

(1) Percentagem sobre a totalidade de alunos que respondêrom ao inquérito.

(2) Percentagem sobre as respostas válidas emitidas a esta questom.

de. Acrecentando-lhe aos dados anteriores aquelas respostas encaixilhadas no apartado 1), quer dizer, outras, em que o aluno manifestava opçons tais como: seguir como até agora pero opcional em mais cursos, obrigatoria até

3.º pero opcional em COU, obrigatória em mais cursos e opcional em mais cursos, etc. as anteditas percentagens elevam-se ao 49 por cento em 3.º e ao 64 por cento em COU.

b) A análise por Institutos, para a) e b), apresenta para 3.º, um rango que vai do 36 por cento dalgum centro de Lugo para o 68 por cento noutro centro de Ponte-Vedra. Em COU a amplitude estende-se do 50 por cento para Ferrol, Foz, Melide e A Rua, ao 77 por cento de Ourense.

c) Umha percentagem significativa de alunos de ambos os cursos, ao igual que acontecia no caso do professorado, pronuncia-se pola continuidade da sua obrigatoriedade em 3.º pero pola sua optionalidade em COU.

Se contrastarmos estes dados com os do quadro 2.01, referido ao professorado (AGÁLIA, n.º 7, pag. 278), observamos que:

a) A distribuiçom das respostas é similar.

b) Os alunos optam em menor medida que os professores polas opçons a) e b), (64,70 e 73,91 para catedráticos e agregados e 49 e 64 por cento para alunos de 3.º de BUP e COU respectivamente).

c) Umha taxa mais elevada de alunos, em comparaçom com os professores, opina que a filosofia deve ser obrigatória em mais cursos (20,75 e 30,94 para 3.º de BUP e COU e 5,88 e 17,39 para catedráticos e agregados respectivamente).

### 3.2. Avaliaçom da cadeira de Filosofia.

Segundo se pode olhar no quadro 3.02a., os alunos assinalam com qualificaçons superiores à comprehensom da cultura galega e à submissom à or-

V A R I Á V E I S	ALUNOS DE 3.º DE B.U.P.				ALUNOS DE C.O.U.				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respont.	Média	Variâcóm	Desviaç. típica	% de respont.	Média	Variâcóm	Desviaç. típica	«t» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
18.ª Questom											
I) Características da Filosofia:											
a) Dificuldade .....	97,33	3,26	0,24	0,49	96,96	3,46	0,17	0,41	-0,92	17	Nom
b) Importânciा .....	98,10	3,79	0,10	0,31	97,83	3,88	0,07	0,26	-0,59	17	Nom
c) Utilidade .....	96,58	3,58	0,16	0,41	96,52	3,42	0,11	0,34	0,90	17	Nom
d) Formaçom que oferece ao aluno .....	94,30	3,91	0,12	0,35	96,09	3,89	0,08	0,28	0,12	17	Nom
e) Ajuda a compreender a realidade .....	95,44	3,89	0,17	0,42	97,39	3,69	0,11	0,34	1,06	17	Nom
f) Actualidade dos conteúdos .....	94,30	3,57	0,12	0,35	94,78	3,11	0,15	0,39	2,55	17	Si
g) Aperfeiçoamento pessoal .....	95,06	3,68	0,17	0,41	96,09	3,48	0,10	0,31	1,16	17	Nom
h) Compreensem da cultura galega .....	96,58	2,79	0,27	0,52	95,65	2,34	0,33	0,58	1,67	17	Nom
i) Compreensem da cultura em geral .....	96,96	3,38	0,07	0,26	94,78	3,47	0,08	0,28	-0,70	17	Nom
j) Extensom .....	95,82	3,73	0,01	0,11	93,91	3,80	0,11	0,33	-0,60	17	Nom
k) Facilidade de aprovar .....	96,58	3,46	0,29	0,54	95,65	3,24	0,15	0,39	0,97	17	Nom
II) Fomento da:											
a) Tolerância .....	95,44	3,61	0,14	0,37	93,48	3,51	0,13	0,36	0,59	17	Nom
b) Convivênciа .....	96,20	3,86	0,10	0,32	94,78	3,67	0,08	0,29	1,32	17	Nom
c) Attitude crítica .....	96,58	3,74	0,09	0,29	94,78	3,96	0,10	0,31	-1,46	17	Nom
d) Reflexom .....	95,44	3,97	0,12	0,34	95,22	4,04	0,07	0,27	-0,47	17	Nom
e) Amor à liberdade .....	86,31	3,99	0,05	0,22	89,13	3,94	0,06	0,24	0,43	17	Nom
f) Evitaçom de ser manipulado .....	87,07	3,85	0,14	0,38	89,57	3,81	0,11	0,34	0,27	17	Nom
g) Submissom à ordem estabelecida .....	87,07	2,34	0,24	0,49	87,39	2,21	0,06	0,25	0,70	17	Nom

Quadro 3.02a. Características e influênciа da Filosofia

dem estabelecida, que obtenhem umhas notas de 2,33 e 2,38 no professora-do e 2,79 e 2,34 no alunado para a primeira e de 2,05 e 2,19 nos primeiros e 2,21 e 2,34 nos segundos para a segunda.

Os alunos de 3.º interrogados dos Institutos de Ponte-Vedra, Ourense, Melide e Guitiriz e os de COU de Ponte-Vedra outorgam-lhe à variável, «compreensom da cultura galega», umha qualificaçom superior a 3. Isto quiçá obedeça a um superficial labor pessoal galeguizador por parte dos docentes afectados e nom ao temário da cadeira em si, o qual revela que o juízo do alunado está em grande parte mediatizado polo labor práctico dos seus mestres.

Nom hai diferenças significativas entre os alunos de 3.º e COU, segundo se pode notar à vista do quadro 3.02a., excepto sobre a actualidade dos conteúdos, que os de COU ajuízam dum jeito mais negativo. Com todo acham-se maior número de médias altas em 3.º que em COU, sendo a mé-dia global tamén, em consequênciia, maior: 3,55 frenta a 3,43.

V A R I Á V E I S	AGREGAD.-ALUN. 3.º			AGREGAD.-ALUN. C.O.U.			CATEDRÁT.-ALUN. 3.º			CATEDRÁT.-ALUN. C.O.U.		
	«t» de Studen	Graus liberd.	Signif. ao 0,05	«t» de Studen	Graus liberd.	Signif. ao 0,05	«t» de Studen	Graus liberd.	Signif. ao 0,05	«t» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05?
18.ª Questom												
I) Características da Filosofia:												
a) Dificuldade .....	1,16	38	Nom	-0,46	39	Nom	-0,16	26	Nom	-0,82	27	Nom
b) Importânciia .....	2,06	38	Si	1,84	39	Nom	2,65	25	Si	2,28	26	Si
c) Utilidade .....	1,02	38	Nom	1,53	39	Nom	-0,26	25	Nom	0,29	26	Nom
d) Formaç. que ofer. ao aluno .....	1,70	38	Nom	1,88	39	Nom	0,51	25	Nom	0,62	26	Nom
e) Ajuda a compreender a real. ....	1,66	38	Nom	2,56	39	Si	0,01	25	Nom	0,77	26	Nom
f) Actualidade dos conteúdos .....	-1,01	38	Nom	0,25	38	Nom	-1,36	25	Nom	0,20	26	Nom
g) Aperfeiçoamento pessoal .....	0,44	37	Nom	1,11	38	Nom	-0,39	25	Nom	0,25	26	Nom
h) Compreensom da cultura gal. ....	-1,02	36	Nom	0,10	37	Nom	-1,23	25	Nom	-1,87	26	Nom
i) Compreensom da cul. em ger. ....	2,06	37	Si	1,86	38	Nom	1,35	24	Nom	1,13	25	Nom
j) Extensom .....	3,41	37	Si	3,12	38	Si	2,44	23	Si	2,14	24	Si
k) Facilidade de aprovar .....	-0,04	36	Nom	0,82	37	Nom	1,52	25	Nom	2,62	26	Si
II) Fomento da:												
a) Tolerância .....	2,35	37	Si	2,84	38	Si	3,06	26	Si	3,67	27	Si
b) Convivência .....	0,87	37	Nom	1,60	38	Nom	0,27	26	Nom	0,94	27	Nom
c) Attitude crítica .....	2,04	37	Si	1,31	38	Nom	3,14	26	Si	2,23	27	Si
d) Reflexom .....	0,89	37	Nom	0,70	38	Nom	1,63	26	Nom	1,41	27	Nom
e) Amor à liberdade .....	-0,31	36	Nom	-0,16	37	Nom	0,33	26	Nom	-0,17	27	Nom
f) Evitaçom de ser manipulado. ....	0,13	36	Nom	0,28	37	Nom	-0,04	26	Nom	0,12	27	Nom
g) Submissom à ordem estabel. ....	-0,48	34	Nom	-0,38	35	Nom	-1,20	26	Nom	-0,76	27	Nom

Quadro 3.02b. Análise estatística das diferenças professores-alunos

Os educandos, que em geral pontuam mais baixo a sua cadeira que os professores como no-lo corrobora a média de médias mais alta: 3,8 em agregados e 3,63 em catedráticos, estimam que a Filosofia tem umha dificuldade superior à média, segundo se infere dos dados de todos os cursos de COU dos institutos inquiridos e dos de 3.º a exceçom dos de Ponte-Vedra, Ourense e Guitiriz em que desce ligeiramente de dita cota. A gradaçom nas avaliaçons de maior a menor dificuldade fica assi: agregados, alunos de

COU, alunos de 3.<sup>º</sup> e catedráticos, se bem nom se observam diferenças significativas nem entre os alunos nem entre estes e os ensinantes.

É unânime o sentir do alunado no tocante à notável importância da filosofia. As médias oscilárom entre 3,51 e 4,46 em BUP e 3,39 e 4,36 em COU. Confrontados, nom obstante, estes dados com os do quadro 2.02 (AGÁLIA, n.<sup>º</sup> 7, pág. 279) referidos ao professorado nota-se que a apreciaçom da importância da Filosofia é mais baixa nos alunos que nos profissionais do ensino, atingindo-se em três dos casos (quadro 3.02b) o nível de significatividade e ficando mui perto no quarto.

Os ensinantes qualificam mais alto em utilidade, salvo o caso dos catedráticos respeito dos alunos de 3.<sup>º</sup>, formaçom que oferece ao aluno, ajuda a compreender a realidade, comprehensom da cultura em geral, extensom e facilidade de aprovar, afora com relaçom a esta última variável a alternativa agregados-alunos de 3.<sup>º</sup>. Com respeito à extensom, a diferença de médias docentes-discentes é claramente significativa e quanto ás demais algumha vez abrange-se e outras ronda-se dito nível de significatividade.

Dá-se umha correlaçom positiva importante entre os diversos sectores inquiridos como no-lo mostra o cálculo do coeficiente de correlaçom de Pearson, obtido por comparaçom entre as diversas médias do apartado I da 3.<sup>a</sup> 2, quadro 202, e as do apartado I da 18 Questom do quadro 3.02a.

	CATEDRATICOS	ALUNOS 3. <sup>º</sup>	ALUNOS C.O.U.
Agregados .....	0,92	0,86	0,97
Catedráticos .....		0,84	0,92
Alunos de 3. <sup>º</sup> .....			0,88

No que diz respeito à segunda parte da questom objecto de análise, tamém os alunos julgam que a Filosofia desempenha umha funçom importante quanto ao fomento da tolerância, convivênciam entre as pessoas, promocom de atitudes críticas e hábitos reflexivos, afeiçom a um sistema de liberdades e umha menor manipulaçom e submissom à ordem dominante. Comparados, no entanto, com os ensinantes podemos dizer que as médias globais som mais baixas: 3,85 e 3,83 em agregados e catedráticos e 3,62 e 3,59 em 3.<sup>º</sup> e COU. Em concreto, conferem-lhe um pouco menos valor a items como fomento da tolerância, convivênciam, atitude crítica e reflexom, sobrepassando-se polo que diz respeito do primeiro e terceiro, em sete occasions o limite de diferença significativa; valoram igual o amor à liberdade e a evitaçom de serem manipulados e ligeiramente mais a submissom á ordem estabelecida.

Os parecidos entre as pontuaçons achados a partir do coeficiente  $r$  de Pearson obtido por comparaçom entre as diversas médias do apartado II, quadro 2.2, e as do apartado II do quadro 3.03a son quase totais:

	CATEDRATICOS	ALUNOS 3. <sup>º</sup>	ALUNOS C.O.U.
Agregados .....	0,99	0,91	0,92
Catedráticos .....		0,90	0,92
Alunos de 3. <sup>º</sup> .....			0,98

En resumo, a conceituação da nossa cadeira por parte dos educandos é mui positiva e satisfatória mas, em termos gerais, um pouco mais baixa que a que exprimem os profissionais do seu ensino.

### 3.3. Comparação da Filosofia com outras cadeiras.

Se analisarmos os dados do quadro 3.03a. podemos observar que os discentes qualificam a nosa matéria como de similar dificuldade e modicamente mais importante, útil, actualizada, servível para compreender a cultura em geral, extensa e fácil de aprovar que outras. Contribui notavelmente mais que as demais de características similares à formação do aluno, à compreensom da realidade e ao aperfeiçoamento pessoal. No tocante à compreensom da cultura galega, os dados som dispares e assi mentres que os alunos de BUP opinam que o seu contributo é maior que numhas e menor que noutras, os de COU consideram que é parcamente menor que noutras cadeiras.

V A R I Á V E I S	ALUNOS DE 3. <sup>º</sup> DE B.U.P.				ALUNOS DE C.O.U.				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respot.	Média	Variá- çom	Dessiac. típica	% de respot.	Média	Variá- çom	Dessiac. típica	«t» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
19. <sup>a</sup> Questom Comparação da cadeira de Filosofia com outras similares:											
I) Características:											
a) Dificuldade .....	95,44	2,94	0,40	0,63	96,52	3,26	0,16	0,39	-1,25	17	Nom
b) Importância .....	96,20	3,56	0,11	0,33	97,83	3,41	0,10	0,32	-,93	17	Nom
c) Utilidade .....	95,83	3,49	0,21	0,45	97,39	3,18	0,11	0,33	1,60	17	Nom
d) Formação para o aluno .....	95,82	3,78	0,12	0,35	96,96	3,59	0,07	0,26	1,26	17	Nom
e) Ajuda a compreender a realidade .....	95,06	4,10	0,10	0,31	96,52	3,94	0,06	0,25	1,15	17	Nom
f) Actualidade dos conteúdos .....	93,92	3,67	0,15	0,38	95,22	3,15	0,20	0,45	2,54	17	Si
g) Aperfeiçoamento pessoal .....	94,30	3,87	0,12	0,34	94,35	3,71	0,13	0,36	0,98	17	Nom
h) Compreensom da cultura galega .....	92,02	3,03	0,32	0,56	93,04	2,59	0,23	0,48	1,74	17	Nom
i) Compreensom da cultura em geral .....	95,06	3,40	0,05	0,23	95,65	3,32	0,07	0,26	0,66	17	Nom
j) Extensom .....	95,44	3,38	0,07	0,27	94,78	3,57	0,13	0,37	1,14	17	Nom
k) Facilidade de aprovar .....	93,93	3,23	0,29	0,54	96,96	3,10	0,19	0,44	0,13	17	Nom
II) Fomento da:											
a) Tolerância .....	93,54	3,66	0,19	0,44	93,48	3,75	0,07	0,27	-0,54	17	Nom
b) Convivência .....	94,30	3,81	0,22	0,47	93,48	3,73	0,09	0,30	0,43	17	Nom
c) Atitude crítica .....	93,16	3,98	0,13	0,36	93,04	3,98	0,06	0,24	-0,56	17	Nom
d) Reflexom .....	94,30	4,06	0,15	0,39	94,35	4,03	0,04	0,20	0,20	17	Nom
e) Amor à liberdade .....	94,68	4,06	0,12	0,34	95,22	3,96	0,07	0,27	0,66	17	Nom
f) Submissom à ordem estabelecida .....	92,40	2,54	0,16	0,40	91,74	2,53	0,20	0,45	0,07	17	Nom
g) Evitaçom de serem manipulados .....	92,78	3,56	0,07	0,26	93,04	3,49	0,14	0,37	0,43	17	Nom

Quadro 3.03a. Comparação da Filosofia com outras cadeiras similares

Convém sublinhar a notória disparidade que apresentam as médias dos diversos centros em variáveis como dificuldade, com um rango de 2,17 a 3,94 em 3.<sup>º</sup> e de 2,70 a 4,25 em COU; compreensão da cultura em geral, de 2,21 a 3,78 e de 2,17 a 3,93 em 3.<sup>º</sup> e COU respectivamente; e facilidade de aprovar, de 2,5 a 4,00 e de 2,25 a 3,73 nos ditos cursos.

V A R I Á V E I S	AGREGAD.-ALUN. 3. <sup>º</sup>			AGREGAD.-ALUN. C.O.U.			CATEDRÁT.-ALUN. 3. <sup>º</sup>			CATEDRÁT.-ALUN. C.O.U.		
	nº de Studen	Graus liberd.	Signif. ao 0,05	nº de Studen	Graus liberd.	Signif. ao 0,05	nº de Studen	Graus liberd.	Signif. ao 0,05	nº de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05?
19. <sup>a</sup> Questão												
Comparação da cadeira de Filosofia com outras similares:												
I) Características:												
a) Dificuldade .....	1,49	38	Nom	0,56	39	Nom	1,42	26	Nom	0,55	27	Nom
b) Importância .....	1,33	38	Nom	1,99	39	Si	1,43	25	Nom	2,30	26	Si
c) Utilidade .....	0,33	37	Nom	1,37	38	Nom	-0,37	25	Nom	0,78	26	Nom
d) Formação para o aluno .....	0,65	38	Nom	1,54	39	Nom	0,97	25	Nom	1,75	26	Nom
e) Ajuda a compreender a real...	0,42	38	Nom	1,18	39	Nom	-0,15	25	Nom	0,44	26	Nom
f) Actualidade dos conteúdos	-1,67	37	Nom	0,19	38	Nom	-2,15	25	Si	0,35	26	Nom
g) Aperfeiçoamento pessoal .....	0,07	36	Nom	0,66	37	Nom	0,04	24	Nom	0,97	25	Nom
h) Compreensão da cultura gal...	-0,93	36	Nom	0,45	37	Nom	-1,35	25	Nom	0,32	26	Nom
i) Compreensão da cul. em ger...	1,06	36	Nom	1,41	37	Nom	2,18	25	Si	2,60	26	Si
j) Extensão .....	0,54	36	Nom	-0,05	23	Nom	0,24	23	Nom	-0,58	24	Nom
k) Facilidade de aprovar .....	-0,88	36	Nom	-0,83	37	Nom	0,83	23	Nom	1,05	24	Nom
II) Fomento da:												
a) Tolerância .....	2,76	38	Si	2,50	39	Si	2,44	23	Si	2,32	24	Si
b) Convivência .....	1,30	38	Nom	1,79	39	Nom	1,51	25	Nom	2,25	26	Si
c) Atitude crítica .....	1,72	38	Nom	1,85	39	Nom	1,62	25	Nom	1,76	26	Nom
d) Reflexão .....	1,22	38	Nom	1,44	39	Nom	1,08	25	Nom	1,34	26	Nom
e) Amor à liberdade .....	0,29	36	Nom	0,70	37	Nom	-0,10	25	Nom	0,45	26	Nom
f) Submissão à ordem estabelecida .....	-1,28	34	Nom	-1,30	35	Nom	-1,69	26	Nom	-1,69	27	Nom
g) Evitação de serem manipulados .....	0,43	35	Nom	0,61	36	Nom	-0,25	25	Nom	-0,10	26	Nom

Quadro 3.03b. Análise estatística das diferenças professores-alunos

O confronto reflectido no quadro 3.03b mostra-nos que também neste caso, ao comparar a sua matéria com outras similares, os professores som, em geral, mais indulgentes que os seus discípulos já que predominam os valores positivos. Igualmente as médias globais som algo mais elevadas: 3,55 em agregados e 3,58 em catedráticos frente a 3,5 em 3.<sup>º</sup> e 3,35 em COU. É mais manifesta a diferença em itens como importância, onde se atingiu o nível de significatividade em duas alternativas, compreensão da cultura em geral, no que podemos dizer o mesmo, e em formação para o aluno.

As correlações entre as variáveis, calculadas pelo coeficiente  $r$  de Pearson, a partir das médias do apartado I, quadro 2.03, e as do apartado I do quadro 3.03 a, som as seguintes:

	CATEDRATICOS	ALUNOS 3. <sup>º</sup>	ALUNOS C.O.U.
Agregados .....	0,90	0,76	0,89
Catedráticos .....		0,69	0,87
Alunos de 3. <sup>º</sup> .....			0,76

Na segunda parte da questom 19, de que explicitamos os resultados da sua elaboraçom na parte inferior do quadro 3.03a., obtivérom-se notas consideravelmente altas aplicadas a todos os items afora o de submissom à ordem estabelecida, respeito do qual os alunos manifestárom que o seu contributo para formar indivíduos dóceis ao sistema está entre as que inenros.

*O sentir do alunado é mui comprazente com a nossa cadeira a respeito de variáveis que incidem dum jeito decisivo na conformaçom de pessoas responsáveis, críticas, reflexivas, etc., qualidades muito meritórias numha sociedade madura.* Quiçá isto seja motivo de reflexom para os que estám empenhados na reforma do ensino médio.

Porém, tamém neste caso os docentes som mais benevolentes que os alunos, a quem superam em média global: 3,86 e 3,8 para agregados e catedráticos face a 3,66 e 3,64 em 3.<sup>º</sup> e COU respectivamente. Atingiu-se o límite de diferença significativa no que se refere à tolerância e, umha vez, à convivência. Noutros items, a excepçom de serem manipulados e submissom à ordem estabelecida em que os alunos pontuárom mais alto, os dados dos professores som unanimemente mais elevados, segundo se torna manifesto na parte inferior do quadro 3.03b.

As correlaçons que especificamos a seguir, obtidas por comparaçom das médias do apartado II dos quadros 2.03 e 3,03a, indican-nos que hai umha coincidênciia mui alta no sentido das pontuaçons:

	CATEDRATICOS	ALUNOS 3. <sup>º</sup>	ALUNOS C.O.U.
Agregados .....	0,99	0,96	0,98
Catedráticos .....		0,95	0,98
Alunos de 3. <sup>º</sup> .....			0,99

### 3.4. *Causas académicas do fracasso escolar.*

Quais som as causas do fracasso escolar consoante a opiniom do aluno? Ante tudo aclaramos que nom é o nosso objectivo tratar de todos os factores que influem no fracasso escolar senom só daqueles que a nível aca-démico podem aparecer como mais relevantes. Prescindimos, pois, das causas afectivas individuais, das causas familiares e económico-sociais.

A vista do quadro 3.04 hai que sublinhar a irregular e elevada variaçom, que nos pom de manifesto a grande diversidade de pareceres que se exprimem nos diversos centros. Portanto, as causas académicas nom só som múltiplas senom que variam nos diversos centros. Trata-se de relações hu-manas concretas que tomam um sesgo determinado em cada caso particu-lar. No entanto, certos factores mostram umha presença constante em to-dos os institutos inquiridos, ainda que com umha grande diversidade entre os alunos pois as variaçons entre estes em cada um dos centros som impor-

tantes, e com umha incidéncia superior à média, 3. Som a dificuldade da matéria, a falta de laboriosidade do aluno e a excessiva amplitude da disciplina.

V A R I Á V E I S	ALUNOS DE 3.º DE B.U.P.				ALUNOS DE C.O.U.				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respost.	Média	Variá-cóm	Desviac. típica	% de respost.	Média	Variá-cóm	Desviac. típica	«t» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
21.ª Questom											
A dificuldade de superar as avaliaçons provém:											
a) Da dificuldade da matéria .....	93,92	3,52	0,22	0,47	93,92	3,78	0,14	0,38	-1,31	17	Nom
b) Da dificuldade dos exames.....	94,30	2,94	0,31	0,56	94,78	3,05	0,16	0,40	-0,48	17	Nom
c) Do número excessivo de exames ..	94,67	2,54	0,18	0,42	93,91	2,42	0,03	0,17	0,78	17	Nom
d) Do número escasso de exames ..	93,16	2,09	0,07	0,26	93,04	2,43	0,43	0,66	-1,37	17	Nom
e) De escassez de recuperaçons .....	93,92	2,02	0,09	0,30	93,91	2,04	0,49	0,69	-0,08	17	Nom
f) Da falta de laboriosidade do aluno..	93,92	3,38	0,16	0,40	95,65	3,28	0,04	0,19	0,64	17	Nom
g) Da falta de capacidade do aluno ..	91,63	2,47	0,03	0,18	91,74	2,51	0,08	0,28	-0,38	17	Nom
h) Da excessiva exigéncia do professor.	91,63	2,57	0,34	0,58	91,30	2,54	0,31	0,56	0,11	17	Nom
i) Da dificuldade de entender pr. ....	93,62	2,50	0,23	0,48	93,91	2,86	0,23	0,48	-1,53	17	Nom
j) Da excessiva amplitude matéria ...	93,92	3,47	0,18	0,43	94,35	3,86	0,24	0,49	-1,75	17	Nom

Quadro 3.04. Causas académicas do fracasso escolar

A grande disparidade das respostas tanto intercentros como intracentros revela-nos que apesar de globalmente sobressaírem um pouco mais por cima da média os três items referidos, contudo mesmo num determinado centro os alunos acentuam ora um ora outro dos factores indicados seguindo o refrám popular de que cada quem fala da feira segundo lhe vai nela.

Hai que destacar em segundo lugar que neste quadro mudam de signo, contrariamente ao que acontecia nos anteriores, as diferenças entre os alunos de 3.º e COU em que agora predominam os sinais negativos e, se bem nom se chegou ao nível significativo, podemos afirmar que os alunos de COU insistem menos na falta de laboriosidade e mais na dificuldade e amplitude da matéria, na escassez dos exames, que no entanto qualificam também baixo, e na dificuldade de entender o professor que se situa num nível entre pouco e regular. Os suspensos apenas em módica parte som debidos ao número de exames, escassez das recuperações, falta de capacidade do aluno, excessiva exigéncia do professor ou obscuridate nas explicações.

Podemos esmiuçar os resultados por centros pero levaria-nos a umha situaçom pouco significativa e excessivamente pessoal, já que se os alunos dum instituto atribuem a dificuldade de aprovar à dificuldade da matéria nom se infere que esta seja mais difícil numha determinada demarcaçom geográfica mais que o professor ou bem aprofunda mais, fai-se entender pior ou é mais exigente. Tendo em conta que o ensino é fruto dessas múltiplas circunstâncias concorrençais particulares, o que é relevante é a média da amostra em quanto que nos permite conhecer a média da populaçom e nom os diversos cursos isolados.

### 3.5. Desenvolvimento das aulas.

No quadro 3.05a aparecem, por primeira vez, algumas diferenças significativas entre os discentes de 3.<sup>º</sup> e COU, o qual demonstra que as aulas se desenvolvem com metodologia diferente em cada um dos citados cursos, que é o que seria de esperar tendo em conta a diversidade de matéria, exames, focagem em COU cara a selectividade, etc. Há coincidência, no entanto, em que nos dois cursos se prima o trabalho individual com preferência ao trabalho em grupo, contrariamente aos desejos do alunado segundo se põe de manifesto nas respostas a a) e b) da pergunta 9.<sup>a</sup>

V A R I Á V E I S	ALUNOS DE 3. <sup>º</sup> DE B.U.P.				ALUNOS DE C.O.U.				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respost.	Média	Variá- cóm	Desviac. típica	% de respost.	Média	Varia- cóm	Desviac. típica	«1» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
8. <sup>a</sup> Questom											
Sinala como, à parte da explicacôm do professor, se desenvolve a classe de Filosofia:											
a) Trabalho individual .....	97,72	3,17	0,13	0,37	96,96	3,41	0,10	0,31	-1,44	17	Nom
b) Trabalho em grupo .....	96,96	2,29	0,26	0,51	95,65	2,08	0,27	0,52	0,83	17	Nom
c) Resoluçom de questons f. prof. ....	97,34	3,00	0,08	0,28	96,09	2,56	0,03	0,16	3,91	17	Si
d) Comentário de textos .....	97,72	2,04	0,67	0,82	96,52	3,08	0,16	0,39	-3,39	17	Si
e) Debate de temas filosóficos .....	97,72	2,90	0,93	0,96	94,35	2,32	0,37	0,60	1,50	17	Nom
f) Debate de temas extrafilosóficos .....	96,20	2,94	1,14	1,07	95,65	2,34	0,84	0,92	1,23	17	Nom
g) Leitura do livro de texto .....	96,96	2,97	0,82	0,91	95,22	2,04	0,44	0,66	2,43	17	Si
h) Leitura de livros de consulta .....	97,34	2,23	0,25	0,50	95,65	2,03	0,13	0,35	0,95	17	Nom
i) Realizaçom de trabalhos .....	97,72	2,76	0,99	0,99	97,39	2,57	0,80	0,89	0,42	17	Nom
9. <sup>a</sup> Questom											
Como se deveria desenvolver a classe de Filosofia:											
a) Trabalho individual .....	99,62	2,59	0,08	0,28	95,65	2,94	0,09	0,29	-2,46	17	Si
b) Trabalho em grupo .....	98,86	4,08	0,04	0,20	96,09	4,12	0,02	0,15	-0,40	17	Nom
c) Resoluçom de questons f. prof. ....	98,48	3,20	0,08	0,28	95,22	3,38	0,05	0,23	-1,42	17	Nom
d) Comentário de textos .....	97,72	2,92	0,03	0,17	95,22	3,65	0,05	0,23	-7,26	17	Si
e) Debate de temas filosóficos .....	97,34	4,03	0,07	0,26	93,91	4,12	0,04	0,20	-0,80	17	Nom
f) Debate de temas extrafilosóficos .....	98,48	4,12	0,05	0,23	95,65	4,05	0,06	0,24	0,63	17	Nom
g) Leitura do livro de texto .....	97,72	2,47	0,04	0,21	93,91	2,54	0,13	0,36	-0,47	17	Nom
h) Leitura de livros de consulta .....	97,72	3,18	0,04	0,19	93,91	3,03	0,13	0,35	0,78	17	Nom
i) Realizaçom de trabalhos .....	98,48	3,09	0,09	0,30	94,35	3,38	0,26	0,51	-2,14	17	Nom

Quadro 3.05a. Desenvolvimento das classes

Em 3.<sup>º</sup> recorre-se mais à resoluçom de questons, ao debate de temas filosóficos, debate de temas extrafilosóficos de actualidade, leitura do livro de texto e realizaçom de trabalhos, mentres o COU se centra mais no comentário de texto com vistas à selectividade. A extensom do temário e a conseguinte urgênciia por terminá-lo impedem a dedicaçom a actividades um pouco mais marginais, como som os debates, além das dificuldades de entabular um debate filosófico sobre a matéria específica de COU.

Além do trabalho em grupo, os alunos gostam especialmente dos debates, tanto de temas filosóficos como de temas extrafilosóficos de actualidade, e pouco da leitura do livro de texto. Respeito das demais variáveis, as qualificaçons emitidas som de «regular».

V A R I Á V E I S	AGREGAD.-ALUN. 3. <sup>º</sup>			AGREGAD.-ALUN. C.O.U.			CATEDRÁT.-ALUN. 3. <sup>º</sup>			CATEDRÁT.-ALUN. C.O.U.		
	«t» de Studen	Graus liberd.	Signif. ao 0,05	«t» de Studen	Graus liberd.	Signif. ao 0,05	«t» de Studen	Graus liberd.	Signif. ao 0,05	«t» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
8. <sup>a</sup> Questom												
Desenvolvimento da classe de Filosofia:												
a) Trabalho individual .....	2,16	38	Si	1,36	39	Nom	2,98	25	Si	2,21	26	Si
b) Trabalho em grupo.....	1,02	37	Nom	1,58	38	Nom	1,52	26	Nom	2,20	27	Si
c) Resoluçom de quest. f. prof.	1,79	37	Nom	3,34	38	Si	1,34	25	Nom	3,01	26	Si
d) Comentário de textos.....	3,91	38	Si	1,5288	39	Nom	4,46	26	Si	1,84	27	Nom
e) Debate de temas filosóficos.	0,91	35	Nom	2,40	36	Si	1,11	25	Nom	2,82	26	Si
f) Debate de temas extrafilosóf.	0,29	36	Nom	1,73	37	Nom	-0,23	25	Nom	1,17	26	Nom
g) Leitura do livro de texto .....	-1,68	36	Nom	0,91	37	Nom	-0,63	25	Nom	1,47	26	Nom
h) Leitura de livros de consulta.	1,81	38	Nom	2,49	39	Si	1,52	25	Nom	2,45	26	Si
i) Realizaçom de trabalhos ...	1,16	36	Nom	1,73	37	Nom	1,90	25	Nom	2,63	26	Si
9. <sup>a</sup> Questom												
Como se deveria desenvolver a classe de Filosofia:												
a) Trabalho individual .....	2,87	37	Si	1,78	38	Nom	3,53	24	Si	2,02	25	Nom
b) Trabalho em grupo .....	-0,62	37	Nom	-0,76	38	Nom	-2,08	24	Si	-2,40	25	Si
c) Resoluçom de quest. f. prof.	0,41	36	Nom	-0,11	37	Nom	0,08	24	Nom	-0,40	25	Nom
d) Comentário de textos.....	4,93	38	Si	1,97	39	Si	4,50	24	Si	1,34	25	Si
e) Debate de temas filosóficos.	0,54	37	Nom	0,20	38	Nom	-1,20	24	Nom	-1,64	25	Nom
f) Debate de temas extrafilos.	-0,70	37	Nom	-0,53	38	Nom	-2,79	24	Si	-2,74	25	Si
g) Leitura do livro de texto .....	-0,65	36	Nom	-0,90	37	Nom	0,67	24	Nom	0,39	25	Nom
h) Leitura de livros de consulta.	2,26	37	Si	2,78	38	Si	1,04	23	Nom	1,53	24	Nom
i) Realizaçom de trabalhos ...	2,12	35	Si	1,29	36	Nom	1,89	23	Nom	0,90	24	Nom

Quadro 3.05b. Análise estatística das diferenças professores-alunos

Segundo podemos olhar no quadro 3.05b., os professores acentuam ainda mais o recurso a cada umha das diversas alternativas, a excepçom da leitura do livro de texto e quiçá o debate de temas de actualidade, atingindo-se muitas vezes o nível de significatividade e ficando perto outras mas, mesmo nestes casos, a unâmice tendênciam dos dados confirma-nos que nom som produtos do acaso. Reforça assi mesmo esta conclusom a superior média de médias dos professores: 3,2 em agregados, 3,2 em catedráticos, 2,7 em 3.<sup>º</sup> e 2,49 em COU.

Os docentes optam em maior medida polo trabalho individual, comentário de texto, leitura de livros de consulta e realizaçom de trabalhos e menos polo trabalho em grupo e debates de temas extrafilosóficos de actualidade.

As médias relacionam-se como se mostra a seguir:

	CATEDRATICOS	ALUNOS 3. <sup>º</sup>	ALUNOS C.O.U.
Aggregados .....	0,91	0,16	0,89
Catedráticos .....		0,22	0,92
Alunos de 3. <sup>º</sup> .....			0,17

Como podemos observar neste quadro de correlaçons, obtidas por comparaçom das médias da 8.<sup>a</sup> questom dos quadros 2.05 e 3.05a, as classes

de 3.<sup>º</sup> desenvolvem-se com umha metodologia bem diferente que as de COU, segundo o critério dos alunos, já que as correlações som baixas. As reduzidas correlações professores-alunos de 3.<sup>º</sup> quiçá se expliquem polo feito de que os primeiros, ao responderem, expressárom mais bem a metodologia que seguiam em COU.

As correlações entre as médias da questom 9.<sup>a</sup> som:

	CATEDRATICOS	ALUNOS 3. <sup>º</sup>	ALUNOS C.O.U.
	0,87	0,62 0,31	0,76 0,58 0,91
Agregados .....			
Catedráticos .....			
Alunos de 3. <sup>º</sup> .....			

Três cursos de 3.<sup>º</sup> dos doze inquiridos e douos cursos de COU dum total de treze, quer dizer, arredor dum 25 e um 15 por cento respectivamente afirma que só se lhes exige preparar os exames. Noutros cursos, algum que outro aluno, sempre em número mui reduzido, tamém se pronuncia no mesmo sentido mas isto obedece a que a preparaçom dos exames é a actividade preeminente que sobressai dum jeito muito substancial sobre todas as demás, e isto induze-os a responder que é a única actividade requerida.

V A R I Á V E I S	ALUNOS DE 3. <sup>º</sup> DE B.U.P.				ALUNOS DE C.O.U.				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respont.	Média	Variá-cóm	Desviac. típica	% de respont.	Média	Variá-cóm	Desviac. típica	t <sub>Student</sub>	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
10. <sup>a</sup> Questom Ademais de preparar os exames fora da aula tes que:											
a) Realizar trabalhos individuais .....	60,84	3,06	0,21	0,46	70,00	2,88	0,25	0,50	0,80	17	Nom
b) Realizar trabalhos em grupo .....	39,54	2,03	0,12	0,35	72,17	1,74	0,26	0,52	1,35	17	Nom
c) Resolver questons f. professor .....	60,46	2,60	0,36	0,60	71,74	2,21	0,20	0,45	1,53	17	Nom
d) Comentar textos .....	60,46	2,22	0,33	0,57	73,91	2,82	0,34	0,58	-2,13	17	Si
e) Ler livros .....	60,84	2,99	0,45	0,67	78,86	2,77	0,62	0,79	0,62	17	Nom
11. <sup>a</sup> Questom Compara cantidade de deveres que che encomenda o professor de Filosofia cos que che encomendam noutras cadeiras similares;											
a) Realizar trabalhos individuais .....	95,44	2,20	0,33	0,58	93,91	2,58	0,42	0,65	-1,27	17	Nom
b) Realizar trabalhos em grupo .....	96,58	2,03	0,40	0,63	90,00	2,10	0,47	0,68	-0,23	17	Nom
c) Resolver questons f. professor .....	96,20	2,26	0,23	0,48	90,43	2,18	0,10	0,32	0,37	17	Nom
d) Comentar textos .....	96,20	2,13	0,48	0,69	92,61	2,97	0,23	0,48	-2,93	17	Si
e) Ler livros .....	96,20	2,50	0,61	0,78	94,78	2,69	0,73	0,85	-0,48	17	Nom

Quadro 3.06a. Deveres para fora da aula em Filosofia e noutras matérias

Em 3.<sup>º</sup> encomenda-se-lhes principalmente a realizaçom de trabalhos individuais e a leitura de livros e, em COU, além destas, o comentário de textos. A resoluçom de questons propostas polo professorado é mais utilizada em 3.<sup>º</sup> que em COU e a realizaçom de trabalhos em grupo ocupa o último lugar em ambos os cursos.

As respostas à questom 11.<sup>a</sup> mostra-nos que em *Filosofia exigem-se menos deveres que noutras cadeiras afins*, salvo polo que se refere ao comentário de textos em COU, que obtém umha qualificaçom de mais que numhas e menos que noutras.

V A R I Á V E I S	AGREGAD.-ALUN. 3. <sup>º</sup>			AGREGAD.-ALUN. C.O.U.			CATEDRÁT.-ALUN. 3. <sup>º</sup>			CATEDRÁT.-ALUN. C.O.U.		
	«t» de Studen	Graus liberd.	Signif. ao 0,05	«t» de Studen	Graus liberd.	Signif. ao 0,05	«t» de Studen	Graus liberd.	Signif. ao 0,05	«t» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
10. <sup>a</sup> Questom												
Ademais de preparar os exames fora de aula tes que:												
a) Realizar trabalhos individuais.	1,39	34	Nom	1,94	35	Nom	2,46	23	Si	3,17	24	Si
b) Realizar trabalhos em grupo.	3,31	33	Si	4,20	34	Si	1,20	23	Nom	2,08	24	Si
c) Resolver questões f. profés.	0,88	32	Nom	1,86	33	Nom	1,44	24	Nom	2,95	25	Si
d) Comentar textos .....	3,20	34	Si	1,82	35	Nom	2,92	23	Si	1,47	24	Nom
e) Ler livros .....	1,92	35	Nom	2,54	36	Si	1,46	23	Nom	2,08	24	Si

Quadro 3.06b. Análise estatística das diferenças professores-alunos

Finalmente, os resultados do quadro 3.06b. permitem-nos concluir que os alunos dissentem dos professores no que diz respeito ao nível de exigência: os professores pensam que exigem mais deveres dos que, segundo o sentir dos alunos, exigem. Isto é avalizado tamém polas médias mais elevadas obtidas polos professores: 3,44 e 3,24 para agregados e catedráticos face a 2,58 e 2,48 para 3.<sup>º</sup> e COU respectivamente.

As correlaçons entre as médias da 10.<sup>a</sup> Questom, som as seguintes:

	CATEDRATICOS	ALUNOS 3. <sup>º</sup>	ALUNOS C.O.U.
Agregados .....	0,62	0,47	0,70
Catedráticos .....		0,81	0,96
Alunos de 3. <sup>º</sup> .....			0,65

### 3.7. Método de aprendizagem dos conteúdos.

O método mais utilizado, consoante a opiniom dos alunos reflectida no quadro 3.07a. é, por esta ordem decrescente, a tomada de apontamentos da explicacôm do professor, a facilitaçom de apontamentos por parte desse, seguidos em maior medida em COU que em 3.<sup>º</sup>, o seguimento dum livro de texto, mais aplicado em 3.<sup>º</sup> que em COU, a elaboraçom própria dos temas e o emprego de vários livros de texto. Som de destacar as elevadas variaçons em a), d) e e), o qual significa que nalguns cursos nom se emprega o livro de texto e noutros muito e igualmente polo que se refere á facilitaçom e tomada de apontamentos.

Dos dados da questom 13.<sup>a</sup> extraí-se a conclusom de que os alunos gosam menos de estudar por livros de texto que por apontamentos ou menos que elaborar eles os temas.

VARIÁVEIS	ALUNOS DE 3.º DE B.U.P.				ALUNOS DE C.O.U.				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respost.	Média	Variá-cóm	Desviac. típica	% de respost.	Média	Variá-cóm	Desviac. típica	«t» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
<b>12.<sup>a</sup> Questom</b> Qual é o método que segues na aprendizagem dos conteúdos:											
a) Um livro de texto .....	97,72	3,30	1,08	1,04	95,22	2,45	0,48	0,69	2,00	17	Nom
b) Vários livros de texto .....	96,20	1,72	0,11	0,33	94,35	1,74	0,10	0,31	-0,16	17	Nom
c) Elaboraçom própria dos temas .....	96,96	1,86	0,08	0,29	94,35	1,76	0,16	0,40	0,60	17	Nom
d) Apontamentos facilitados professor..	97,72	3,41	1,48	1,22	94,78	3,94	0,48	0,68	-1,11	17	Nom
e) Tomada de apontamentos .....	96,20	3,46	0,64	0,80	96,96	4,21	0,24	0,49	-2,39	17	Si
<b>13.<sup>a</sup> Questom</b> Que método se deveria seguir na aprendizagem dos conteúdos:											
a) Um livro de texto .....	96,58	2,61	0,17	0,42	93,04	2,76	0,16	0,40	-0,74	17	Nom
b) Vários livros de texto .....	95,82	2,65	0,09	0,29	93,48	2,97	0,07	0,26	-2,34	17	Si
c) Elaboraçom própria dos temas .....	97,34	3,28	0,05	0,22	96,52	3,23	0,07	0,26	0,44	17	Nom
d) Apontamentos facilitados profes..	96,96	3,41	0,08	0,29	92,61	3,15	0,06	0,25	2,02	17	Nom
e) Tomada de apontamentos .....	97,34	3,39	0,14	0,37	96,52	3,43	0,07	0,26	-0,28	17	Nom

Quadro 3.07a. Método seguido e ideal para a aprendizagem dos conteúdos

Da análise do quadro 3.07b. pode-se inferir que os docentes manifestam recorrer ao método de elaboraçom própria dos temas numha proporçom significativamente mais elevada que o que expressam os alunos, igualmente dim que acodem em maior grau a vários livros de texto e, polo contrário, menos a um só livro de texto em 3.<sup>º</sup>

VARIÁVEIS	AGREGAD.-ALUN. 3. <sup>º</sup>			AGREGAD.-ALUN. C.O.U.			CATEDRÁT.-ALUN. 3. <sup>º</sup>			CATEDRÁT.-ALUN. C.O.U.		
	«t» de Studen	Graus liberd.	Signif. ao 0,05	«t» de Studen	Graus liberd.	Signif. ao 0,05	«t» de Studen	Graus liberd.	Signif. ao 0,05	«t» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
<b>12.<sup>a</sup> Questom</b> Qual é o método que segues na aprendizagem dos conteúdos:												
a) Um livro de texto .....	-1,15	33	Nom	0,62	34	Nom	-0,66	22	Nom	1,41	23	Nom
b) Vários livros de texto .....	1,75	34	Nom	1,79	35	Nom	1,58	23	Nom	1,61	24	Nom
c) Elaboraçom própria temas .....	2,92	36	Si	3,28	37	Nom	2,97	24	Nom	3,35	25	Si
d) Apontamentos facilit. profes..	0,42	34	Nom	-0,93	35	Nom	-0,18	26	Nom	-1,44	27	Nom
<b>13.<sup>a</sup> Questom</b> Que método se deveria seguir na aprendizagem dos conteúdos:												
a) Um livro de texto .....	0,26	33	Nom	-0,07	34	Nom	1,03	22	Nom	0,67	23	Nom
b) Vários livros de texto .....	-0,29	34	Nom	-1,04	35	Nom	-0,67	23	Nom	-1,52	24	Nom
c) Elabor. própria dos temas .....	0,05	36	Nom	0,17	37	Nom	-0,74	24	Nom	-0,64	25	Nom
d) Apontamentos facilit. profes..	0,49	34	Nom	1,27	35	Nom	-0,23	26	Nom	0,41	27	Nom

Quadro 3.07b. Análise estatística das diferenças professores-alunos. (Compara-se a pergunta 11.<sup>a</sup> do professorado coa 12.<sup>a</sup> e coa 13.<sup>a</sup> dos alunos)

Comparando o que os professores dim que aconselham co que os alunos consideram ideal, comprovamos que as diferenças se atenuam consideravelmente. Quiçais só se pode dizer que os alunos optam ligeiramente mais por vários livros de texto.

As correlações entre o método aconselhado polo professorado e o que os alunos afirmam seguir, obtidas por comparação das médias, da 11.<sup>a</sup> Questom dos professores e 12.<sup>a</sup> Questom dos alunos, som as seguintes:

	CATEDRATICOS	ALUNOS 3. <sup>º</sup>	ALUNOS C.O.U.
Agregados .....	0,86	0,38 0,74	0,66 0,76 0,84
Catedráticos .....			
Alunos de 3. <sup>º</sup> .....			

### 3.8. Avaliação da docência.

Os alunos qualificam, segundo se patentea no quadro 3.08a., de «bastante» a clareza expositiva e um pouco menos a eficácia, e de «bem» a motivação e a variedade. As médias dos professores e alunos nom seguem umha orientação definida já que enquanto os catedráticos com umha média de 3,55 superam mui ligeiramente os alunos de COU, 3,49, os alunos de 3.<sup>º</sup> com 3,71 sobrepassam os agregados que so atingírom 3,37.

V A R I Á V E I S	ALUNOS DE 3. <sup>º</sup> DE B.U.P.				ALUNOS DE C.O.U.				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respost.	Média	Variância	Desviac. típica	% de respost.	Média	Variância	Desviac. típica	«t» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
14. <sup>a</sup> Questom											
Qual é o teu parecer sobre a metodologia utilizada polo professor:											
a) Clareza expositiva .....	97,34	4,13	0,31	0,56	95,65	3,76	0,38	0,62	1,29	17	Nom
b) Motivadora .....	96,58	3,48	0,27	0,52	96,96	3,41	0,31	0,56	0,23	17	Nom
c) Eficaz .....	96,58	3,70	0,20	0,45	96,52	3,61	0,23	0,48	0,40	17	Nom
d) Variada .....	95,44	3,54	0,34	0,58	96,52	3,18	0,10	0,32	1,60	17	Nom
15. <sup>a</sup> Questom											
Expon o teu parecer sobre como deveria ser a classe de Filosofia:											
a) Clareza expositiva .....	81,75	3,86	0,12	0,34	80,43	4,06	0,08	0,29	-1,32	17	Nom
b) Motivadora .....	95,82	3,77	0,06	0,24	96,52	4,03	0,07	0,27	-2,05	17	Nom
c) Eficaz .....	96,58	3,84	0,05	0,22	93,91	3,81	0,08	0,28	0,19	17	Nom
d) Variada .....	96,20	3,95	0,05	0,23	92,61	3,86	0,06	0,24	0,74	17	Nom

Quadro 3.08a. Avaliação da docência

Como ideal, pergunta 15.<sup>a</sup>, todas as variáveis recebem umha nota semelhante rondando o quatro. A maior disparidade entre a docência actual e o desiderato dá-se respecto das variáveis motivação e variedade, o qual nos permite concluir em relação coas mesmas umha maior dose de insatisfação. Os alunos coincidem cos professores quanto à avaliação da docência pero as médias mais elevadas por parte dos primeiros a esta pergunta 15.<sup>a</sup> revelam certo grau de descontentamento. Ditas médias som de 3,86 em 3.<sup>º</sup> e 3,94 em COU.

V A R I Á V E I S	AGREGAD.-ALUN. 3. <sup>º</sup>			AGREGAD.-ALUN. C.O.U.			CATEDRÁT.-ALUN. 3. <sup>º</sup>			CATEDRÁT.-ALUN. C.O.U.		
	«t» de Studen	Graus liberd.	Signif. ao 0,05	«t» de Studen	Graus liberd.	Signif. ao 0,05	«t» de Studen	Graus liberd.	Signif. ao 0,05	«t» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
14. <sup>a</sup> Questom Qual é a tua opiniom sobre a metodología utilizada polo professor:												
a) Clareza expositiva .....	-0,70	34	Nom	0,83	35	Nom	-0,92	25	Nom	0,48	26	Nom
b) Motivadora .....	-0,51	35	Nom	-0,32	36	Nom	-0,31	25	Nom	0,58	26	Nom
c) Eficaz .....	-1,72	34	Nom	-1,41	35	Nom	-0,99	24	Nom	-0,70	25	Nom
d) Variada .....	-1,84	33	Nom	-0,78	34	Nom	-0,58	24	Nom	0,59	25	Nom

Quadro 3.08b. Análise estatística das diferenças professores-alunos

Conseqüentemente, as correlações entre o que se fai na prática som elevadas pero descem sensivelmente quando se compara a prática co que os alumnos exprimem como ideal.

	CATEDRATICOS	ALUNOS 3. <sup>º</sup>	ALUNOS C.O.U.
Agregados .....	0,98	0,89 0,83	0,87 0,75 0,82
Catedráticos .....			
Alunos de 3. <sup>º</sup> .....			

Correlações obtidas na avaliação da situación actual da metodología docente: 12.<sup>a</sup> Questom do inquérito do professorado e 14.<sup>a</sup> Questom do dos alumnos.

	CATEDRATICOS	ALUNOS 3. <sup>º</sup>	ALUNOS C.O.U.
Agregados .....	0,98	0,32 -0,30	0,73 0,85 -0,46
Catedráticos .....			
Alunos de 3. <sup>º</sup> .....			

Correlações entre a situación actual e o que os alumnos desejarían: questons 12 do professorado e 15.<sup>a</sup> dos alumnos.

Convém sublinhar a baixa variaçom entre os estudiantes dos diversos centros quando exprimem o seu parecer sobre como deveriam ser as classes e a notável variaçom intercentros quando falam da metodología actualmente empregada, o qual indica umha aceitaçom mui díspar dos distintos professores.

A maior reiteraçom dos dados negativos do quadro 3.08b., revela que os alumnos qualificam, em geral, mais alto os professores respeito das variábeis anteditas que os professores a si mesmos, se bem nom se atingiu en nengumha das alternativas o nível de significatidade. Em qualquer caso, nom hai grande disparidade quanto à valorizaçom do método.

### 3.9. Avaliaçom da atitude do professor.

A avaliaçom dos professores por parte dos alunos, tanto de 3.<sup>º</sup> como de COU, é mui positiva, segundo se pode concluir a partir dos dados oferecidos no quadro 3.09a. As notas mais elevadas fôrom emitidas aos items: «respeito mútuo», «confiança» e «responsabilidade» e as mais baixas para o fomento do «trabalho em grupo» e da «iniciativa», ocupando os restantes um posto intermédio mui digno.

Os profissionais da Filosofia mostram «bastante» compreensom e ajuda, umha «aceitável» disposiçom de serviço, um pouco mais que «regular» exigênciia e pouco autoritarismo. Som «bastante» justos nas avaliaçons pero só favorecem moderadamente o autocontrole polo aluno.

V A R I Á V E I S	ALUNOS DE 3. <sup>º</sup> DE B.U.P.				ALUNOS DE C.O.U.				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respost.	Média	Variâ- cóm	Desviac. típica	% de respost.	Média	Variâ- cóm	Desviac. típica	«t» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
16. <sup>a</sup> Questom Expressa a tua opiniom sobre o profes- sor de Filosofia:											
I) Fomenta:											
a) O respeito mútuo .....	97,72	4,26	0,19	0,43	95,22	4,09	0,16	0,39	0,82	17	Nom
b) A responsabilidade .....	98,10	4,00	0,22	0,47	96,09	3,88	0,12	0,34	0,61	17	Nom
c) A laboriosidade .....	98,10	3,59	0,20	0,45	93,48	3,56	0,13	0,35	0,16	17	Nom
d) O trabalho em grupo .....	98,10	3,42	0,17	0,41	94,35	3,16	0,09	0,30	1,49	17	Nom
e) A tolerância .....	97,34	3,92	0,18	0,43	93,91	3,62	0,11	0,34	1,60	17	Nom
f) Umha atitude crítica .....	97,72	3,66	0,24	0,49	95,65	3,75	0,16	0,40	-0,44	17	Nom
g) A participação .....	97,72	3,89	0,29	0,54	95,65	3,67	0,33	0,58	0,82	17	Nom
h) A confiança .....	97,34	4,00	0,38	0,61	96,04	3,90	0,25	0,50	0,37	17	Nom
i) A iniciativa .....	95,06	3,51	0,17	0,41	94,35	3,46	0,19	0,43	0,24	17	Nom
II) O professor mostra umha atitude de:											
a) Compreensom .....	97,72	4,09	0,19	0,44	96,52	3,97	0,14	0,37	0,64	17	Nom
b) Ajuda .....	97,72	4,02	0,27	0,52	97,39	3,93	0,10	0,32	0,47	17	Nom
c) Exigênciia .....	97,34	3,29	0,30	0,55	96,96	3,30	0,22	0,47	-0,07	17	Nom
d) Autoritarismo .....	97,72	2,00	0,38	0,62	94,35	2,02	0,27	0,52	-0,07	17	Nom
e) Serviço .....	95,82	3,71	0,10	0,38	93,48	3,61	0,07	0,26	0,62	17	Nom
III) O professor nas avaliaçons adop- ta umha conduta de:											
a) Justiça .....	95,82	3,94	0,08	0,29	96,52	4,01	0,07	0,26	-0,52	17	Nom
b) Favorecedora do autocontrole .....	92,78	3,33	0,20	0,45	90,87	3,33	0,13	0,36	-0,03	17	Nom

Quadro 3.09a. Avaliaçom da atitude do professor

Comparando as respostas dadas polos alunos coas fornecidas polos ensinantes, quadro 3.09b., comprovamos que estes atingem umha nota mui ligeiramente mais elevada quando som qualificados por si mesmos que quando som qualificados polos estudantes especialmente polo que se refere ao fomento da tolerância e das atitudes críticas. As módicas pero coerentes diferenças das médias: 3,53 e 3,44 para agregados e catedráticos e 3,42 e 3,37 para os alunos de 3.<sup>º</sup> e COU, confirmam isto mesmo.

V A R I Á V E I S	AGREGAD.-ALUN. 3. <sup>º</sup>			AGREGAD.-ALUN. C.O.U.			CATEDRÁT.-ALUN. 3. <sup>º</sup>			CATEDRÁT.-ALUN. C.O.U.		
	«1» de Studen	Graus liberd.	Signif. ao 0,05	«1» de Studen	Graus liberd.	Signif. ao 0,05	«1» de Studen	Graus liberd.	Signif. ao 0,05	«1» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
16. <sup>a</sup> Quêstom Expressa a tua opinião sobre o professor de Filosofia:												
I) Fomenta:												
a) O respeito mútuo .....	0,92	36	Nom	1,68	37	Nom	0,26	26	Nom	1,07	27	Nom
b) A responsabilidade .....	0,81	35	Nom	1,38	36	Nom	1,24	25	Nom	1,99	26	Nom
c) A laboriosidade .....	0,40	33	Nom	0,56	34	Nom	0,31	25	Nom	0,47	26	Nom
d) O trabalho em grupo .....	—0,56	33	Nom	0,09	34	Nom	—1,50	25	Nom	—0,62	26	Nom
e) A tolerância .....	2,83	38	Si	4,79	39	Si	1,59	26	Nom	3,03	27	Si
f) Umha atitude crítica .....	4,05	38	Si	3,90	39	Si	2,58	26	Si	2,35	27	Si
g) A participação .....	1,39	34	Nom	2,32	35	Si	0,65	26	Nom	1,59	27	Nom
h) A confiança .....	0,40	34	Nom	0,82	35	Nom	0,10	25	Nom	0,51	26	Nom
i) A iniciativa .....	1,51	33	Nom	1,74	34	Nom	1,26	25	Nom	1,50	26	Nom
II) O professor mostra umha atitude de:												
a) Compreensom .....	0,69	36	Nom	1,24	37	Nom	—0,74	24	Nom	—0,31	25	Nom
b) Ajuda .....	0,16	35	Nom	0,52	36	Nom	—0,28	25	Nom	0,08	26	Nom
c) Exigéncia .....	0,41	36	Nom	0,38	37	Nom	—0,23	26	Nom	—0,29	27	Nom
d) Autoritarismo .....	0,12	33	Nom	0,07	34	Nom	1,04	25	Nom	1,06	26	Nom
e) Serviço .....	0,43	34	Nom	0,76	35	Nom	0,50	25	Nom	0,96	26	Nom
III) O professor nas avaliaçons adopta umha conduta de:												
a) Justiça .....	1,86	32	Nom	1,67	33	Nom	0,97	21	Nom	0,76	22	Nom
b) Favorecedora do autocontrole .....	0,88	32	Nom	0,93	33	Nom	0,93	21	Nom	0,99	26	Nom

Quadro 3.09b. Análise estatística das diferenças professores-alunos

V A R I Á V E I S	ALUNOS DE 3. <sup>º</sup> DE B.U.P.				ALUNOS DE C.O.U.				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respost.	Média	Variá- cóm	Desviac. típica	% de respost.	Média	Variá- cóm	Desviac. típica	«1» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
17. <sup>a</sup> Questom O professor na classe de Filosofia deveria:											
I) Fomentar:											
a) O respeito mútuo .....	96,96	3,56	0,11	0,33	93,48	3,60	0,02	0,12	—0,29	17	Nom
b) A responsabilidade .....	96,20	3,55	0,06	0,24	94,78	3,61	0,02	0,15	—0,64	17	Nom
c) A laboriosidade .....	96,58	3,45	0,05	0,23	93,48	3,68	0,18	0,43	—1,35	17	Nom
d) O trabalho em grupo .....	96,58	3,77	0,05	0,22	94,35	3,81	0,06	0,25	—0,37	17	Nom
e) A tolerância .....	96,20	3,49	0,07	0,26	92,61	3,44	0,05	0,22	—0,40	17	Nom
f) Umha atitude crítica .....	96,20	3,43	0,08	0,29	92,61	3,52	0,05	0,21	—0,77	17	Nom
g) A participação .....	96,20	3,89	0,08	0,28	92,17	3,86	0,06	0,25	0,18	17	Nom
h) A confiança .....	95,44	3,67	0,10	0,31	90,87	3,67	0,02	0,16	—0,03	17	Nom
i) A iniciativa .....	95,44	3,83	0,06	0,24	90,43	3,82	0,07	0,26	—0,04	17	Nom
II) O professor deveria mostrar umha atitude de:											
a) Compreensom .....	96,20	3,66	0,15	0,39	94,78	3,77	0,08	0,28	—0,71	17	Nom
b) Ajuda .....	96,96	3,73	0,14	0,37	94,78	3,65	0,03	0,18	0,52	16	Nom
c) Exigéncia .....	96,96	2,84	0,08	0,27	93,48	2,97	0,03	0,16	—1,20	17	Nom
d) Autoritarismo .....	96,58	2,58	0,07	0,27	93,04	2,49	0,05	0,23	0,68	17	Nom
e) Serviço .....	95,44	3,30	0,05	0,22	91,30	3,35	0,03	0,17	—0,56	17	Nom
III) O professor nas avaliaçons deve-ria mostrar umha conduta de:											
a) Justiça .....	95,82	3,34	0,09	0,29	94,35	3,54	0,03	0,17	—1,73	17	Nom
b) Favorecedora do autocontrole .....	94,30	3,63	0,03	0,18	90,87	3,48	0,08	0,21	1,52	17	Nom

Quadro 3.09c. Atitude que deveria mostrar o professor

No tocante aos restantes items da primeira parte da pergunta 16.<sup>a</sup> nom se atingiu o limite da significatividade pero a quase unanimidade dos valores positivos é umha prova inequívoca de que nom som fruto do acaso.

Hai mais parecido entre as qualificaçons referidas ao ponto II) da questom 16.<sup>a</sup> especialmente polo que se refere ao confronto catedráticos-alunos no tocante às variáveis: compreensom, ajuda, exigênciia, pois os catedráticos autoavalíárom-se a si mesmos um pouco mais baixo que os agregados. Quanto a autoritarismo e serviço, ao igual que o que diz respeito à justiça e autocontrole, os valores positivos som de novo a norma. Portanto, os ensinantes da Filosofia vêm-se como mais autoritários, serviciais, justos e favorecedores do autocontrole quando se julgam a si mesmos que quando som julgados polos estudantes.

As correlaçons, entre as médias da 13.<sup>a</sup> Questom dos professores e a 16.<sup>a</sup> dos alunos, mostram igualmente a quase total coincidênciia de pontos de vista entre professores e alunos.

	CATEDRATICOS	ALUNOS 3. <sup>º</sup>	ALUNOS C.O.U.
Agregados .....	0,98	0,998	0,997
Catedráticos .....	0,99	0,98	0,99
Alunos de 3. <sup>º</sup> .....			

Os dados do quadro 3.09c. nom deixam de ser suprendentes já que os alunos exprimem um *ideal de professor que fomente menos o respeito mútuo, responsabilidade, tolerância, atitude crítica e a confiança e mais o trabalho em grupo e a participação. Igualmente, desejam que seja menos com-preensivo, ajudante, exigente, serviçal e justo e mais autoritário e favorece-dor do autocontrole por parte do aluno.*

### 3.10. *Motivaçom para estudar Filosofia.*

A razom principal que aduzem os alunos para estudar a matéria da nossa especialidade é aprovar e adquirir umha maior formaçom, seguidas do anseio de adquirir capacidade crítica e poder interpretar melhor a realidade. (Quadro 3.10).

Em quinto lugar, em 3.<sup>º</sup>, figura o seu carácter de cadeira obrigatoria no plano de estudos e, por último, ser capazes de superar a selectividade, que ainda se sente longe. Em COU, no entanto, é patente a preocupaçom por este último aspecto que se reflecte na elevada pontuaçom ao respeito.

### 3.11. *Atitude na aula de Filosofia.*

Os alunos destacam em primeiro lugar, quadro 3.10, o tentar compreender e, a seguir, o prestar atençom. Salientam relativamente pouco a ati-

V A R I Á V E I S	ALUNOS DE 3.º DE B.U.P.				ALUNOS DE C.O.U.				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respost.	Média	Variá- çom	Desviac. típica	% de respost.	Média	Variá- çom	Desviac. típica	«t» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
2.ª Questom Qual é a razom principal que te motiva a estudar Filosofia:											
a) É obrigatoria .....	89,35	3,33	0,24	0,49	95,65	3,36	0,27	0,52	-0,13	17	Nom
b) Aprovar .....	89,73	3,89	0,08	0,29	94,78	3,84	0,12	0,34	0,27	17	Nom
c) Pode superar a selectividade .....	79,47	2,82	0,50	0,70	95,22	3,81	0,20	0,45	-3,49	17	Si
d) Adquirir umha maior formاقom .....	89,35	3,81	0,19	0,44	93,48	3,91	0,14	0,38	-0,48	17	Nom
e) Poder interpretar melhor a realidade .....	89,73	3,75	0,11	0,33	94,35	3,50	0,18	0,43	1,32	17	Nom
f) Adquirir capacidade critica .....	89,35	3,70	0,13	0,36	93,91	3,69	0,09	0,30	0,09	17	Nom
3.ª Questom Qual é a tua atitude na classe de Filosofia:											
a) Prestar atençom .....	98,10	3,88	0,05	0,21	95,22	3,99	0,04	0,19	-1,11	17	Nom
b) Participar activamente .....	98,10	2,94	0,04	0,20	93,48	2,80	0,08	0,29	1,40	17	Nom
c) Compromisso ou conformidade .....	97,34	3,15	0,06	0,25	91,74	2,91	0,07	0,27	1,87	17	Nom
d) Tentar compreender .....	97,72	4,11	0,03	0,18	93,04	4,12	0,07	0,26	-0,07	17	Nom
e) Evitar problemas .....	96,96	2,60	0,27	0,52	91,74	2,31	0,16	0,39	1,31	17	Nom
4.ª Questom Compara a tua atitude na classe de Filosofia e noutras cadeiras similares:											
a) Prestar atençom .....	95,82	3,49	0,10	0,32	96,09	3,56	0,10	0,31	-0,46	17	Nom
b) Participar activamente .....	96,58	3,33	0,07	0,27	95,22	3,11	0,10	0,32	1,57	17	Nom
c) Compromisso ou conformidade .....	94,68	2,92	0,04	0,19	95,22	2,86	0,08	0,28	0,47	17	Nom
d) Tentar compreender .....	95,44	3,50	0,06	0,25	93,48	3,50	0,12	0,35	0,02	17	Nom
e) Evitar problemas .....	94,68	2,62	0,04	0,21	91,74	2,62	0,02	0,15	-0,02	17	Nom
f) Passar .....	90,49	2,26	0,09	0,30	88,26	2,05	0,12	0,35	1,36	17	Nom

Quadro 3.10. Motivo para estudar Filosofia e atitude na aula

tude de participação activa em contra dos seus expressados desejos de participar emitidos em relação coa pergunta n.º 17. Dá-se, pois, umha desintonia entre o que realmente fai e o que gostaria de fazer.

Por último, comparado com outras matérias, afirmam que prestam atenção e tentam compreender e participar ligeramente mais que noutras matérias e que procuram levemente menos o compromisso, evitar problemas ou passar. A participação activa é menos destacada polos alunos de COU porque a cadeira se presta menos á intervenção do aluno. Tamén acentuan mais, ainda que as diferenças non son significativas, que pretendem passar menos em Filosofia que noutras matérias quiçá a causa da sua inclusión no exame de selectividade.

### 3.12. Língua preferida polos alunos.

O quadro 3.11 é bem ilustrativo a respecto da língua preferida polos alumnos. Se os seus professores se expressam em galego menos dum dez por cento vam optar polo castelhano. A metade elige abertamente o galego e perto da outra metade afirma que lhe é indiferente o uso dumha ou outra língua, pero em que, por conseguinte, non existe rejeitamento da língua propia.

LÍNGUA DE EXPRESSOM DO PROFESSORADO	LÍNGUA PREFERIDA POLOS ALUNOS	ALUNOS DE 3.º			ALUNOS DE C.O.U.		
		Respostas	Percenta- gem 1 (1)	Percenta- gem 2 (2)	Respostas	Percenta- gem	Percenta- gem
Galego .....	Galego .....	47	17,87	43,52	45	19,57	51,72
	Espanhol .....	16	6,08	14,81	7	3,04	8,05
	É-me indiferente ..	45	17,11	41,67	35	15,22	40,23
	Nr .....	8	3,04		4	1,74	
Espanhol .....	Galego .....	14	5,32	13,59	17	7,39	16,35
	Espanhol .....	46	17,49	44,66	48	20,87	46,15
	É-me indiferente ..	43	16,35	41,75	38	16,52	36,54
	Nr .....	44	16,73		5	2,17	
As duas .....	Galego .....				9	3,91	30,00
	Espanhol .....				6	2,61	20,00
	É-me indiferente ..				15	6,52	50,00
	Nr .....				1	0,43	

Quadro 3.11. Língua preferida polos alumnos en función da língua de expressom do professor

(1) Percentagem sobre o total de alumnos inquiridos.

(2) Percentagem dos que preferem umha lingua ou outra en función da língua do professor e exceptuando os nr.

Se a língua habitual de comunicaçom é o espanhol somente um 15 por cento vai preferir claramente o galego. A maioria minoritária de arredor um 45 por cento vai decidir-se polo castelhano. Se o professor se expresa nas duas os resultados vam ser intermédios, com umha ligeira preferênci polo galego.

Aplicando o coeficiente de correlaçom biserial pontual aos dados, que calculamos convindo en dar-lle o valor 1 à expressom em galego por parte do professor e 0 à expressom em espanhol, 3 à preferênci polo galego por parte do alumno, 2 à resposta é-me indiferente e 1 à eleiçom do castelhano, obtemos umha correlaçom positiva de 0,44 entre falar em galego e a preferênci polo galego em 3.º de BUP e 0,43 em COU.



LUÍS PEREIRO

# NOTAS

*A GALIZA  
EN GALEGO.  
LEA*

# A NOSA TERRA

PERIÓDICO GALEGO SEMANAL

**PARA RECEBER A NOSA TERRA NA CASA CUBRA O BOLETIN DE SUBSCRICIÓN E ENVIEO AO APARTADO 1.371 - 36280 - VIGO - GALIZA TELEFONO (986) 43 36 24**

#### BOLETÍN DE SUBSCRICIÓN A A NOSA TERRA

(Para remitir a **A NOSA TERRA** unha vez cuberto en MAIÚSCULAS)

Nome: .....  
Apelidos .....  
Domicilio .....  
Teléfono .....  
Povación .....  
Provincia .....

Subscríbase ao periódico **A NOSA TERRA** por un ano ao prezzo de 3.000 pta.  
(Estado español); 4.250 pta. (Europa); 5.400 pta. (resto do mundo).

#### FORMA DE PAGO

a) Subscrevions para o Estado español:  
 Talón bancario adxunto  
 Reembolso (máis 80 pta.)

b) Para o resto do mundo:  
 Cheque bancario adxunto  
 Xiro internacional a nome de **A NOSA TERRA**, Apartado 1371 - VIGO

#### PAGO DOMICILIADO. NESTE CASO COBRIR OS DADOS DO BOLETÍN ADXUNTO

Banco/ Caixa de Aforros .....  
Conta/Libreta .....  
Titular Conta ou Libreta .....  
Domicilio da sucursal .....  
Povación .....  
Provincia .....

#### BOLETÍN DE DOMICILIACIÓN

Banco/ Caixa de Aforros .....  
Domicilio da sucursal .....  
Número da conta ou Libreta .....  
Povación .....  
Provincia .....  
Titular conta ou libreta .....

Servanse tomar nota de atender até novo aviso, e con cargo á miña conta, os recibos que ao meu nome lle sexan apresentados por Promocións Culturais Galegas S.A.  
**(A NOSA TERRA)**  
Data ..... Atentamente (firma) .....

## Pedro Madruga no teatro galego\*

*Por. R. CARVALHO CALERO*

### I

A grande transformaçom que a política dos Reis Católicos determinou no poder social e político da nobreza nos territórios sujeitos ao governo daqueles monarcas, foi especialmente visível no reino de Galiza, onde nos últimos tempos da Idade Média os magnates vivian praticamente independentes da autoridade real, consagrados a exercitar a sua força sobre os seus indefensos vassalos ou a resolver polas armas as diferenças que constantemente enfrentavam as casas mais poderosas. Os Reis Católicos, umha vez donos dos recursos necessários para impor a sua política, refreiam a anarquia nobiliária, obtendo a submissom dos rebeldes ou esmagando a sua rebeldia.

Como em Andaluzia o Duque de Medinasidónia e o Marquês de Cádiz foram reduzidos à obediência, e mesmo à colaboraçom na guerra de Granada, em Galiza dous cavaleiros de aços semelhantes aos daqueles senhores, ainda que de mais rudos modos, como correspondia às circunstâncias históricas e geográficas em que a sua actividade se desenvolvia, constituírom o principal problema para a pacificaçom do país, e ambos foram aniquilados pola autoridade real, que nom os assimilou para incorporá-los à sua política, como no caso dos grandes andaluzes, senom que os eliminou em canto obstáculos que a ela se opunham.

Hai outras muitas diferenças entre a parelha formada por Enrique de Guzmán e Rodrigo Ponce de León, de umha parte, e Pero Pardo de Cela e Pero Álvarez de Soutomaior por outra. Todos estavam acostumados a campar polos seus respeitos sem sujeiçom prática a autoridade algumha em tempos de Henrique IV; mas, mentres os mencionados senhores andaluzes eram acérrimos inimigos entre si, os galegos nom estavam relacionados por

---

\* Comunicaçom no Seminário Luso-Galaico de Estudos de Arqueologia, História e Etnologia comemorativo do VII Centenário da Vila de Caminha, o 20 de Setembro de 1984.

umha inimizade constante. O Mariscal no Norte do país, o Conde Caminha no Sul, nom eram chefes de partidos opostos, e ainda que, ao parecer, Pardo de Cela formou parte da liga de nobres que secundando seguramente iniciativas régias, sitiou em Ponte-Vedra a Soutomaior em 1478, entre ambos os Pedros nom houvo nunca particular contenda, e estiverom no mesmo campo durante a guerra irmandinha. Os dous eram semelhantes na energia, na belicosidade, na ousadia. Só assi se comprehende que atingissem umha popularidade que transcendeu a história e se perpetuou na lenda. A dizer verdade, e em canto nós sabemos, o Pedro do Norte, aureolado pola sua morte na praça de Mondonhedo, conseguiu perpetuar-se na memória do povo e nas páginas da literatura em maior medida que o Pedro do Sul, cuja obscura desapariçom longe de Galiza, cando mesmo perdera o seu senhorio de Soutomaior, nom podia impressionar a alma popular na medida em que a impressionou a violenta eliminaçom do senhor da Frouseira pola justiza real, modernamente interpretada como tirania centralista. Perálvarez, que obstentou títulos de maior resonâncía, como Conde de Caminha, Visconde de Tui e Mariscal de Baiona —por mui discutidos que fossem—, nom atingiu umha morte tam solene, diríamos tam romântica, e ainda que mais poderoso e de mais rica biografia que o Mariscal de Cela, nom deixou umha esteira tam profunda de lembrança na cultura popular, nem um rastro tam importante na literatura galega. Benito Vicetto fixo Pero Pardo caudilho dos Irmandinhos, contra os que realmente luitou. Leiras Pulpeiro, nas suas cingidas, elípticas e misteriosas cantigas, rendeu-lhe culto de mártir da sua galeguidade. E no drama de Cabanilhas e Vilhar Ponte aparece já decididamente transformado em caudilho nacionalista. Menos fortuna literária tivo don Pedro Álvarez, ainda que as fontes históricas que a el se referem som muito mais copiosas que as que nos informam da vida e feitos de Pero Pardo. Mas é das modestas repercussons que na literatura galega, e concretamente no género teatral, atingiu o Conde de Caminha, do que trata, apenas como superficial precursora de mais amplos estudos, a comunicaçom que hoje tenho o honor de apresentar à indulgência dos senhores congressistas reunidos para comemorar o VII Centenário do foral do Concelho cujo nome ilustra o brasom de Pedro Madruga. E mesmo esta comunicaçom, por razons de tempo e espaço, abrange somente as duas primeiras peças, na orde cronológica, que apresentam na cena o senhor de Soutomaior, e nom se estendem à consideraçom de outras obras dramáticas mais modernas, que só som ocasionalmente mencionadas.

## II

Os escritores galegos do Ressurgimento conhecerom a *Relación de Vasco da Ponte* em época temporá, graças à ediçom de Vicetto, e esta obra é a base da sua visom da personage que nos ocupa. A atitude daqueles autores

perante o Conde de Caminha tinha que ser, en conjunto, favorável, polos mesmos motivos que o foi a sua atitude perante Pero Pardo, mas no caso de Pero Álvarez con maior fundamento histórico. O Mariscal de Cabanilhas é umha vítima do centralismo castelhano. Pode-se admitir que assi fosse, sempre que se acrecente que o centralismo castelhano nom reprimia neste caso umha política de autonomia galega, senom umha política de autonomia senhorial. Atribui-se-lhe a Pero Pardo a defesa dos direitos de dona Joana, filha e herdeira de Henrique IV segundo a última declaraçom deste príncipe, frente a dona Isabel, irmá do mesmo: o que nom parece fundamentado. Em troca, essa foi a atitude de dom Pedro Álvarez perante o problema sucessório. A sua aliança co Rei de Portugal, prometido esposo de dona Joana, e a sua oposiçom a dona Isabel, até que se firmou a paz entre portugueses e castelhanos, estám perfeitamente documentadas. As virtudes guerreiras de Caminha, o seu valor persoal, a sua audácia militar faziam-no simpático e admirável aos galeguistas educados no romantismo ou propensos à organizaçom de um panteom de heróis galegos. Mais adiante, os moços que medraram na oposiçom ao regime franquista, exaltadores dos valores democráticos, haviam ver nos dous Pedros os tiranos dos homes do comum, os áристocratas opressores do povo, os inimigos dos Irmandinhos. Mas as nossas notas de hoje referem-se a dous textos da primeira etapa, pois se o Conde de Caminha subiu ao palco ultimamente baixo o signo da desmitificaçom, essas produçons cénicas nom vam ser consideradas. Daremos algumha notícia delas, mas centraremos a nossa comunicaçom sobre duas peças da primeira época, nengumha das quais atinge a importância literária das melhores das que se consagraron a Pero Pardo de Cela.

E ao dizer «da primeira época» quero dizer da época de glorificaçom dos senhores, sem que isto signifique que as duas obras de referência nom se achem afastadas na data da sua publicaçom. A mais antiga é de 1897, obra de um epígono do Ressurgimento das letras galegas; a mais moderna, de 1962, obra de um destacado membro da geraçom *Nós*.

### III

Joám Cuveiro Pinhol naceu na Corunha o 28 de Maio de 1821. Foi funcionário da Fazenda, como Curros Enríquez, López Alonso Cuevillas e outros muitos escritores galegos dos tempos modernos. Destinado em Ponte-Vedra, ficou cessante em 1848, e estabeleceu-se como livreiro. Volto ao serviço do Estado em 1857, desempenhou o seu cometido en distintas cidades. Em Ponte-Vedra fundou e dirigiu diversas publicaçons periódicas, e ao longo da sua vida deu ao prelo obras como *El habla gallega* ou o *Dicionario gallego*, que demostram a sua preocupação polo idioma do país. Morreu em Valhadolid o 13 de Maio de 1906.

Em 1897, como folhetom do periódico ponte-vedrês *La Opinión*, publicou-se o seu drama *Pedro Madruga* (1).

É umha peça breve, num só acto, com três cadros e seis cenas. Ao longo destas desenvolvem-se duas tramas de acontecimentos frouxamente relacionadas. Umha destas tramas tem como assunto a guerra de sucessom à morte de Henrique IV. A outra refere-se aos amores de dom Álvaro, filho do Conde, coa que foi a sua mulher, dona Inês Henríquez de Monrói. Apesar do título da obra, esta segunda açom, em que o Conde nom tem intervençom relevante, é a mais aparente da peça, em que, se hai algum dinamismo, deve-se à actividade de dom Álvaro, dona Inês e o rival daquel, Joám da Gesta. A açom histórica, ou pública, em que dom Pedro se adianta ao primeiro plano, quase parece contraponto ou pano de fundo da anedota amorosa, e fai-se-nos conhecida através de procedimentos indirectos, mediante relatos e notícias que as personages nos brindan de acontecimentos que nom se verificam no palco. Cuveiro, que conhecia em linhas gerais a história e a lenda de Pedro Madruga, apresenta-nos o Conde como o descreve Vasco da Ponte, quase coas mesmas palavras em ocasións. O Vigairo pedáneo da freguesia de Sam Salvador de Soutomaior, que é o lugar da cena, dá-nos umha primeira caracterizaçom indirecta do cavaleiro, favorável, em oposiçom à de Joám da Gesta, que lhe apom o mantimento do costume de poder entrar no seu paço a cachaperna de um vassalo, direito que por outra parte nunca exercera. Logo comparece o Conde co seu acompanhamento, em que figuram o Conde de Altamira e o Mariscal Suero Gómez, assi como o senhor de Andrade, todos os quais som calificados de Adiantados de Galiza, título que na realidade correspondia só ao Chefe da casa de Sarmiento, que nom figura no reparto. Soutomaior pronuncia-se por dona Joana, filha legítima do último rei, na disputa entre esta e a sua tia dona Isabel, e ordena ao seu lugartenente Pedro Veloso (Paio na realidade) que prenda o Bispo de Tui, que se chama na obra Pedro Muros (o dom Diego de Muros da história); dá instruções aos seus companheiros e decide dirigir-se a Vigo para iniciar a guerra. Mais adiante interiramo-nos por dom Álvaro de que o Conde de Caminha está em retirada e a ponto de reaparecer em Soutomaior. Na última cena, dom Pedro, já de volta, anuncia o final desgraçado da contenda, e, antes de narrar a perda de Ponte-Vedra, fai umha erudita disertaçom sobre as origes da vila. Enfim, co triunfo de Isabel remata o feudalismo, e Madruga, surprendentemente, nom só se mostra bem resignado a aquel triunfo, senom que manifesta a sua esperança de que a nova rainha realize grandes feitos. Metamorfose que nom se justifica psicologicamente, e descaracteriza o herói, que, na realidade, cede o seu papel

---

(1) Pedro Madruga/Drama hestóreco/n'un auto e tres coadros/en verso/por/Xan Cuveiro Piñol/Ponte-vedra/Imprenta de «La Opinión»/1897.

ou a sua palavra ao erudito ou ao historiador que conhece o reinado da soberana Católica. Recomenda ao seu filho dom Álvaro que renuncie aos privilégios abusivos e aceita bençoar o matrimónio do mesmo com Inês. Dom Pedro retirará-se logo a Caminha, já mui aleijado. Todo o que, como é sabido, difere davondo da realidade histórica.

Dom Pedro é, em palabras do Vigairo,  
un siñor moito mañoso,  
moi destro e sabido é,  
e nas estrucias da guerra  
moi forte e sutil tamén (2);

o que resulta versificaçom dos conceitos de Vasco da Ponte: «Este Conde era muy mañoso, y muy sutil, y muy sabio, y muy sentido en cosas de guerra» (3).

Segundo tamém essa fonte, evocam-se alguns dos mais famosos feitos de dom Pedro, a quem se apresenta duro cos seus inimigos, como o Bispo de Tui, e benévolos cos seus seguidores. Dom Joám Cuveiro quijo desde logo exaltar umha figura heróica, mas ao próprio tempo quer mostrá-lo prudente e conformista coa interpretaçom oficial da história de Espanha, o que conduz às incongruências do desenlace.

## IV

Ramom Otero Pedraio naceu em Ourense o 5 de Março de 1888. Foi catedrático de Geografia e História em vários Institutos de Ensino Médio, entre eles o da sua cidade natal, e últimamente de Geografia na Universidade de Santiago de Compostela. Publicou muitos livros. Destacaremos entre os de carácter literário, romances como *Os camiños da vida*, *Arredor de si* e *A romeiria de Xelmírez* e a produçom dramática *A lagarada*. Mui conhecido em Portugal, em cujos congressos científicos e literários soía estar presente, morreu na cidade e casa em que nacera, o 10 de Abril de 1976.

Em diversas ocasioñs tem evocado Otero Pedraio a figura do Conde de Caminha. Na sua acreditada *Guía de Galicia*, o escritor ourensao lembra que nom hai muitos anos, ainda se sentia cantar em Ponte-Vedra a letra

Viva la palma, viva la flor.

Viva don Pedro Madruga de Sotomayor (4),

em honor daquel que «es la energía y el gozo en la aventura y la lucha» (5).

---

(2) *Ob. cit.*, p. 7.

(3) «Relación de algunas casas y linajes del Reino de Galicia», en Benito Vicetto, *Historia de Galicia*, tomo VI, Ferrol, 1827, p. 482.

(4) *Guía de Galicia*, 3.<sup>a</sup> ed., Vigo, 1954, p. 109.

(5) *Ob. cit.*, p. 307.

O Conde figura coa rúbrica «Iste non precisa de tídos nin presentación» (6) no elenco das *dramatis personae* da «farsada dramática para ler ou representar en calquer tempo que non sexa o dos Difuntiños» (7) que leva o seguinte longo e arcaizante título:

*O desengano do prioiro/ou/o pasamento da alegria/co grande/auto epilogal e xusticieiro/dos férreiros de Florávia/por Don Ramón Otero Pedrayo/Licenciado in utroque/do Gremio e Claustro da Universidade Literaria,/veciño de Trasalba de Amoeiro/e da Rúa Nova de Sant-Iago/de Compostela/Fan a Gabanza do autor, Domingo García-Sabell,/Avelino Gómez Ledo e Ramón Cabanillas/Illustrou Xohán Ledo.*

A primeira ediçom, Vigo, 1962, é de «Edicións Monterrey»; a segunda, que é a que aqui manejamos, de «Edicións Castrelos», Vigo, 1976.

Na realidade, nom se trata propriamente de umha obra dramática, senom mais bem de umha «sátira menipea», onde se misturam verso e prosa, lirismo e humorismo. Trata-se de satirizar a moderna indústria da ferteria, que converteu em obradoiro de ataúdes a alegre capital do vinho do Ribeiro, o mais soado dos vinhos galegos, denominada Florávia na obra do escritor ourensao.

Frei Dom Veremundo de Rebordecham e Formoso, prioiro dos Sanjoanistas de Beade, acompanhado do seu mordomo e cachicam de confiança Fortunato dos Vimieiros, alcunhado «O Escasulante», ambos os dous defuntos, tornam ao mundo, por permissom divina, e baixam a Florávia para refrescar cos caldos ribeiraos as gorjas resequidas. Acham a vila transformada. As tabernas som carpintarias funerárias. Umha série de cenas reflecte a nova vida de Florávia, consagrada ao negócio da morte. Balbanera da Costeira, moça do povo, que simboliza a vida, fai que a sua tia, meiga ou bruxa, velha sibila, logre cos seus esconjurados despertar umha lapa na cinza que é todo na vila desque esta vive para a morte. Nessa lapa hai que acender o lume que queime o alcácer de ataúdes que cobre Florávia. Só um home, o que foi «senhor do foro das risas» (8), pode executar a sentença que fulmina os mortos, «a suma das Santas Compañas» (9). Balbanera lhe apresenta o pequeno molho de tojeira que arranca do seu elmo, prende lume à morea de ataúdes que encobre a vila. A cinza vai-se espargendo, e Florávia ressurge na alvorada, regenerada e recobrada para a antiga ledicha de viver.

Eis como se descreve a apariçom de Pedro Madruga:

«Pedro Madruga, grande bimbastrón de pantasmas, ven coberto de fermosa armadura, escura, embazada por o alento da noite; leva no cume do

---

(6) P. 28 da ediçom que logo se cita.

(7) P. 22 da ediçom que logo se cita.

(8) *Ob. cit.*, p. 89.

(9) *Ob. cit.*, p. 97.

elmo un ramo de froles de toxeira, cabalga nun cabalo tamén negro» (10) —ainda que logo lle chame «faco pedrés» (11). O Conde evoca os seus dias de disputa cos Sarmiento pola capital do Ribeiro.

Madrugas, Pedro, madrugas,  
díxome o Sarmiento un día,  
dímoslle bon tento à bota  
—inda non amañecia—,  
cantaban mozos troveiros  
perto das portas da vila:  
A frol da Ávia,  
palma e amor,  
¿será de Sarmento  
ou de Soutomor?  
As augas das fontes  
tamén perguntaban,  
as aves curiosas  
seu voar paraban...  
As mociñas de Florávia  
margaridas desfollaban,  
e por que saíra eu  
o seu cantar trabucaban,  
e ían as follíñas albas  
decindo ó ar meu loubor:  
Na behetria das mociñas  
foi proclamado señor...  
¡Viva la palma, viva la flor,  
viva, viva Don Pedro Madruga,  
Don Pedro Madruga de Soutomaio! (12).

## V

Dom Joám Cuveiro evoca o Conde histórico, tal como el o interpreta, ao jeito romântico, ou neo-romântico; figura prestigiosa, caudilho do Sul de Galiza na guerra de sucessom de Henrique IV, senhor fronteiriço galego-português, que defende a causa da princesa dona Joana e o seu prometido esposo o rei Afonso V de Portugal. Joám da Gesta apom-lhe que mantém

---

(10) *Ob. cit.*, p. 92.

(11) *Ob. cit.*, p. 94.

(12) *Ob. cit.*, pp. 92-93. Nom acho na história que o Soutomaior disputasse Ribadávia ao Sarmiento. As entradas em *Florávia* de Álvaro Páez e de Pedro Álvarez fórom expediçons de castigo, seguidas de retirada. Houvo disputas por outros territorios, como Salvaterra, que passou de Sarmiento a Soutomaior.

ominosos usos feudais. O Conde de Cuveiro remata nom só reconhecendo o triunfo de dona Isabel, senom anunciando o fim do feudalismo, e mostrando-se mui disposto a acatar o novo governo, de que espera grandes feitos. Hai, pois, umha transformaçom da personage, que de algum modo recolhe a realidade histórica da submissom do Conde de Caminha, feitas as pazes entre Portugal e Castela. O Soutomaior de Cuveiro, como vimos, recomenda ao seu filho Álvaro que renuncie aos privilégios senhoriais abusivos, e aceita bençoaçom o matrimónio do seu herdeiro com Inês Henríquez de Monrói, que parece na peça inferior em linhage ao que na realidade era, como filha do cavaleiro Fernando de Monrói, senhor de Belvis, com rendas nas fortaleças de Almaraz e Deleitosa, dotada com dous contos de maravedis.

Assi, entre os actos e as palavras do Conde que se realizam ou pronunciam em cena, de umha banda, e de outra, a caracterizaçom indirecta do mesmo que resulta da conversa entre o Vigairo pedáneo da freguesia de Sam Salvador de Soutomaior e o vilao Joam da Gesta, sustida na cena II do único acto da peça, no campo da feira que se celebra o 10 de cada mês naquela parróquia, fica traçado, de modo mui esquemático, o perfil literário do Conde de Caminha tal como dom Joám Cuveiro o concebe.

Canto à «farsada dramática» de Otero Pedraio, temos visto que é o fantasma do Conde o que tira à cena. Aqui, Pedro Madruga é um aparecido. Só el, evocado do além, pode devolver a Florávia a sua alegria, queimando a mercadoria mortuária que ensombrece a vida na capital do Ribeiro. A figura de dom Pedro é mitificada pola sua grande vitalidade, pola sua força irónica e o seu amor à aventura arriscada.

Nengumha das obras examinadas tem um valor fundamental na história do teatro galego. A de Cuveiro é umha peça de eruditio, a de Otero umha fantasia arbitrária. Se aquela carece de pulo, esta resente-se de desorde. Pedro Madruga nom conseguiu ver-se reflexado num drama da calidade de *O Mariscal*, no qual Cavanilhas plasmou com grande vigor poético a figura de Pero Pardo. Como quer que seja, a todos os galego-portugueses interesssa —deve interessar— a projecçom nas letras galegas —neste caso o teatro entre determinados limites cronológicos— da personalidade deste poderoso e turbulento galego-português. Por isso consagramos as páginas que se acaba de ler a um aspecto da fortuna literária do Conde de Caminha, pensando que nom estarán de mais num colóquio que em Caminha se celebra.

Fica dito que escritores mais novos que os que nos ocuparam, se interessaram tamém pola figura de Pedro Madruga, visto destas outras perspectivas, mas nom temos notícia de que todas as versons teatrais chegassem a imprimir-se. Na sua memória de Licenciatura, dirigida por mim, e apresentada na Faculdade de Filologia no curso 1980-1981, dom Joám Verdíni Deus menciona o drama histórico *Pedro Madruga*, de Daniel Cortezón, e o titulado *Erros e ferros de Pedro Madruga* (1972), de Manuel Lourenzo, estreado o 5 de Agosto do mesmo ano em Castro de Ouro, Alfoz (Lugo), e acrecenta que em Setembro de 1980 o grupo corunhês *Troula* se dispunha a es-

trear no festival de Sitges, que havia começar o 24 de Outubro, um espectáculo titulado *Pedro Madruga, conde de Caminha, senhor de Soutomaior*, sobre um texto de Miguel Gato e música de Joám Pinhom (13). Dados cos que remata esta comunicaçom sobre Pedro Madruga no teatro galego.

---

(13) *Ob. cit.*, p. 373. Destas obras so conhecemos como impressa a de Daniel Cortezón: *Pedro Madruga, representación histórica*, Ediciós do Castro, Sada - A Corunha, 1981.

# Carvalho Calero: a voz que nom cessa

Francisco SALINAS PORTUGAL  
(Corunha)

## 1. INTRODUÇOM

*Cantigas de amigo e outros poemas* (1), a última entrega poética de Ricardo Carvalho Calero achamos que constitui para qualquer leitor de poesia galega motivo de profunda e sincera emoçom. Emoçom porquanto significa de renovador na trajectória deste solitário poeta num país de soledades e desertos; pois ainda considerando os traços gerais que a unem à obra anterior supom o início dumha nova etapa no quefazer poético do seu autor; e isto estamos obrigados a sublinhá-lo rectificando o que hai uns tempos escrevemos a propósito da publicaçom do que constituía até esse momento umha espécie de Obra Completa selectiva (*Pretérito Imperfeito e Futuro Condicional*). Naquela ocasiom afirmámos: «se pensarmos que o autor pode ainda dar-nos novas entregas poéticas, cremos que de observar essa linha de continuidade que dos seus textos se desprende, nada novo no substancial iria oferecer-nos» (*Colóquio/Letras*, n.º 81). Mas é com grande satisfaçom que hoje nos vemos obrigados a afirmar que si hai muito de novo neste livro onde Carvalho Calero explora temas e recursos que, se bem já apreciados em entregas anteriores, aqui atingem um papel fulcral na construçom do seu discurso poético. Aprofundando traços perfilhados com anterioridade ou descobrindo outros, o discurso que o autor agora nos propom nestas *Cantigas...* resulta novedoso dentro de um córpus poético que pola sua originalidade o situa à marge doutros movimentos e autores seus contemporâneos.

Topamos neste livro com umha coleçom de textos que, como já dijemos, nos surpreenden pola emoçom que em nós desperta, derivada do equilíbrio entre a paixom e a serenidade, entre a seriedade e a minoria, entre a ternura e o cepticismo, e ainda umha tensom vibrante entre a riqueza lingüística, extremamente requintada e precisa, e a contençom do pulo retórico que convertem este livro numha imprescindível referênci na obra do seu autor e no panorama actual da nossa poesia.

---

CARVALHO CALERO, Ricardo, *Cantigas de Amigo e Outros poemas*, AGAL, 1987

Partindo destes pressupostos pretendemos apresentar ao hipotético leitor umha possível leitura, umha particular e parcelar leitura, que em confronto com outra/s possíveis e necessárias permitam dalgum jeito descortinar as claves e o significado global do discurso poético de Carvalho Calero.

## 2. O TÍTULO COMO SIGNIFICANTE

### 2.1. Ambigüidade e coerência.

Partiremos para a nossa leitura do próprio título do poemário: «*Can-tigas de amigo e outros poemas*», título que por si parece indicar a existência de duas partes diferenciadas.

A primeira parece estar constituída, estrutural e estilisticamente, como um todo, umha unidade que haverá que definir e ler dacordo com o título que como elemento emblemático agacha umha proposta estilística concreta.

A segunda parte seria segundo os mesmos princípios mais heterogénea do que a primeira e assi os textos que a integram seriam susceptíveis dumha leitura mais particularizada.

Porém essa diferenciaçom nom impedirá topar a evidente unidade que desde o ponto de vista formal, temático e ideológico está presente em todo o livro, unidade que em apariênciia estaria negada por essa segunda parte do título («*Outros poemas*») que, mostrando certa ambigüidade significativa, nom nos daria claves específicas de leitura, ainda que talvez caberia perguntarmo-nos se essa mesma ausênciia nom se tornará, pola sua vez, numha clave em si mesma...

Gostaria-nos aqui fazer umha pontualizaçom: quando falamos em unidade, utilizamos este conceito sem conotaçons de *bondade* ou *maldade*. A «unidade» num livro de poesia, é umha característica, nem boa nem má (para expresarmo-nos em termos valorativos duvidosamente aceitáveis) que alguns textos tenhem. Pretender encontrar «a custo do que seja» umha «unidade» talvez inexistente seria cair no ridículo dumha devoçom apriorística da «unicidade» do texto onde talvez a «dispersom» seja a marca que nos conduz à força expressiva inerente a cada texto; pretender obviar essa característica quando ela existe seria também entrar numha aventura perigosa por quanto reduziria consideravelmente as possibilidades interpretativas, seria acomodar a um prévio esquema teórico o que pola sua natureza é prévio a qualquer teorizaçom. Por outro lado, e neste caso concreto, ao utilizarmos o critério de unidade fazemo-lo como umha «escolha de leitura» ou se se quer como umha «escolha metodológica» que nos permite estabelecer linhas de leitura possíveis que nos permitam melhor apreender esse discurso.

Voltando à nossa análise, logo destas precisons quiça inessárias, e consequêntemente com o título estruturado em dos sintagmas nominais, aparentemente de idêntica estrutura gramatical e equivalente corpo fónico, mas de diferente valor semântico, a divisom que no interior do livro o autor es-

tabelece em VIII partes terá de ser reagrupada dacordo com dous blocos de poemas: «Cantigas de amigo» e os «Outros poemas».

Segundo esta subdivisom, que nos vem assinalada por elementos extra-textuais como a disposiçom gráfica, os grupos I, II e III de poemas corresponderiam-se com as «Cantiga de Amigo» (considerando como rasgo estilístico-formal que lhes dá coesom, a presença da voz feminina, que aliás é o rasgo que também melhor identifica o género homólogo medieval, se bem, e como teremos occasiom de sublinhar, o grupo III apresenta umhas características que o fam um tanto diferente áos dous anteriores); por outro lado, os grupos numerados do IV ao VIII constituiriam os «Outros poemas». Evidente desequilíbrio que confirma, ou polo menos terá de fazer-nos prudentes, a propósito da pretensa ambigüidade da segunda parte do título; talvez a temática e determinados rasgos estilísticos estejam na base dessa subdivisom, mas isso nom é suficiente para que um título em aparência tam circunstancial e pouco conotativo, polo que tem de «residual», lhes dê unidade.

Todo isso levaria-nos a fazer algumhas perguntas que de serem respondidas, em um ou noutro sentido, dariam umha linha interpretativa para a abordage da leitura, perguntas que nom nos atreveríamos a respostar e que ficam formuladas como hipóteses mais, para melhor apreender o texto com o que nos enfrentamos:

—El será que Carvalho Calero pretende dar com essa denominaçom um certo «distanciamento», que aliás poderia ser contrastado por umha análise exaustiva dos poemas aí incluídos, à matéria poetizada?

—Poderia ler-se essa segunda parte do título desde a ironia que constitui um elemento basilar do discurso de Carvalho Calero neste, como aliás noutrous livros?

—Non seriam susceptíveis estes «Outros poemas» de serem lidos como umha prolongaçom «a-normal» das «Cantigas de Amigo» (a-normal por quanto nom mantinem no seu conjunto o rasgo característico que aqui define as cantigas de amigo: a voz feminina pero intimamente relacionados com eles por um léxico, umha imagística e umha temática equivalente); ou ainda seriam a outra cara dessas «Cantigas»? (como a voz masculina que em contraponto estabelece umha espécie de diálogo com os poemas anteriores), umhas «Cantigas de amor» inconfessadas por acaso?

—Ou será que deveremos ler o título ao pé da letra e que o realmente importante, pola razóm que for, som as «Cantigas de Amigo» e o resto jogos poéticos circunstanciais que a casualidade uniu num mesmo projecto editorial?...

A pouco que nos interroguemos nom faltariam as respostas rotundamente afirmativas destas perguntas, ao lado das categoricamente negativas, ainda que o mais comum seria possivelmente um «talvez», «quiçá»... um «pode ser» que ambiguamente nos responda.

## 2.2. As «*Cantigas de Amigo*» e o seu espaço intertextual.

Aceitando a possibilidade que para umha leitura crítica tem o título dumha obra, e mais ainda se se tratar dum texto poético, imos passar agora a dar algumhas ideias do que para nós constituem os eixos em torno aos quais o texto é produzido, seguindo por questons metodológicas, a subdivisom que o título justifica.

E para começar imo-nos deter nalguns elementos que o poema com o que se inicia o livro nos oferece, organizando a partir deles a nossa leitura.

Di a voz feminina deste texto:

«Amigo, sem necessidade  
de refrám nem paralelismo  
direi a minha angústia e menos o meu gozo  
(...)  
sem leixa-prem nem dobre»

Cingindo-nos a esses catro versos temos:

- a) Un estilema característico da cantiga de amigo medieval: «Amigo»
- b) O repertório (alargado à Cantiga de Amor), mas negado, dos principais recursos formais do género: refrám, paralelismo, leixa-prem e dobre
- c) A temática geral dos textos que virám a continuaçom, situados em dous niveis diferentes de importânciia: a angústia e o gozo (entende-se amorosos), que globalmente poderiam-se corresponder com os do género medieval.

Polo que respeita, pois, à lírica medieval, nem refráns, nem paralelismos, nem leixa-prens toparemos nos poemas deste livro.

Sinalemos ainda outros dous exemplos que nos situam no plano dos referentes simbólicos da cantiga de amigo medieval:

«cando eu vestia o brial da brancura  
(...)  
nem eu teço já a trança dos meus dias».

O «brial» e o «tecer a trança» funcionam abondosamente, e nos mais conhecidos textos da nossa tradiçom lírica galego-portuguesa, como elementos simbólicos que definem e conformam o universo poético da cantiga de amigo.

Porém aqui aparecem negados, no primeiro caso através do uso do pasado («vestia»), no sentido de superado, o que se complementaria, aliás, como a descriçom do presente por meio dumha imagística nem medieval nem medievalizante: «coberta hoje de púrpura ou despida»; o no segundo caso o rechaço da simbologia das tranças viria marcado a nível textual pola utilizacom da negativa «nem».

Do que até agora assinalámos, de um jeito esquemático, pode-se deduzir que se estabelece umha relaçom com essa tradiçom que se afirma e nega simultaneamente, afirmaçom-negaçom que se situa nos diferentes níveis nos que se organiza o discurso: estilístico-formal, temático e ideológico.

O autor situa-se, situa o seu texto, numha relaçom dialéctica a respeito da tradiçom poética galega, seja ela da lírica medieval, seja ainda a que se vem denominando lírica neo-trovadoresca. Polo tanto estas «Cantigas de Amigo» estám feitas sobre aqueloutros textos, ou melhor ainda, contra eses textos; é um diálogo de afirmaçom-negaçom, de fidelidade-transgressom o que o autor estabelece entre a sua obra e a tradiçom da sua cultura.

Se ainda tivermos em conta que os cancioneiros medievais constituem a nossa tradiçom mais prestigiada, podemos facilmente compreender que por umha espécie de sinédoque, Ricardo Carvalho Calero pom o seu discurso perante ou contra toda a tradiçom poética galega.

Em definitiva, sugerimos como hipótese codificadora/decodificadora destes poemas, a sua consideraçom num espaço intertextual que engloba a lírica medieval e a lírica neo-trovadoresca, e é polo tanto nessa relaçom intertextual que cabe fazer a sua leitura. Mas para que esta desenvolva todas as suas possibilidades é preciso ao leitor estar dentro dessa tradiçom, é preciso que a conheça para reconhecer os diversos elementos que compõem esse espaço intertextual, e valorar, a partir de aí, as transformações a que o autor submeteu o seu texto; e é nesse jogo de reconhecimento, na economia que a nível de produçom e recepçom supom a productividade intertextual como o prazer da leitura adquire a sua máxima expressom, a sua fruiçom mais autêntica.

Ora bem; dizíamos antes, aplicando-o ao primeiro dos poemas mas que obviamente se alarga a todos os textos dos três primeiros grupos em que o autor subdividiu a obra, que a imagística que Carvalho Calero utiliza, os recursos formais que se evidenciam como rendíveis a nível de produçom textual estám mui longe do mundo poético da nossa tradiçom medieval ou medievalizante. Além disso, cumpre notar que esses códigos formais nom fam senom servir a uns códigos temáticos rigorosamente contemporâneos na sua quotidianidade que evidenciam, pola sua vez, um plano ideológico que precisamos definir para melhor apreender este discurso poético que estamos a comentar.

Vejamos, em essência, esses temas que Carvalho Calero actualiza, recria, evidencia, como propostas poéticas da sua modernidade: o fingimento, o prazer do adultério, a transgressom, a rotina, a falsidade, o desengano, a mal-maridada, a seduçom, a contradiçom, a paixom romântica e adolescente, o suicídio, a ternura, Narciso... e no fundo, como macro-tema do que o anterior som manifestaçons, realizaçons parcelares que o perfilam na sua totalidade, o tema do Amor.

Mas estes temas, genericamente considerados som comuns à cantiga de amigo medieval, ou som ainda comuns à poesia de todos os tempos; polo tanto o que a nós como leitores críticos nos interessa será ver como é que o autor os actualiza, como é que o poeta os converte em textos diferentes de outros textos em que esses mesmos temas estão presentes. É através dumha determinada escolha estilística como um texto adquire o estatuto de literariedade, e é nessa escolha onde se assenta o princípio da originalidade como categoria nom idealizante.

A primeira dificuldade a enfrentar virá dada polo sujeito lírico, a voz feminina. Consoante com essa escolha som temas focados desde a perspectiva dumha mulher, desde umha «ideal» sensibilidade diferente daquela do autor masculino.

Desde a óptica do feminino, Carvalho Calero construi um discurso do quotidiano, situando-se assi na esteira de um realismo que visa as preocupações do home, ou melhor ainda, da mulher contemporânea, fora de universos idealizantes, e consequentemente falsos, de estéticas passadistas, de ensonhações livrescas, ou culturalismos ocos e estetizantes, embora a presença no terceiro grupo de poemas de sujeitos que arrincam da tradição literária ou da história (avança-se assi umha característica que encontraremos em poemas sucessivos). Mas, no seu conjunto as vozes femininas que nos falam desde estas cantigas de amigo som anónimas e polo tanto reflexo de umha colectividade.

Nesse contacto do dia-a-dia com o universo fechado do amor e do sentimento, nesse iluminar a realidade do nosso presente, do nosso quotidiano medíocre e tam pouco «poético», a poesia do autor, os poemas destas «Cantigas de Amigo» adquirem umha dimensom de compromisso social que se evidencia, ao contrário do que tradicionalmente define a poesia social, nom na concepçom utilitária do trabalho poético como arma de transformação social imediata ou plataforma de denúncia directa (o que exigiria um discurso mais denotativo do que conotativo, o que nom é o caso), senom na sua profunda preocupação por interpretar um real que se nós escapa, um compromisso com o ser anónimo, autêntico, tangível e reconhecível com os seres mediocres que em definitiva somos todos, e que o autor eleva à categoria de objectos poéticos, à categoria de protagonistas activos da realidade.

Nesta perspectiva de compromisso resulta moito mais comprensível a amarga denúncia da mediocridade, da moral pequeno-burguesa e das estruturas sociais que a sustentam; assi resulta mais fácil de perceber em toda a sua força liberadora da ironia com que se cobre o discurso amoroso e simultaneamente a «autenticidade», a aceitação de nós mesmos na nossa contradição, a reivindicação, em definitiva, de umha liberdade que sempre existe.

O universo poético que pretende abranger todos os sentimentos, todas as manifestações às vezes tam contraditórias da realidade amorosa, elabora-

-se desde a ironia, do humor subtil e desgarrado —humor negro e cruel com freqüência, terno muitas vezes—, da referência a mitos actuais e objectos e situações do nosso entorno diário, através de um poderoso acto de disciplina lingüística que consegue explorar ao máximo as virtualidades do idíoma e através também da musicalidade do verso, do seu ritmo, da quebra da tensão poética para introduzir o discursivo e de um amplo repertório de recursos que dam ao seu autor um primeiríssimo lugar nos processos da modernidade na literatura galega.

### 2.3. Das «*Cantigas de Amigo*» aos «*Outros poemas*»: A desapariçom do «eu» anónimo e a poética dos nomes.

A partir do bloco IV de poemas topamo-nos com um câmbio mui marcado dentro do discurso que até aqui vinhemos analisando. A voz feminina que dava coesom aos poemas precedentes e que justificava o título genérico de «*Cantigas de Amigo*» dá passo à voz masculina, a umha polifonia de vozes masculinas que darán o contraponto adequadó à visom feminina do sentimento amoroso que até esse momento se vinhera desenvolvendo.

Mas a esta inovaçom no plano temático-formal de substituiçom do sujeito lírico dos poemas nom se chega de um jeito brusco. Existe um grupo de poemas (os do bloco III) que, como já indicámos noutro lugar, consti-  
tuem umha espécie de transiçom, ou melhor ainda, som o anúncio desses outros aspectos que o discurso de Carvalho Calero vai assumir.

Com efeito, afirmávamos mais acima que o sujeito lírico dos poemas da primeira parte, das «*Cantigas de Amigo*», era um sujeito anónimo, contemporâneo, expressom de umha colectividade, de um grupo social que por classe e sexo se situa à marge da história. Pois bem, nos cinco últimos poemas, ainda mantendo aquela característica estrutural do EU feminino, os sujeitos som nomes próprios, mulheres que a tradiçom nos legou ou que o autor converteu em mulheres da nossa história; sujeitos que se atrevem a se definir no texto: Isolda-a-das-brancas-mans, Maria Mancini, Constança Mozart, Mistress Strauss, passageira no Titanic.

Como se pode observar, polo menos as tres últimas, som mulheres a-lheas à nossa tradiçom quer histórica, quer literária e polo que respeita à primeira, que si poderia formar parte da nossa tradiçom, por que das duas Isoldas (a Loira e A das mans brancas) escolher a segunda?; o autor preferiu das duas aquela que nom passa à história, ou passa num segundo plano, aquela que entra no mito para sublinhar desde umha posiçom secundária a relevância de Isolda a Loira... mas, e as outras mulheres que aqui emprestam a sua voz, em que lugar da História se situam?, som, por acaso, mulheres com história própria ou o seu lugar, o seu «liberar-se do esquecimento» nom estará em funçom do home ao que estiveram unidas?... por iso, o que em definitiva fai o autor, ou nós polo menos assi o lemos, é reivindicar, dando-lhes existênciam através da palavra, nomeando-as polo tan-

to, como protagonistas da História àquelas, em última instância seres anónimos, a que a História retirou ou negou o seu protagonismo.

Dá-se, deste jeito, umha relaçom, umha coerênci ideológica como os poemas anteriores, mas, e ao mesmo tempo, dá-se um ponto de inflexom no discurso amoroso, pois aquelas vozes anónimas agora tenhem nome, nomes próprios com resonâncias culturais evidentes (prestam-lhe, aliás, umha dimensom «histórica» ao macro-tema amoroso) que nos introduzem deste jeito nos «Outros poemas» da segunda parte.

#### 2.4. *Os «Outros poemas»: Do discurso amoroso à soledade do poeta.*

Os «Outros poemas» iniciam-se, no bloco IV, com dous textos que respondem com simetria semântica, aos dous primeiros do grupo III, àqueles que tenhem como sujeito Isolda a das brancas mans. Som dous textos que nos apresentam o discurso amoroso com que Tristam convoca a sua amada Isolda, som polo tanto o espelho, o reverso que nos completa o mito, com o que o passo da primeira à segunda parte, para além do que já dixemos antes, nom é o passo de um discurso a outro radicalmente diferente, pois, ademais de coincidências de estilo em que nom nos imos deter, dam-se outras características no plano dos significantes temáticos que nos mostram essa segunda parte como continuaçom-prolongaçom lógica da primeira, e é essa *logicidade* que convém, achamos, nom esquecer.

Ainda nesse mesmo plano teríamos de sublinhar que o último dos poemas do bloco IV nos remete, desde a intertextualidade, ao espaço poético das «Cantigas de Amigo» através dumha estrutura de «ballade» e de referências explícitas a Villon e a sua «Ballade des dames du temps jadis» o que obviamente nos obriga a nós, leitores, a nos situar no amplo espaço da literatura medieval europea em que Villon ou a lírica galego-portuguesa tenhem proeminente lugar (isto poria-nos por outro lado umha nova questom: o problema da tradiçom literária).

Ao longo desta parte dos «Outros poemas» o discurso poético vai elevando o seu tom, a temática do quôtidiano vai passando a um segundo plano sem desaparecer mantendo assi umha relaçom temático-formal com a primeira parte; mas as figuras históricas ou literárias e as referências míticas e culturais que vam confirmndo o discurso, assi como as formas de composiçom estrófica das chamadas clássicas, ou tradicionais, dam-lhe um ar mais épico, mais heróico, e exigem do leitor outro tipo de esquemas referenciais que ajudem a melhor decodificar os textos.

Mas tendo em conta que a nossa leitura está centrada partindo do título como marca textual de primeira importânci, cumpre insistirmos em duas linhas básicas que se mantenhem com respeito aos poemas anteriores; dous eixos estruturantes que lhe dam unidade e permitem deste jeito umha leitura global, apresentando as *Cantigas de Amigo* e *outros poemas* como um macro-texto em que cada umha das partes que o componhem está, dentro da autonomia do texto em si, em íntima relaçom com as demais.

O primeiro eixo estruturante seria na nossa opiniom, o da temática amo-rosa; temática que ao se situar no contexto de umha tradiçom histórica ou literária, galega ou nom, distancia o autor da matéria tratada, a mensage «objectiva-se» e o processo de identificaçom autor (como instância literária)/sujeito leitor é, no acto da comunicaçom mais intelectual, consoante esse universo (re)criado, do que afectivo e isso permitirá um interrogar-se interrogar-nos sobre os vários planos em que a «vida» se nos mostra, criando à nossa volta um mundo escorregadido e instável onde o amor se ergue como ponto de referência, como farol que indica um caminho a seguir para estar vivo, o amor como espaço onde reconhecer-nos livres e onde o mundo alcança sentido e forma; umha reivindicaçom pungente e rai-vosa da sensualidade, de eros que como energia, como força fecunda é metáfora de criaçom, de vida que lateja e se transmite,... e que é a poesia se-nom energia e força para criar um mundo de liberdade?... eis umha hipóte-se que poderia orientar talvez outra/outras leituras deste livro.

O segundo eixo estruturante situaria-se num plano formal, mas intimamente ligado com o anterior: a linguage poética (mais do que linguage talvez deveríamos falar com propriedade de discurso). A combinaçom de combinaçons estróficas, a que antes aludíamos, reforçam esse carácter reflexivo, mesurado, com que se pretende balizar a força de um vitalismo torrencial, e a nível de linguage continuam-se a buscar relaçons que surprendem na sua capacidade de sugestom, na sua riqueza vocabular, na union do sublime e do prosaico, no qüotidiano revalorizado e assumido como valor colectivo que se vem a sumar ao aristocratismo elegante do sujeito/poe-ta «socializando-o», e de um quotidiano que pola sua vez se aristocratiza convertendo-se assi em literatura e polo tanto em história.

E no fim, no remate deste doloroso processo que a escrita é, o ser solitário que carrega em solidário esforço com o mundo às suas costas, mas que fica sempre aberto à esperança de

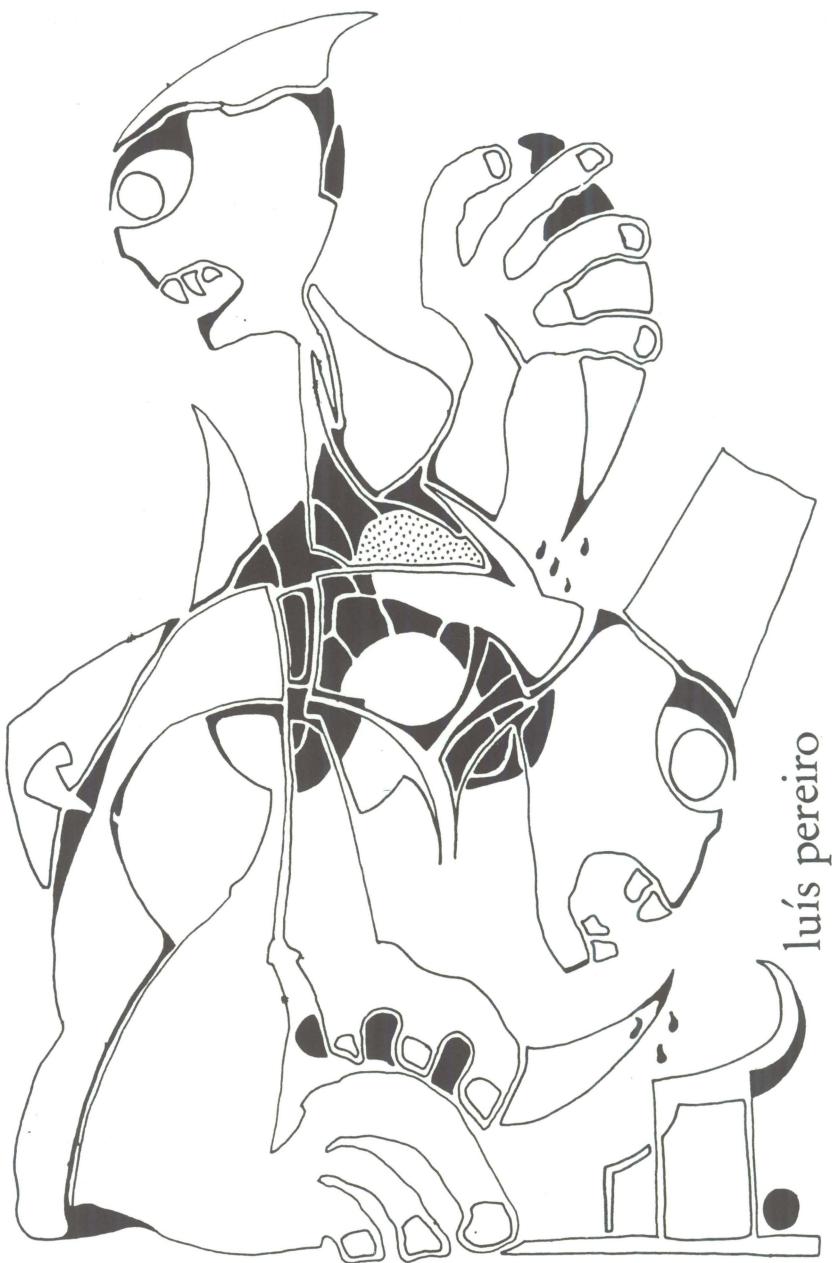
«Ainda eu poderia ser feliz  
Um ano, um mês, um dia»

Em definitiva, estes «Outros poemas», ao contrário do que talvez o seu título poderia sugerir no leitor, nom som um «apêndice» mais ou menos interessante do «corpus» central, as «Cantigas de Amigo», ou isso é o que a nós parece: umha leitura mais acurada da que nós aqui fixemos certamente que nos depararia maiores surpresas pois neles contenhem-se pro-positas de leitura que deberám no seu tempo ser devidamente valoradas.

### 3. CONCLUSOM

*Apresentámos aqui umha possível leitura destas Cantigas de Amigo e Outros poemas*, umha leitura que poda permitir um melhor achegamento umha escrita cujo lugar dentro da história da literatura ninguém pode dis-cutir, ainda que nem sempre tenha sido suficientemente estudado.

Carvalho Calero, como poeta, significa umha das linhas da nossa poesia actual que está a merecer umha séria reflexom, e daí a nossa invitaçom à leitura, a invitaçom a participar de umha aventura em que certamente nom seremos defraudados.



luis pereiro

# ANTOLOGIA



## O oco da palavra (selecçom)

*Por Luísa VILLALTA*

IMPALPÁVEL, na fronteira, um juramento,  
entre o mundo que remata no meu íris  
e os meus beiços, traiçoeiros com empenho.

NOM abonda a palavra recitada  
para fechar o livro da memória,  
no fundo sempre há algo que se ignora  
como lido só em página selada.

A palavra nom é escrita, é sonhada  
entre o sonho do sonido, incolora  
entre as cores do sentido, acessória  
como a auséncia imprescindível e o nada.

Procurando esso rosto que se corta  
no vazio produzido entre os versos,  
ascendim pola escada até umha porta

dumha estância onde resoam, imersos,  
os ecos da palavra, que está morta,  
na orfa luz em que vam boiar dispersos.

VIVER e olvidar, nom dar por nada  
do que, em auséncia, se preenche a vida.  
Esquecer o pai e a nai, esquecer-se um próprio  
é este mesmo amor de origem que me empurra  
a abrir-me sem passado, viver definitivo  
inconsciente da consciéncia que o maldiz.  
Desnudar-me, desatar-me cada passo  
em que cai cada eu que vai comigo  
para ser alguém em outro, e outro em outro,  
e esquecer o modo em que se esquece o olvido.

DUM passo a outro  
há um temor impúdico a cair  
desde o ar sem forma.  
Que loucura aquela era  
da que vim o abismo supreendido  
em que os meus pés se abeiram?  
Umha estrela enterneida me guiava,  
o mar era essa estrela continuada  
e a noite este peso que me inclina  
e a luz este nada em que me banho.  
Nos dentes traio um ar de precipício,  
detrás de cada esquina um eco bate  
aereamente combinado com o passo  
e as palavras.

QUANDO o mundo, infatigável, se demora,  
em cada ocaso desejante,  
temeroso ante o final recomeçado,  
os corpos som nostálgias atrevidas  
dum antigo ser despedaçado.  
E o ar, um só, recapitula.

TANTOS milénios quotidianos que repetem  
a mesma profunda melodia do universo  
como um gesto único no tempo,  
tanta água a reciclar-se, tanta pressa  
a empurrar do movimento perdurável  
que inalcança, infinito, um cumprimento.  
Que lembrança nom existe, que nostálgia  
está por ser, por que esperança  
esperam tantos olhos desde os vidros  
de edifícios abstraídos na distância?  
O mar, sempre infinito, trai o longe  
sobre o lombo seu de animal mítico  
e trai também as horas que nom passam  
na sua que é esséncia a mover-se no equilíbrio.  
Nel dói-me o reflexo da inocéncia  
que perdura em tantos olhos desterrados  
como esboços de poemas diluídos  
no errático jardim dumha atmósfera.

A PÁGINA que nunca será escrita  
está ante mim, detrás, e se dilata  
como a aurora ilimitada da lembrança:  
no oco da palavra um eco aninha.

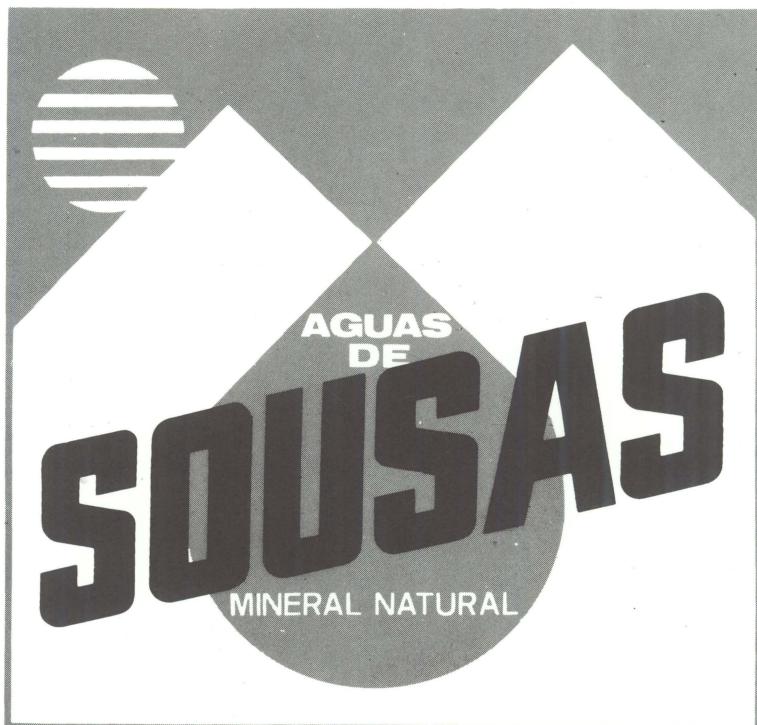
*LUISA VILLALTA, 1986*



Luis pereiro

# DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

# ÁGUAS DA GALIZA



VERIM (Ourense)

# INFORME

## sobre a sentença do Tribunal Constitucional no recurso de inconstitucionalidade contra as Leis de Normalizaçom lingüística, in specie a galega

*Comissom Sociolingüistica da A.G.A.L.*  
Ponentes: X. Vilhar Trilho e A. Gil Hernández

Passado quase um ano da publicaçom das sentenças 82/1986, sobre o recurso de inconstitucionalidade nûm. 169/1983 contra os arts. 5, 6, 8.3, 9, 12, 13 e 14 da Lei 10/1982, de 24 de Novembro, do Parlamento Basco, Básica de Normalizaçom do Uso do Euskera; 83/1986, sobre o recurso de inconstitucionalidade nûm. 517/1983 contra os arts. 4.2 e 6.1 da Lei 7/1983, de 18 de Abril, do Parlamento de Catalunha, de Normalización Lingüística em Catalunya [sic]; 84/1986, sobre o recurso de inconstitucionalidade nûm. 678/1983 contra os arts. 1.2 e 7 da Lei 3/1983, de 15 de Junho, de Normalizaçom Lingüística, do Parlamento galego, podemos já com certa objectividade oferecer uma opiniom razoada quer da «ideologia» subjacente nelas, quer da efectividade das mesmas em resoluçons de organismos judiciais ou administrativos do Estado.

É o que procuramos neste informe; nele tratamos os seguintes aspectos:

1. Lembranos a historia glotopolítica que explica suficientemente as sentenças.
2. Analisamos sumariamente o discurso «ideológico» em que se inscrevem os textos das sentenças, nomeadamente da galega.
3. Examinamos a concepçom de oficialidade que o Tribunal Constitucional atribui às diferentes línguas «espanholas».

### 1. BREVE HISTÓRIA DA ELABORAÇOM DO MODELO LINGÜÍSTICO ESPANHOL.

Opinamos que estas sentenças se enquadram e entendem no processo político denominado, já rotinariamente, «de transición a la democracia», em que a Notabilidade espanhola decide realizar *definitivamente* o projecto de Estado-Naçom *España*, que se vinha arrastando desde os primeiros anos do séc. XIX sem nunca alcançar umha correlaçom pacifica das forças e interesses em lide.

Nestas sentenças delineia-se portanto a dimensom jurídica do «modelo lingüístico» (1) correspondente com o projecto político *democrático* do apôs-franquismo, mas em ca-

---

(1) É expressom do Advogado do Estado recorrente e assumida polo próprio Tribunal Constitucional; por exemplo: «[...] el art. 3.1 y 2 de la Constitución y los artículos correspondientes de los respectivos Estatutos de Autonomía son la base de la regulación del pluralismo lingüístico en cuanto a su incidencia en el plano de la oficialidad en el ordenamiento constitucional español, dentro de lo que el Abogado del Estado denomina «las líneas maestras del modelo lingüístico» de la Constitución Española» («Fundamento jurídico» primeiro da Sentença 82/1986, sobre o basco; *B.O.E.*, nûm. 159. Suplemento (Viernes, 4 de julio de 1986), p. 24; *vide* p. 25).

da vez mais clara continuidade com situações anteriores a respeito da «indisoluble unidade de la Nación española, patria común e indivisible de todos los españoles» (art. 2.º da Constituição de 1978). Cumple destarte non esquecer o quadro geral em que se inscrevem o art. 3.º da Constituição e os correlativos dos Estatutos de Autonomia basco (6.º), catalán (3.º), galego (5.º), valenciano (7.º), balear (3.º), asturiano (4.º) e aragonês (7.º) assim como o art. 9.º da Lei de Amelioramento do Fuero navarra. As Leis de normalização lingüística ou de uso e ensino, no seu caso, que desenvolvem os artigos citados, as disposições dos Legislativos e Executivos quer estatais, em sentido estrito, quer autonómicos e o comportamento das autoridades locais obedecem, ao nosso ver, com assustadora coerência, apesar de diferenças partidárias, às linhas traçadas no quadro constitucional e no desenvolvimento jurídico ulterior.

A Declaração de Pamplona, redigida polo colectivo «Iruinean Sortua» em Pamplona o 6 de Julho de 1983 e publicada em diversos meios (*Egin, A Nosa Terra, L-39, Segre...*), esclarece crítica mas ajustadamente a «transición a la democracia» atinente ás Comunidades Lingüísticas não castelhanas incluídas no Estado español:

#### DECLARAÇÃO DE PAMPLONA (2)

*Bascos, catalães e galegos, profissionais das Ciências sociais, da Didáctica e dos Meios de Comunicação, e membros de Grupos de Promoção cívica, activos na investigação, discussão e transformação das condições do uso lingüístico, reunimo-nos em Iruinea para compartirmos experiências e achados.*

Constatamos:

*1. Nos últimos vinte anos surgirom nos nossos países movimentos populares de clarificação e construção que tenhem respondido a umas situações inveteradas de flagrante desigualdade social entre as nossas comunidades lingüísticas e outra, em cujo seio se instituiu um Estado que impuxo simultaneamente uma hierarquia política e uma hegemonia idiomática.*

*2. A descomposição da dictadura franquista fixo esperar umha oportunidade histórica em que a livre discussão propria, naturalmente, questões de interesse público que foram deslealmente escamoteadas até entom. Umha das mais fundamentais era decreto a das relações entre as Comunidades Lingüísticas destas partes de Europa. Parecia seguro que qualquer democratização implicaria necessariamente a revisão das regras de jogo anterior e a reparação de abusos, corrupções e injustiças.*

*3. As aspirações legítimas, a boa fé popular e os esforços e sofrimentos acumulados exigiam de vez umha revisão radical da situação estabelecida e a instauração de uma ordem democrática sincera e efectiva que abrisse a todos um futuro de igualdade e dignidade, dentro da melhor tradição europeia. Sarcasticamente, essas expectativas fôrom burladas, furtando sistematicamente o processo político de esclarecimento e organização da igualdade. Temos visto que umha Constituição que proclama genericamente a liberdade e a igualdade democrática nos artigos 1.º, 14.º, 149.º-1-1.ª, entre outros, as esnquia e avulta especificamente no artigo 3.º, em que o Estado cita polo seu nome o único idioma que ampara e impõe como oficial e, no entanto, relega à indefinição e indefensom «las demás lenguas españolas». O contraste entre o idioma enfaticamente proclamado e os idiomas vergonhosamente inomináveis nom fai senom declarar com a suprema hierarquia ideológica e legal as regras fundamentais da desigualdade preestabelecida. O escândalo é que se tente legitimar assim, com modos democráticos, um princípio radicalmente antidemocrático e que se apresente como solução inovadora a mesma discriminação que constituía o problema inveterado. Por poucas palavras: fecha-se em círculo vicioso o futuro que se tentava abrir.*

---

(2) Reproduzimo-la da revista *O Ensino*, núm. 11-12-13 (1985), pp. 145-146; acha-se também incluída em AA.VV., *Que galego na escola?*, pp. 146-148.

4. Esta situação portanto tem uma coerência e inércia idênticas às da situação anterior, segundo observamos nas normas legais e decisões administrativas de todos os ramos, ditadas num quadro que consagra a hegemonia inquestionável do único idioma oficial do Estado e, correlativamente, centrifuga, bloqueia e degrada idiomas europeus denominados catalão, basco e galego-português.

Encaixar arbitrariamente as relações entre as Comunidades Lingüísticas destas partes de Europa dentro do esquema hierárquico Estado soberano vs. regiões autónomas é negar de raiz o princípio mesmo da igualdade democrática. Esta legalização do abuso diverge ominosamente da legalização dos direitos das Comunidades Lingüísticas em países como Bélgica, Suíça e Jugoslávia, onde conflitos lingüísticos parecidos aos nossos foram tratados e dirimidos livre, leal e democraticamente.

5. Efeito da centrifugação e prova da coerência global do sistema é que os idiomas regionalizados e desintegrados por um Estado que persiste em nome de reconhecer como iguais som marginados e abatidos dentro dos próprios territórios. Agora como antes e, de facto, mais que nunca é singelamente impossível viver com normalidade e dignidade em galego-português, em basco e em catalão. A desigualdade é hoje maior que nunca já que se têm acelerado os processos de eliminação e se tem fechado formalmente o acesso a um futuro mais justo.

Concluimos:

a) Levou-se-nos assim a um atoleiro onde vemos como a inconsciência e a irresponsabilidade triunfantes desqualificam e afogam as vozes que conceberam e propugnaram alternativas e denunciaram a inexorável redução ao absurdo. Num contexto em que se dam publicamente por solvidos os problemas que tinham de ser reconhecidos e tratados, a nossa responsabilidade pessoal, profissional e cívica obriga-nos a acender uma modesta luz para fazer visível a desolada obscuridão.

b) A impotência actual mostra o esgotamento final do velho discurso. Cremos que assinalar esse facto tem de ser o começo de um novo discurso que entreteça a dinâmica da investigação, as ideias, as atitudes e as práticas lingüísticas quotidianas. Sabemos que o pensamento, a ação e a organização são mutuamente necessários e estimulantes. E queremos que esta declaração que fazemos pública seja um chamamento ao trabalho colectivo de esclarecimento e construção que é, hoje como sempre, o único recurso eficaz e a única esperança aberta.

Pola honra de Europa!

Depois de quatro anos (1983-1987) os acontecimentos estão a corroborar o denunciado nesta Declaração. As Leis de Normalização Lingüística do País Basco ou Euskadi, da Catalunha Central ou Principado e da Galiza, quer na primeira redacção recorrida, quer no texto já plenamente constitucional, desenvolvem o projecto desigualitário que mostrava a Declaração de Pamplona. Sendo leis de normalização presumivelmente de Comunidades Lingüísticas até entom minorizadas, incluem nome obstante tantas referências à língua de *sempre* normalizada por ser a oficial do Estado, o castelhano, quantas às desnormalizadas por serem nacionais de nações suprimidas, a galego-portuguesa, a catalã e a basca. Sendo leis presumivelmente de normalização nem sequer prescrevem os requisitos mínimos para conseguir, num prazo preciso, algum grau de normalidade nos usos de galego e de «vascuense» ou nem sequer nos de catalão e euskara. Na realidade, estas Leis de Normalização, mesmo na redacção primeira, nem procuram oficializar os usos de «*las otras lenguas*», mas só impedir que os usos de castelhano nem sejam interferidos ou minusvalorados (3).

---

(3) A respeito do galego, por exemplo, a sentença 84/1986 indica nos «Antecedentes», recolhidos da defesa da Lei polo Director general de lo contencioso y el Patrimonio de la Junta de Galicia, en nombre del Gobierno de la Comunidad Autónoma: «Los artículos 2, 4.2, 5, 6.2, 7.1 y 2, 8, 9, 12.2, 13.1 y 14.2 garantizan el uso normal, compatible e indistinto, de las lenguas gallega y castellana» (*sic!*): equiparam-se juridicamente uma e outra língua numa pirueta de miragem «racional» esvaziado por completo de substância, como aqui estamos a mostrar.

Justificamos nos pontos que seguem esta nossa apreciaçom fundamental que é tam-bém denúncia silenciada sempre polos meios de comunicaçom num Estado definido co-mo «social y democrático de Derecho, que propugna como valores superiores de su orde-namiento jurídico la libertad, la justicia, la igualdad y el pluralismo político» (art. 1.º da Constituiçom).

## 2. DISCURSO DA DESIGUALDADE.

A sentenza do Tribunal Constitucional sobre o galego, como a dada sobre o basco e o catalám, inscreve-se num jeito de discurso que tipificamos como *discurso da desigual-dade*. Transparece nos três primeiros «fundamentos jurídicos» atinentes ao recurso de in-constitucionalidade núm. 169/1983, «interpuesto por el Abogado del Estado, en represen-tación del Gobierno de la Nación, contra determinados preceptos de la Ley 10/1982, de 24 de noviembre, del Parlamento Vasco, Básica de Normalización del Uso del Euskera» (B.O.E., citado, p. 20). Como o mesmo Alto Tribunal indica e remete nas outras senten-cas, constituem o miolo da doutrina que interpreta, polo de hoje, autenticamente o art. 3.º da Constituiçom espanhola e os correspondentes artigos, acima citados, dos Estatu-toes de Autonomía de aquelas Comunidades «bilingües» em todo ou em parte do seu território.

### 2.a. Doutrina interpretadora do art. 3.º da C.e.

Ressumimo-la nos seguintes pontos:

1.º *O castelhano é a língua oficial do Estado*. Por este só facto, fruto de uma decisom política inquestionável e inquestionada, o castelhano *deve* ser conhecido por todos os ci-dadãos espanhóis. Correlativamente, «*las demás lenguas*», ainda sendo declaradas *espanholas e cooficiais* nas «*respectivas*» Comunidades autonómicas, acham-se circunscri-tas quer no uso, quer na condiçom de oficialidade ao «*respectivo*» território, em todo o caso, só *podem* ser conhecidas polos cidadãos espanhóis domiciliados naquelas; quer dizer, a respeito de «*las demás lenguas españolas*» «no se prescribe constitucionalmente tal obligación» (B.O.E., citado, p. 24).

2.º Como conseqüência, a Administraçom pode dirigir-se em castelhano a qualquer cidadao do Estado sem que este esteja justificado para denunciar esse proceder como discriminaçom «por razão da língua» (art. 2.º da Declaraçom dos Direitos do Homem); tam-bém como conseqüência do enunciado no ponto anterior, a Administraçom espanhola nom pode supor que os cidadãos domiciliados nas Comunidades Autonómicas «bilingües» con-heçam as línguas cooficiais «*respectivas*».

### 3.º Por outro lado, é certo que

«la consecuente cooficialidad lo es con respecto a todos los poderes públicos radicados en el territorio autonómico, sin exclusión de los órganos dependientes de la Administra-ción central y de otras instituciones estatales en sentido estricto (4), siendo, por tanto, el criterio delimitador de la oficialidad del castellano y de la cooficialidad de otras lenguas españolas el territorio, independientemente del carácter estatal (en sentido estricto), auto-nómico o local de los distintos poderes públicos» (B.O.E., citado, p. 24);

mas também é certo que esse mesmo «conjunto de los poderes públicos españoles» tem de garantir o direito ao uso e o dever de conhecimento do castelhano em todo o território «nacional» e por aquele motivo que se declara paladinamente:

«*es oficial una lengua*, independientemente de su realidad y peso como fenó-menio social, cuando *es reconocida por los poderes públicos como medio nor-mal de comunicación en y entre ellos y en su relación con los sujetos privados*, con plena validez y efectos jurídicos (ibidem; o itálico é nosso).

(4) Tenha-se bem em conta, contra certo confuso «estado de opiniom» neo-regionalista (talvez bem intencionado), que todos os órgaos e instituiçons do Estado som igualmente *estatais* ou de carácter público a contribuirem na construçom de «la Nación española» em que se estableça «la justicia, la libertad y la seguridad» e se promova «el bien de cuantos la integran» («Preámbulo»); portanto, a «Xunta de Galicia», as Deputaçons, os Concelhos som tam Estado como o Governo de Madrid, o Congresso dos Deputados ou o Senado.

Ainda que no § 3 consideramos as conseqüências jurídicas desta concepçom, cumpre que assinalemos, enquanto dominantes no discurso *ideológico* dos poderes públicos espanhóis e na prática social e política subsequente, um *critério de normalidade* e um *corolário de nom-normalidade* a respeito da comunicaçom dentro das fronteiras da Espanha; o critério é formulado polo próprio Alto Tribunal.

«Ello implica que el castellano es *medio de comunicación normal* de los poderes públicos y ante ellos en el conjunto del Estado español» (ibidem; o itálico é nosso).

O *corolário*, porém, pode ser enunciado assim:

‘Conseqüentemente, «las demás lenguas españolas» som *meio de comunicação com nom-normal* (5) dos poderes públicos e perante eles no conjunto do Estado español’.

4.º O critério de normalidade e o corolário de nom-normalidade seguem-se, por sua vez, dos principios de territorialidade perfeita e de personalidade aplicados in solidum aos usos de castelhano, enquanto que aos usos de «las demás lenguas españolas» se lhes assigna uns principios de territorialidade imperfeita e de personalidade condicionados subsidiariamente polos principios de territorialidade e individualidade que presidem os usos de castelhano:

«Si es inherente a la cooficialidad el que, en los territorios donde exista, la utilización de una u otra lengua por cualquiera de los poderes públicos en ellos radicados tenga en principio la misma validez jurídica, la posibilidad de usar sólo una de ellas [...] en vez de ambas a la vez, y de usarlas indistintamente, aparece condicionada, en las relaciones con los particulares, por los derechos que la Constitución y los Estatutos les atribuyen, por cuanto vemos también que el art. 3.1 de la Constitución reconoce a todos los españoles el derecho a usar el castellano, y los Estatutos de Autonomía, en los artículos antes citados, [...] el derecho a usar las dos lenguas cooficiales en la correspondiente Comunidad o parte de ella» (B.O.E., citado, pp. 24-25; o itálico é nosso).

Mas, como se explica no segundo «Fundamento jurídico» da sentença 84/1986, sobre o galego, o dever de conhecer o idioma galego «no viene impuesto por la Constitución y no es inherente a la cooficialidad de la lengua gallega» (B.O.E., citado, p. 34), segundo explicamos no § 3.

5.º Resumimos as linhas dominantes no discurso do Tribunal Constitucional sobre «las demás lenguas españolas» e sobre o castelhano, língua oficial do Estado e na realidade, nom declarada mas manifesta, língua nacional da Espanha, no seguinte quadro:

	<i>galego</i> (e «outros»)	<i>castelhano</i>
1.	co-oficial em território determinado	oficial em todo o território do Estado
2.	direito a conhecer	dever individualizado de conhecer
3.	direito a usar nom-normalizado (dependente da iniciativa privada)	direito a usar normalmente (dependente da iniciativa pública)
4.	o seu uso pode ser causa de discriminaçom	o seu uso nunca pode ser causa de discriminaçom

(5) Ou a-normal, sub-normal, quase-normal, infra-normal, extra-normal...

## 2.b. Conseqüências.

Tiremos algumas conseqüências do «razoamento» seguido polo Alto Tribunal nos três «fundamentos jurídicos» apontados e, ao tempo, indiquemos a seu alicerce sócio-político:

1.º No discurso e prática dos poderes públicos espanhóis, legitimados na interpretação autêntica do texto constitucional segundo se fai nestas sentenças, implica-se umha apropriaçom indevida de idiomas e Comunidades Lingüísticas presentes no território do Estado. Com efeito, «[as] demás lenguas», justamente polo facto de os seus utentes serem cidadaos espanhóis, som definidas como administrativamente espanholas e, por conseqüência, consideradas a todos os efeitos objecto de domínio dos poderes do Estado. Desse modo, os Notáveis, políticos e académicos, a construirem o projecto nacional configurado hoje como «Estado de las Autonomías», estás autorizados para actuarem sobre as Comunidades Lingüísticas nom assumidas *directe et per se* em tal projecto, mas submetidas a ele até o esfarelamento final. Na realidade ressuma do «razoamento» tribunício um urente sabor a «direito de conquista»; advertimo-lo, por exemplo, em duas passagens da sentenza 82/1986 sobre o basco.

A primeira é um parágrafo das alegações do Advogado do Estado, cuja doutrina nom aparece contradita polo Alto Tribunal:

«[...] el idioma aparece como soporte primario de las relaciones sociales y, por ende, de las jurídicas. Pero además la lengua constituye el medio instrumental indispensable para el ejercicio de ciertos derechos fundamentales: Libertad de expresión, derecho a la educación, derecho a la tutela efectiva... Por eso las proclamaciones constitucionales y estatutarias en materia de lengua no configuran sólo un valor social sino que también articulan derechos y deberes subjetivos perfectamente individualizados y calificados como fundamentales en la Sentencia 6/1982 y por el art. 5.2 de la Ley vasca impugnada» (B.O.E., citado, p. 21).

Sem introduzirmos discussions suplementares a respeito de primazias de direitos presumivelmente naturais ou básicos, entendemos que as consideraçons acima transcritas seriam em substancia correctas se nom fossem interpretadas abusivamente (i. e. ideologicamente), quer polo Advogado do Estado, quer polo próprio Tribunal Constitucional. Com efeito, a nosso ver, tem de privilegiar-se e garantir-se num Estado de Direito, quanto às relaçons sociais e jurídicas, o facto de a língua, em que os cidadaos possuitem suficiente competéncia, ser também «el medio instrumental indispensable para el ejercicio de ciertos derechos fundamentales» e de modo *habitual e/ou oficial*. Mas na Espanha acontece o inverso; quer dizer, obriga-se a certos cidadaos conhecerem um instrumento idiomático diferente do seu habitual para, subseqüentemente, poderem exercer os direitos apresentados como fundamentais do home; é assim que se subverte a seqüência razoável *direitos/instrumento* de modo que nom se pom a língua ao serviço de aqueles, mas é a defensa dos direitos fundamentais a que fica subordinada na realidade ao conhecimento do idioma assumido como nacional.

Em vez de proclamar constitucionalmente iguais os instrumentos idiomáticos, usados já no Estado espanhol, e, portanto, reconhecer a existéncia digna e organizada democraticamente das Comunidades Lingüísticas em que aqueles adquirem validez na salvaguarda dos direitos fundamentais, preferiu-se conservar, sob aparéncias de novidade, o estado de cousas degradante por desigualdário que regimes anteriores impugneram acumulativamente. É neste sentido que interpretamos outro fragmento, pertencente ao décimo «fundamento jurídico» da Sentenza 82/1986, citada:

«es inexcusable, desde la perspectiva jurídico-constitucional a la que este Tribunal no puede sustraerse, señalar que la exclusión del castellano no es posible porque se perjudican los derechos de los ciudadanos, *que pueden alegar válidamente el desconocimiento de otra lengua cooficial* [mas nom vice-versa]» (ibidem, p. 27; o itálico é nosso).

2.º Nesta tessitura é que podemos explicar-nos o facto de as instituiçons do Estado se julgarem legitimadas para organizar segundo o projecto nacional as Comunidades Lin-

güísticas nom castelhanas, assentadas parcialmente no seu território, e para actuarem consequentemente que na configuraçom destas a teor da divisom territorial sancionada pola Constituiçom de 1978 (art. 3.º-2 e Título VIII), mas continuadora da estabelecida e sancionada por regimes anteriores, quer na própria formalizaçom, também subalterna e subsidiária da língua nacional, dos instrumentos idiomáticos definidos como línguas co-oficiais. Contudo, procedendo destarte, estám a agir contra todo o direito e de maneira oposta à atitude e comportamento da Notabilidade espanhola a respeito do castelhano; nem a formalizaçom do idioma oficial é institucionalmente imposta nem a Comunidade Lingüística castelhana fica administrativamente fragmentada.

3.ª A consequênciam mais suprendente, mas nom menos fundamentada, é que, admittidas «las líneas maestras del modelo lingüístico» de la Constitución Española» (*ibidem*, p. 24), só é língua oficial de pleno direito no Estado o castelhano; as línguas co-oficiais som de facto línguas nom oficiais ao estar o seu uso determinado pola iniciativa privada. Com efeito, segundo se depreende em conjunto das sentenças sobre as Leis basca, catalá e galega, a Administraçom espanhola estatal (estrita), a autonómica ou a local nom podem usar indistintamente umha das línguas co-oficiais e estám necessitadas a empregar o castelhano sempre, sendo em última instância facultativa a utilização de «las demás lenguas», já que as instituiçons nom podem presumir que os cidadaos destinatários dos preceitos legais conheçam as línguas «outras» que a castelhana.

Só à instancia da livre opçom do particular a Administraçom deve, num grau minimo de exigibilidade, fazer uso da língua «outra» nas suas relações com os cidadaos (6). Parece portanto nom abusivo reformular a expressom constitucional aplicada a «las demás lenguas españolas»: nom som *co-oficiais*, mas apenas *sub-oficiais* quando nom fica reduzido o seu uso a simples exercício de direito privado reconhecido em precário polos poderes públicos do Estudo.

4.ª Admitido que o Estado possue pleno domínio sobre «las demás lenguas españolas», segue-se que, em caso de *necessidade* social, política ou cultural, os órgaos administrativos se achem legitimados, como dixemos, para delimitar a extensom e distribuição territorial das Comunidades Lingüísticas nom castelhanas, para fixar o jeito e grau de normalizaçom atingível e mesmo para decretar a formalizaçom escrita dessas línguas correspondente com os traços idiomáticos definidos polos órgãos académicos do estado como pertinentes.

Assim, o Estado determinou que som três na realidade as Comunidades-idiomáticas que, segundo o critério aplicado ao castelhano, constituiriam umha só; é o caso catalám. Aliás, restringirá o territorio e possibilidades de normalizaçom da Comunidade Lingüística basca dentro de Nafarroa por razom de uso *real* de euskera, ainda que esta mesma justificação, o uso *real*, exigiria estender a Comunidade Lingüística galega além das fronteiras da Comunidade Autónoma para Astúrias e Castilla-León e, por outro lado, reduzir o emprego de «valenciano» às zonas catalano-utentes e nom às castelhandófonas da Comunidade Autónoma valenciana. O Estado também sancionará formalizaçons idiomáticas para «valenciano», divergente da norma catalá, ainda que de jeito hesitante, para o «vascongado» de Nafarroa, polo menos inicialmente, do mesmo modo que distribui as TV «autonómicas» segundo as fronteiras administrativas e nom segundo os territórios lingüísticos.

---

(6) Opinamos que, sem criticar o fundamento que os justifica, nom existe razom séria para denunciar os comportamentos lingüísticos de autoridade e funcionários e, ainda mais, de cidadaos sem responsabilidades públicas *stricto sensu* que se negam nos territórios «bilingües» a usar outra língua do que a castelhana. A sua conduta conforma-se com o Direito, cai dentro do quadro constitucional e mesmo é socialmente non condonável já que, segundo «razoa» o Advogado do estado e admite nom redargüindo o Tribunal Constitucional, «*la calificación del euskera como propia lengua del País Vasco (art. 6. 1. del E.A.P.V.) ha de entenderse en el sentido de tratarse del idioma peculiar y característico de esa nacionalidad, pero no impide que, con un sentido distinto, pueda calificarse también el castellano como lengua propia del Pueblo Vasco, en cuanto que común al resto de los que integran la Nación española» (B.O.E., citado, p. 21; o itálico é nosso); e o mesmo cabe dizer do galego e do catalám.*

Contudo, é a este respeito paradigmático o caso da formalizaçom escrita do galego: afastada do português, mesmo da *Ortografia* previsivelmente *unificada* para o futuro polo *Acordo do Rio de Janeiro* (Maio de 1986), fica decretada umha norma ortografica, subsidiaria da castelhana, e, nom obstante, quer a TV e rádio «nacionais», quer as autonómicas tentam com essa «norma de correcçom» introduzir-se na audiênciña lusa.

### 3. A DUPLA OFICIALIDADE DAS LÍNGUAS (CO-)OFICIAIS.

*Cingimo-nos nesta parte do informe a examinar a dupla concepçom de oficialidade* que o Tribunal Constitucional tem segundo se refira ao castelhano, língua *oficial* do Estado, ou a «las demás lenguas españolas», «*también oficiales* en las respectivas Comunidades Autónomas» (art. 3.<sup>º</sup>-2 da Constituiçom de 1978).

#### 3.a. Conceito sui generis de oficialidade.

O Alto Tribunal define *língua oficial* como aquela que

«es reconocida por los poderes públicos como medio *normal* de comunicación en y entre ellos y en su relación con los sujetos privados, con plena validez y efectos jurídicos (sin perjuicio de que, en ámbitos específicos, como el procesal, y a efectos concretos, como evitar la indefensión, las leyes y los tratados internacionales permitan también la utilización de lenguas no oficiales por los que desconozcan las oficiales)» (*B.O.E.*, citado, p. 24; o itálico é nosso).

Parece como se o Tribunal Constitucional, empregando a expressom «*medio normal de comunicaçom*» em vez de, por exemplo, «*meio obrigado de comunicaçom*», entendesse que o conceito de *língua oficial* implica que tanto os «poderes públicos» quanto os «sujetos privados» *nom tenham necessariamente* de utilizá-la como meio prescrito de comunicaçom para que as respectivas actuaçons alcancem «plena validez y efectos jurídicos».

O termo *normal* portanto há de interpretar-se neste contexto nom como «normado», «preceituado», «obrigado», mas como «usual», «natural» ou «habitual», dado que esta interpretaçom permitirá ao Tribunal exprimir ulteriormente quer a possibilidade de que os cidadaos podam alegar desconhecimento das línguas próprias das Comunidades Autónomas, quer a nom obriga dos poderes públicos de responder aos cidadaos nessas línguas enquanto nom se arbitram as «medidas oportunas» e os «medios necesarios» que o fagam possível. Estas excepçons, a limitarem os efectos consubstanciais do alcance de toda oficialidade lingüística, ultrapassam a excepçom processual citada na definiçom transcrita ('evitar a indefensom judicial dos que desconhecem as línguas cooficiais') e permitem ao Alto Tribunal nom qualificá-las como *meios obrigados de comunicaçom*, quando, a utilizar esta expressom, nom seriam possíveis as excepçons acrescentadas.

1.<sup>º</sup> Achamos a formulaçom da excepçom primeira ('possibilidade de alegar desconhecimento das línguas próprias das Comunidades Autónomas') no «fundamento jurídico» terceiro da sentença 83/1986, sobre o catalám:

«Digamos que sí puede [...] este inciso infringir la seguridad jurídica (art. 9.3 de la C.E.) y los derechos a la tutela judicial efectiva de los ciudadanos (art. 24.1 de la C.E.) que, sin tener el deber de conocerla, pueden alegar el desconocimiento de una de las lenguas oficiales, aquella a la que se da prioridad en cuanto a la interpretación de las leyes publicadas en forma bilingüe, máxime cuando las leyes del Parlamento catalán pueden llegar a surgir efectos fuera del ámbito territorial de Cataluña» (*B.O.E.*, citado, p. 31).

Advírtase os circunlóquios empregados para referir-se à língua inessária, o catalám...

2.<sup>a</sup> Explicitaçom da segunda excepçom ('nom obriga de os poderes publicos responderem aos particulares nas línguas próprias das Comunidades Autónomas enquanto nom

---

(7) *Normal*, enquanto derivado de *norma*, remete ás acepçons deste termo. Segundo o *D.R.A.E.*, para aquellas que convienen a este lugar, «*norma*. (Del lat. *norma*, escuadra). f [...]|| 2. Regla que se debe seguir o a que se deben ajustar las conductas, tareas, actividades, etc.|| Precepto jurídico» (ediçom de 1934, 20.<sup>a</sup>, vol. II, p. 958 b).

se arbitrem as «medidas oportunas» e os «medios necesarios» que o fagam possível) aparece no «fundamento jurídico» oitavo da sentença 32/1986, sobre o basco, e que se declara constitucional o art. 6.1 da Lei Básica de Normalizaçom do Uso do Euskerá, cujo texto é:

«Se reconoce a todos los ciudadanos el derecho a usar tanto el euskera como el castellano en sus relaciones con la Administración Pública en el ámbito territorial de la Comunidad Autónoma, y a ser atendidos en la lengua oficial que elijan» (o itálico é nosso).

No «fundamento jurídico» acima indicado fai-se, porém, a seguinte precisom interpretativa:

«No existiría, desde luego, vicio de incompetencia si por «ser atendidos» se entendiese el derecho a no ver rechazadas los ciudadanos las comunicaciones que dirijan a cualquier ente público en la lengua oficial elegida [...].

»La dificultad surge si por «ser atendidos» se entiende el derecho a que la Administración pública conteste a los ciudadanos en la lengua oficial elegida por ellos. Porque la oficialidad de una lengua implica en definitiva el que en ciertos casos deban los poderes públicos llevar a cabo su actuación y su relación con el ciudadano en esa lengua, cuando es el interesado quien la elige y se ha previsto los medios para ello» (B.O.E., citado, p. 26; o itálico é nosso).

É revelador (e assustador) o facto de o Tribunal Constitucional se referir à «oficialidad de una lengua» (*que nom é a castelhana!*) justamente para assinalar que

«el art. 6.1, si bien establece un derecho subjetivo a ser respondido en la lengua oficial elegida, cuando es lengua distinta del castellano, deja un margen a los poderes públicos, en cuanto a las condiciones en que tal derecho puede verse efectivamente satisfecho, que se hacen depender de una progresiva adaptación de las respectivas Administraciones, como resulta, por otra parte, de la disposición adicional tercera de la Ley impugnada» (ibidem).

3.º O Alto Tribunal condiciona a efectiva satisfaçom do direito dos cidadaos a serem respondidos na língua nom castelhana por eles eleita à discrecionalidade das «respectivas Administraciones» no âmbito das correlativas competências a respeito da fixaçom dos prazos em que a «progresiva adaptación», obrigada, ao *pluralismo lingüístico* do Estado puder verificar-se. Destarte, a mesma materialidade de atender os administrados na própria língua, exigência derivada do seu carácter oficial, fica relegada *ad Kalendas graecas*, porque dependerá também de um difícil acompanhamento dos previsíveis diversificados ritmos com que as Administraçons estatal (*stricto sensu*), autonómica e local tornem real o regime de coofficialidade formalmente estabelecido e proclamado (8).

### 3.b. Oficialidade diferente e hierarquizada.

Podemos sem circunlóquios afirmar que as oficialidades do castelhano e das outras línguas, espanholas, nom apenas diferem, mas também, por isto mesmo, se acham hierarquizadas, de modo que «o contraste entre o idioma enfaticamente proclamado e os idiomas vergonhosamente inomináveis nom fai senom declarar com a suprema hierarquia ideológica e legal as regras fundamentalis da desigualdade preestabelecida», como denuncia a Declaraçom de Pamplona:

1.º Em razom dos efeitos correspondentes, o Alto tribunal reitera que «*lo que distingue al castellano de las otras lenguas es la obligación que tienen todos los españoles de conocerlo*». Por consequênciia declara que é unconstitutional o dever de conhecer o galego, imposto no art. 1.º (2). da Lei de Normalizaçom Lingüística.

---

(8) Alén da experiência de ritmo demoradamente desacelerado que estamos a sofrer na Galiza, podemos imaginar qual poderá ser a «velocidade» de adaptaçom por parte da Administraçom estatal a teor da recente resposta de um ministro do Governo de Madrid a um requerimento da Generalidade de Catalunha em que se solicitava da Administraçom do Estado a participaçom económica proporcional no processo normalizador do catalám: «el catalán es un lujo», mas «si la Generalitat lo quiere, que lo pague» (Cambio 16, núm. 796 (2 de marzo de 1987).

O nom-dever de conhecer as línguas «próprias», cooficiais nas «respectivas Comunidades Autónomas», reconverte-se em direito de nom as conhecer; deste modo suprime-se de raiz um *efeito substancial à oficialidade* como é o de nom poder *alegar desconhecimento justificado* da língua declarada oficial. A oficialidade das línguas «próprias» fica reduzida praticamente à *publicação*, «também» redigidos nelas, *dos textos legais e disposições normativas autonómicas e ao reconhecimento do direito subjetivo* dos cidadãos a utilizá-las nas suas relações com os poderes públicos no território «respectivo».

Na realidade, como já dixemos, as línguas cooficiais som mais bem *suboficiais* no sentido de que se acham *em inferioridade* a respeito das condições jurídicas (ou sócio-políticas) que definem a língua oficial (*vide* & 2.a. e 3.a. deste informe).

2.º A oficialidade das línguas próprias das Comunidades Autónomas é de inferior rango também porque nom é possível, na maioria dos casos, a sua utilização «em solitário»; quer dizer, o texto redigido nelas tem de acompanhar-se do texto redigido em castelhano.

Com efeito, o Tribunal Constitucional, no «fundamento jurídico terceiro da sentença 32/1986, sobre o basco, admite ser inerente ao regime de cooficialidade que o emprego de umha ou de outra língua por qualquer dos poderes públicos tenha a mesma validez; nom obstante, os direitos lingüísticos atribuídos aos cidadãos pola Constituição e os Estatutos condicionam a possibilidade de usar indistintamente umha só língua com os particulares. Como entre os direitos dos cidadãos se acha o de alegar desconhecimento (nom justificável) da língua própria das Comunidades Autónomas, o uso exclusivo destas nom será possível sempre que alegue tal desconhecimento umha das partes, incluído o funcionário que de ofício interviner no acto. A estas ocasions haverá que acrescentar aquelas outras em que as Administrações se cinjam a empregar só castelhano por nom estarem obrigadas a responder aos cidadãos nas línguas próprias enquanto nom se arbitrem «las 'medidas oportunas' y los 'medios necesarios' para su ejercicio».

3.c. *Só o castelhano é língua oficialmente necessária;*  
«*las demás lenguas españolas*» som singelamente supérfluas.

Unicamente um «modelo lingüístico» que incluisse o uso indistinto de qualquer das línguas declaradas oficiais ou, polo menos, que impedissem a exclusão factual de uma delas poderia considerar-se «modelo de oficialidade igualitária». Como já temos mostrado, no ordenamento jurídico espanhol a exclusão do castelhano nom é possível, enquanto o uso das outras línguas pode ser excluido *de facto* (*et de iure*); porém, o emprego das línguas próprias acompanha-se de regra polo da língua oficial do Estado (9).

Ainda mais, é estimada inconstitucional qualquier promoção de uso («em solitário») das línguas próprias, que há de implicar logicamente deslocamento dos usos de castelhano. Assim, a sentença da Audiência Territorial de Barcelona, de 14 de maio de 1986, que declara nulos os preceitos contidos na Ordenança do Concelho de Berga (Girona) reguladores do Imposto Municipal sobre Publicidade, indica que a exenção de tal imposto durante os dous primeiros anos aos industriais, comerciantes e profissionais que instalassem rótulos redigidos em catalán.

«evidencia una clara inconstitucionalidad al ir en contra de la cooficialidad del catalán y el castellano en Cataluña, ya que se fomenta y facilita el uso de la lengua catalana sólo y exclusivamente si va en detrimento o sustituye el uso del castellano» (*Gaceta fiscal*, núm. 37 (Outubro de 1986), p. 116) (10).

(9) Ainda que nom resulte gratificante, a realidade é que só é possível promover os usos de umha língua em conflito e/ou submetidos aos de outra, se, e só se, ficam desincentivados os usos desta. Dito por outras palavras, aparece-se-nos como evidente que a normalização dos usos das línguas próprias *na sociedade* implica a desnortualização dos usos da língua declarada oficial do Estado *nessa mesma sociedade*; a questão político-administrativa é semelhante, mas *non troppo* por ser mais bem dependente de critérios económicos e, sobretudo, de opções ideológicas. Em todo o caso, a Notabilidade espanhola a que pertencem os altos funcionários judiciais resistem-se a mudar o *status quo* em que domina o castelhano.

(10) Acontece igual com o uso das bandeiras: a espanhola pode ondular só; as «outras» unicamente e sempre tenhem de fazê-lo acompanhadas pola espanhola.

Quanto a que os poderes públicos podam dirigir-se por própria iniciativa aos cidadãos das Comunidades Autónomas só na língua cooficial, é bastante discutível, apesar de que assim se afirme no «fundamento jurídico» nono da sentença 82/1986, sobre o basco. Com efeito, nom consta aos poderes públicos a língua preferida polos cidadãos; destarte correm o risco de ter que começar, à instância de uma parte, o caminho percorrido e andá-lo de novo na língua oficial do Estado.

Aliás, mesmo quando os sujeitos privados promovam um expediente administrativo, também os poderes públicos non poderán actuar *exclusivamente* na língua escolhida polos particulares se o assunto tiver consequências para terceiros que poderiam alegar indefensom perante um procedimento desenvolvido numha língua que desconhecem ou que non estám obrigados a conhecer.

#### 4. CONCLUSOM.

Em definitivo, tudo conduz no ordenamento jurídico espanhol, segundo a interpretaçom autêntica e vigente do Tribunal Constitucional, a impossibilitar que as línguas próprias das Comunidades Autónomas sejam realmente normais, apesar de proclamas retóricas que de passagem se incluem nas sentenças analisadas.

O «modelo lingüístico» constitucional e estatutário está *ex professo* concebido para impedir que os usos de castelhano sejam interferidos ou desvalorizados polos empregos de «las demás lenguas», como dixemos, no território próprio destas. A pregoada cooficialidade, sendo na prática suboficialidade, como também dixemos, atenta assim contra os direitos do home reconhecidos na Declaraçom universal. Porque «todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos» (art. 1.º); porque «não se fará distinção fundada em estatuto político, jurídico ou internacional do país ou território a que a pessoa pertença, quer esse país ou território seja independente, quer esteja sob tutela, quer seja ou não autónomo ou submetido a qualquer limitação de soberania» (art. 2.º); porque «las normas relativas a los derechos fundamentales y a las libertades que la Constitución reconoce se interpretarán de conformidad con la Declaración Universal de Derechos Humanos» (art. 10.º 2 da Constituiçom de 1978), torna-se mais sangrante e surpreendente que, segundo cremos ter mostrado, no Estado espanhol se faga distinçom entre os seus cidadãos por razóm da língua ou da sua origem nacional nom castelhana (*vide* art. 2.º da Declaraçom Universal dos Direitos do Homem).

## Encerro de escritores na Academia

O pasado 13 de junho um grupo de escritores membros da Asociación de Escritores en Língua Galega e alguns deles membros também da AGAL, protagonizou um encerro nos locais da Academia Galega para pedir a demissom como presidente da citada instituiçom de Domingo García Sabell. O señor García Sabell é también Delegado em Galiza do Governo Espanhol e como tal é um dos responsábeis da declaraçom de inconstitucionalidade da Lei de Normalizaçom Lingüística aprovada no Parlamento de Galiza.

Os escritores entregárom um escrito a García Sabell no que se dizia:

«A Real Académia Galega, a de Manuel Curros Enríquez, Eduardo Pondal, Manuel Murguía, Alfonso Castelao, Cabanillas, Ramón Otero, Florentino López Cuevillas, Blanco Amor, Anxel Fole e Alvaro Cunqueiro entre outros, que foi criada para a defensa da língua e da cultura da nosa nación, encóntrase hoxe nunha situación de claro despréstixio e vendo exponente dunha atitude antigalega, como no caso do respaldo do seu actual presidente ao recurso contra a Lei de Normalización Lingüística, que veu paralizar o proceso de normalización do noso idioma ao facelo quedar sen un soporte legal importante.

A Real Académia Galega vive hoxe de costas á realidade máis viva e criativa do noso país, prestando o seu apoio a persoas e instituções de traxectória marcadamente antigalega e sen exercer a función a que foi criada.

Por todo iso e deixando constancia do noso respeito a todas as línguas, culturas e persoas pero facendo valer o noso irrenunciábel direito á defensa da que nos é propia. E tendo ademáis en conta a incongruénzia que supón que vostede sexa Delegado dun Governo con vocación e práctica reconécidamente centralista, esiximos a sua dimisión como presidente da RAG por un mínimo de lealdade coa Galiza e coa sua historia persoal».

Amplos sectores da cultura na Galiza solidarizárom-se com este manifesto. A AGAL já tem manifestado em diferentes ocasions a necesidade de que a Academia tome outras rotas más ao servizo da cultura nacional, e tem solicitado reiteradamente a demissom do señor García Sabell ao frente desta instituiçom (veja-se AGÁLIA n.º 6, p. 241 e n.º 7, p. 349).

# RECENSONS

COOPERATIVA DO RIBEIRO/RIBADÁVIA/OURENSE

tlfno. 988/470175

Aromático  
Fresco e  
Jovem



## Português ou brasileiro

Por REYNALDO VALINHO ALVAREZ

*O português no Brasil*, Antônio Houaiss, Unibrade, Rio de Janeiro, 1986.

A Unibrade está disposta a publicar, em cooperação com a Unesco, a série intitulada «Pequena encyclopédia da cultura brasileira». Abrindo a coleção, acaba de ser editado o volume *O português-no Brasil*, de Antônio Houaiss, livro em que o conhecido lingüista, membro da Academia Brasileira de Letras, procura responder se há ou não uma língua que se possa chamar de brasileira ou se, como querem muitos, a pretensa língua brasileira é ainda simplesmente uma variante da língua portuguesa falada no Brasil.

Na verdade, ao demonstrar que falamos uma variante brasileira, mas não uma outra língua, e que estamos inscritos no quadro da lusofonia, Houaiss desenvolve um raciocínio que abrange diversas etapas. Assim, depois de explicar o caráter de seu ensaio, aborda a natureza da questão e a maneira de enfrentá-la. Passa a estudar o território e os estatutos indígena, negro e branco. Recapitula, a seguir, os lingüismos analisados. Apresenta uma hierarquia política de línguas. Detém-se na passagem da crioulização à escolarização. Examina o português como língua de cultura. E vê, no último capítulo, a lusofonia em crise, apresentando ainda uma bibliografia sobre os assuntos versados no ensaio.

O autor mostra-se menos interessado no caráter polêmico da tese dos que acreditam na emancipação lingüística do Brasil, do que na previsão e administração do futuro do português como língua de cultura. Houaiss está preocupado com projetos viáveis que dêem à língua portuguesa os instrumentos de que precisa para desenvolver-se e continuar servindo às sociedades emergentes do mundo luso-fônico, entre elas a do Brasil, que tem, em face das outras, a característica de representar o maior contingente populacional.

O ensaista reclama da falta de instrumentos essenciais para a existência do português como língua de cultura moderna. Entre eles, lembra a ausência de um grande dicionário comum. E ressalta que «esse instrumento inarredável», quando moderno, é simultaneamente »gramatical, ortofônico, ortoépico, sinonímico, paronímico, antonímico, antropônimo, geonímico, etimológico, histórico e o mais», além de computadorizável, «quando se disponha de recursos». Houaiss considera seu ensaio pessimista apenas na apariência. E propõe que haja maior interesse das autoridades e dos estudiosos pela lusofonia, para que seus integrantes possam ter «uma participação (...) mais lúcida e mais lúdica nos bens que podem ser oferecidos pela plenitude de viver».

## A nova crítica literária

Por REYNALDO VALINHO ALVAREZ

*A literatura no Brasil*, direção de Afrânia Coutinho, José Olympio, Rio de Janeiro/Niterói, 1986.

Depois de ter suas duas primeiras edições esgotadas há muito tempo, reaparece agora «A literatura no Brasil», obra de crítica e historiografia literária em seis volumes, com dire-

ção de Afrânio Coutinho e co-direção de seu filho Eduardo de Faria Coutinho, num lançamento da José Olympio, em co-edição com a Universidade Federal Fluminense-UFF (EDUFF), reunindo a participação de vários autores.

O volume 1 apresenta a introdução de Afrânio Coutinho e temas genéricos, como o panorama renascentista, a língua literária, o folclore: a literatura oral e a literatura popular, a escola e a literatura, o escritor e o público, a literatura e o conhecimento da terra, a gênese da idéia de Brasil e a formação e o desenvolvimento da língua nacional brasileira.

O volume 2 abrange o barroco e a era neoclássica. O 3 aborda a era romântica. O 4 fala da era realista e da era de transição. O 5 trata da era modernista e o 6 se divide em duas partes: «Relações e perspectivas» e «Conclusão».

Na verdade, o plano da obra se estrutura em três grandes divisões. Na primeira, concentram-se as generalidades. Na segunda, formada por três volumes, são estudados os estilos de época. E na terceira, são analisadas as perspectivas e conclusões decorrentes dos estudos realizados.

*A literatura no Brasil*, de Afrânio Coutinho, representa um momento importante da crítica literária no País, um século depois do trabalho de Sílvio Romero ter sido publicado e difundido. Revista e atualizada, a terceira edição do livro de Afrânio inclui os períodos mais recentes da prosa e da poesia brasileiras.

Já em 1955, quando saiu a primeira edição, a obra incorporava alguns princípios agora relacionados pela editora em nota à terceira edição. Entre eles, mencionem-se o conceito estético da obra literária, a crítica acima da história, a periodização estilística, a ênfase na bibliografia, a historiografia por equipe de autores, o primado da obra em relação à biografia e aos fatos históricos, políticos ou sociais e a rejeição do determinismo sociológico, racial, econômico, mesológico do século dezenove. Assim, ela se colocava em oposição à *História da literatura brasileira*, de Sílvio Romero.

Um século separa os dois autores e as duas obras. Mais do que isso, afasta-os a existência de duas concepções diversas de literatura.

## *O espírito de campánario: o artifício galego inventado na universidade de Santiago*

Por Maria do Carmo HENRÍQUEZ SALIDO

Movido pola necessidade de escrever sobre a 'feira lingüística' presente, sobre o 'variopinto e carnavalesco espetáculo lingüístico-político', com línguas reais e línguas de ficçom, sobre 'outros dislates culturais' e sem disimular o desprezo que lhe merece essa 'tropa de desleais nécios', o lexicólogo, crítico literário, catedrático na universidade Complutense de Madrid e membro de número da «Real Academia Espanola», recolhe neste livro (\*) oito textos, entre conferências, umha resposta ao convite do «Conseil de la langue française» de Québec e umha comunicaçom, que fôrom antes palavra falada do que discurso impresso (p. 11). Cada texto vai acompanhado de notas, algumas delas realmente esclarecedoras (por exemplo a nota 17 inserida nas páginas 32-33).

O autor tenta mover à reflexom sobre se está em crise o espanhol de Espanha, question que rejeita, embora patenteie os descuidos, incorrecçons e impropriedades deste idioma. Gregorio Salvador realiza umha extraordinária defesa a ultrança e mostra-se optimista pois:

---

(\*) SALVADOR, Gregorio (1987): *Lengua española y lenguas de España*. Madrid, Ariel Lingüística. 160 páginas.

«Es mucha lengua el español, para que puedan conmoverla rencores mezquinos, planificaciones lesivas, pruritos epidérmicos, arañazos laterales, defeciones grotescas, comportamientos desatentos o fantasmas comarcales (...) Po-seemos la única lengua que acaso sirva todavía para andar por el mundo sin tener necesariamente que aprender inglés (...) Creo que podemos estar tranquilos: nos queda español para rato» (p. 155).

O livro consta de uma «Introduçom» em que explica a génesis, objectivos e lugares em que se pronunciaram os oito textos, todos eles, na realidade, variaçons sobre um mesmo tema (p. 11): as quatro línguas existentes no Estado Espanhol, quer dizer, o espanhol (e nom castelhano, como nom se cansa de explicar e explicitar o autor), o catalám (o valenciano e catalám nom som senom duas modalidades da mesma língua, p. 93), o euskera batua (com reservas, pp. 94-95) e o galego (que poderíamos interpretar como «galai-co-português»).

A primeira conferênciia, pronunciada na universidade de «La Laguna» intitula-se «De la lengua española, los otros esperantes y los nuevos sayagueses» (pp. 13-33) e já anuncia os pontos básicos sobre os que van girar as suas preocupações (hai que denominar espanhol e nom castelhano, enfada-se quando se criam línguas artificiais, como por exemplo o galego inventado ágora na universidade de Santiago, adverte sobre os perigos da atomizaçom lingüística, pergunta-se sobre quem se beneficia do crime, etc.). O segundo texto, a comunicaçom ao oitavo Simpósio da Sociedade Espanhola de Lingüística, leva por título «Sobre la deslealtad lingüística» (pp. 35-44) aborda as «manipulaçons nacionalistas» e ataca aos que «trocaram a sua língua materna por um projecto de aprendizado ou por um cursinho intensivo». A conferênciia, «Los alegres guarismos de la demolingüística», também pronunciada na universidade de «La Laguna» (pp. 45-68) atende ao número de falantes que tenhem ou podem ter na realidade as línguas mais conhecidas, critica os bailes de números quanto a falantes e a irresponsabilidade com que se manejam essas cifras (p. 47) para concluir salientando a importânciia que apresenta hoje em dia a demolingüística:

«La lengua es ante todo y sobre todo un instrumento de comunicación y el ranking demolingüístico establece ya un criterio de mayor o menor utilidad, de jerarquía instrumental por consiguiente» (p. 65).

por isso qualifica de «siniestros»

«todos esos movimientos y esfuerzos, ahora frecuentes, por recluir a la gente en lenguas minoritarias, por alentar de un modo u otro el espíritu de campanario, por querer transmutar la babelización divina en bendición cultural» (p. 66).

O quarto texto, «América y Andalucía ante el futuro de la lengua» (pp. 69-88), conferênciia pronunciada na universidade de Cádiz, além de reconhecer as duas normas em conflito do espanhol, a sevilhana e a madrilenha, assegura que o futuro do espanhol é o futuro do espanhol da América, ao deslocar-se o centro de gravidade do idioma cara aquell continente (p. 82). O quinto, a conferênciia, «Lenguas de España, Autonomías y fronteras lingüísticas» (pp. 89-114), pronunciada em Madrid, apresenta as quattro línguas do Estado Espanhol oficialmente admitidas e lingüisticamente aceitáveis (espanhol, catalám, galego e euskeria) (p. 100).

O sexto texto, resposta ao convite do «Conseil de la langue française» de Québec, intitulado «La supuesta crisis de la lengua: el español desde la perspectiva española» (pp. 115-120) tenta demonstrar a nom existênciia de crise na língua espanhola. O séptimo, corresponde às duas conferências pronunciadas na Fundaçom Juan March, volta sobre os temas anteriores, insiste na importânciia da demolingüística, o conceito de lealdade lingüística segundo Weinreich e o futuro da língua española.

As teses fundamentais do livro, como já se pode deduzir polo que acabamos de explor, som, entre outras:

a) Nom se deve identificar a língua espanhola com as línguas de «España» nem tam pouco se deve denominar língua «castelhana» senom língua «espanhola»; o espanhol foi castelhano, mas hoje o castelhano é só umha variedade do conjunto (p. 30).

b) Existem línguas naturais e línguas artificiais, criadas polo espírito de campanário. Na actualidade no Estado Espanhol estam-se inventando línguas artificiais, porém as naturais ficam reduzidas a quatro. As demais ou som esperantes ou novos «sayagueses».

c) O verdadeiramente progressivo nom é a diversificaçom lingüística (a atomizaçom) senom a tendênciam a unidade, o *ranking* demolinguístico.

d) O galego, para um filólogo románico nom é outra cousa que um dialecto arcaico do português (ou galaico-português) fortemente castelhanizado (...) e para um lingüista, chame-se português ou galego, como tal língua conta (p. 57).

O polémico livro, que aguardamos receba resposta por cataláns e bascos, a respeito do 'caso galego', que é o que nos interessa neste momento, oferece um conjunto de ideias, por vezes superficiais, desconexas e desorganizadas outras (lembremos que já o autor tinha explicitado que os textos eram antes palavra falada do que texto escrito), mas interessantes como:

1.<sup>a</sup> A identidade lingüística entre português e galego é indiscutível para qualquer romista (p. 99) ou dito com outras palavras, o galego nom é outra cousa que um dialecto arcaico mais ou menos castelhanizado do português (p. 99). Esta afirmaçom nom a deve pôr em dúvida nengum filólogo románico (p. 57). Como consequênciam desta tese, o galego elaborado na universidade de Santiago (hai que entender polo Departamento de Galego) é umha língua artificial (pp. 20-22), um artifício galego de laboratório fabricado polos jovens galeguistas compostelanos (p. 21). Estas ideias aparecem repetidas, quase com os mesmos termos, nas páginas 98 e 99. Por isso critica fortemente a traduçom dos clásicos galegos para a 'fabla' destes professores da universidade compostelana (p. 22).

2.<sup>a</sup> Difícil é precisar o número de falantes do galego, considera excessivo a cifra de três milhões; porém isto fica em contradiçom com o que afirma:

«Y Arturo Uslar Pietri escribía en octubre de 1981: «Hispanohablantes y lusoflantes estamos hoy por encima de los trescientos millones de seres humanos y para el año 2000 seremos, seguramente, más de 500 millones». Para español y portugués sumados la cifra debe andar hoy por los 400 millones y quizás no sea muy aventurada la profecía de Uslar Pietri» (p. 56).

e o seu reconhecimento, na página seguinte, de que «Y el gallego, para un filólogo románico, no es otra cosa que un dialecto arcaico del portugués (o galaico-portugués)».

3.<sup>a</sup> Na Galiza existem três tendências: «os que querem normalizar o galego tal como é, com a sua assimilada castelhanizaçom de séculos, os que querem galeguizá-lo artifcialmente, suprimindo todo o que é castelhanismo ou simplesmente coincidênciam histórica com o castelhano e os que reconhecem a sua vinculaçom portuguesa e consideram que a normalizaçom já existe, porque o português está aí como modelo» (p. 57).

Como crítica ao livro salientemos a utilização de bibliografia pouco recente, así Jesus Alonso (1966), Constantino García (1977-78) e Guillermo Rojo (1982), que som justamente uns dos promotores do «artifício galego» e a ausênciam de bibliografia procedente de autores reintegracionistas. Desde o ano 1982 até hoje som numerosos os livros e estudos publicados sobre o reintegracionismo e a problemática da língua galego-portuguesa.

Embora nom se manifeste com clareza a sua concordânciam com as teses defendidas polos reintegracionistas, si consideramos que poderia estar latente nas páginas. E a respeito da sua pergunta, quem se beneficia do crime?, el próprio intui a resposta, mas nós convidamos ao professor Gregorio Salvador à leitura da revista *Agália*, em que fica bem manifesto quem som esses mercaderes de influências, esses «intelectuais amoreados» e essa «tropa» de verdadeiros negociantes com a língua da Galiza.

## A Corunha, cidade nom libertada nem sequer em aparência (ou «paripé»), Junho de 1987

A quem ler:

Perante a situaçom sócio-cultural e política galega e, em particular, perante a atitude das organizaçons nacionalistas a respeito do (re)-integracionismo galego português, permito-me expressar umhas matinaçons que conviria, em público mais do que em privado, discutirmos entre todos aqueles que confessam procurar a *reconstruçom nacional* da Galiza:

1.º As *organizaçons nacionalistas galegas* parecem pretender que a Galiza se torne em ambito *normal* de relaçons grupais e individuais gratificantes, segundo determinados projectos nacionais ainda nom convergentes.

Contudo, hoje os nacionalistas galegos concordam, de facto, na configuraçom sócio-cultural da Galiza, que ouso alcunhar de *paroquialista*. Com efeito, neste campo submetem a sua *actividade nacionalizadora* às exigencias desenhadas polo «colonizador»: nem reivindicam a colaboraçom cultural com a Galiza «exterior», nem procuram a normalizaçom cultural nom dependente de grupos e empresas espanholas ou espanholizadoras, nem abordam, do ponto de vista cultural, o problema e consequências da dependênciam económica com perspectiva de independênciam, salvo poucos Notaveis e sem repercus-som nas «massas».

Dito por outras palavras: as *organizaçons nacionalistas galegas* conformam-se de mais com a «Galicia» configurada polo nacionalismo espanhol. *Pedra de toque* é o seu tratamento, político e cultural, das relaçons com a República Portuguesa, enquanto Estado-Naçom. Apesar de retóricas «radicais», predomina entre os nacionalistas galegos um tratamento «objetivo» que se apresenta como simétrico ou quase simétrico de Portugal e da Espanha.

2.º O (re)-integracionismo galegoportuguês, pola sua parte, procura que os Notaveis primeiro e a seguir o Povo recuperem a *memória histórica*, sobretudo a respeito da língua e da cultura. Entre outras teses, sustenta que a separaçom das falas galegas e portugue-sas nem é irreversível, como para serem formalizadas divergentemente, nem obedece a «derivas espontâneas» ou «naturais», mas foi provocada por factores e agentes estranhos e alienantes.

Todos, mesmo os nacionalistas espanhóis, admitem a unidade primeira de galego e português e a interferênciam de aquele polo castelhano. Nom obstante, os funcionários aca-démicos do nacionalismo espanhol menospreçam um e outro facto para intensificar o afastamento de galego e português *cultos* e evitar que o galego se integre, *lingüística e culturalmente*, no seu *ámbito natural*, o português, conformato Estados-Naçom estáveis.

Portanto, é injustificável, desde a perspectiva (re)-integracionista, que os Notaveis galegos nem critiquem politicamente o posicionamento da «ciênciam» filolóxica espanholista nem promovam a intercomunicaçom de toda ordem, primeiro com Portugal, em qualquer caso com todos os países lusófonos, além de potenciarem os instrumentos sócio-culturais autóctones.

3.º Se a descriçom, ainda que sucinta, nom é errada, temos de dizer que polo de agor a o nacionalismo galego e o (re-)integracionismo galegoportuguês som antitéticos ou divergentes, polo menos. A nom ser assim, nom caberia que nacionalistas galegos admitissem, por exemplo, que o instrumento-símbolo-idiomático, adequado para a reconstruçom nacional da Galiza, seja o fornecido polo I.L.G., órgão universitário do nacionalismo espanhol; nem se entenderia que, perante a programaçom da RTVG, os nacionalistas galegos nom critiquem as pautas nacionalistas espanholizantes que, em geral, as regem; nem se explicaria que ainda nom se tenham levado adiante movimentos de intercomunicaçom cultural de toda ordem com Portugal e outros países lusófonos ou campanhas de instalaçom de repetidores para ver e escutar a RTP em toda a Galiza, etc., etc.

Por isto, por tudo isto, proponho a questom: será certo que o nacionalismo galego, segundo se formula e pratica hoje, é divergente do (re-)integracionismo lingüístico e cultural?

A. Gil

## LIVROS RECIBIDOS

José António Franco, *Pedra fecunda*, Coimbra, 1987.

A.A.V.V., *Lugarcomum*. Cadernos de poesia / segunda série. Maio de 1987, Braga. Portugal.

José Ramom Rodrigues Fernández, *Contos de fada em do maior*, Cadernos do Povo/ Ficção, Pontevedra-Braga, 1987.

*Ronseltz* (cóctel literário), Colexio Universitário da Corunha, Maio 1987.

# AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Assinatura por um ano (quatro números): Membros da AGAL .....	2.000 ptas.
Península Ibérica .....	2.400 ptas.
Europa .....	3.000 ptas.
Resto do Mundo .....	3.500 ptas.

NOME .....

MORADA .....

LOCALIDADE .....

PAÍS .....

DATA .....

ASSINATURA .....

Queiram considerar-me assinante da Revista AGÁLIA a partir do número .....

inclusive, efectuando o pagamento por meio de:

- Transferênciá bancária à conta corrente n.º 942/3 da Caixa de Aforros Provincial de Ourense (Suc. de Calvo Sotelo), especificando claramente nome, apelidos e endereço do novo assinante.
- Talom bancário nominal adjunto a nome da AGÁLIA.
- Giro postal ou giro urgente n.º .....



A  ASSOCIAÇOM  
G  
A  
L  
GALEGA  
DA LÍNGUA

FOLHA DE INSCRIÇOM (Cubra-se com letra clara)

Nome e apelidos .....

D.N.I. .... Profissom .....

Endereço (Rua, Praça) .....

Vila, Cidade ..... País ..... Tfno.(.....)

Data de nascimento ..... / ..... / ..... Quota Anual/Trimestral/Mensal

Modo de pago: Ingresso directo na c/c núm. 06566121 (Caixa Postal de Ourense).  
Cando se pague por ano (3.600 ptas/1.800 ptas. ou 300 ptas.) pode  
domiciliar-se. A tal efecto roga-se enviar: núm. de c/c, Banco, Su-  
cursal e localidade.

Quotas: **Normal:** 300 ptas./mês; 900/trimestre; 3.600/ano.

**Estudante:** 150 ptas./mês; 450/trimestre; 1.800/ano.

**Menores:** 25 ptas./mês; 75/trimestre; 300/ano.

**Parados:** nada, mentes dure a situaçom de paro.

# AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Administraçom: Apdo. 453 - 32080-Ourense  
Redacçom: Apdo. 560 - 15080-Corunha

GALIZA

AGAL

Apdo. 453

32080-OURENSE

GALIZA